



Desenvolvimento sustentável com inclusão social

2005



1) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Seguindo as diretrizes do Plano Plurianual 2004-2007, o Governo Federal, mediante ação coordenada de seus diversos ministérios, trabalhou para atender aos anseios pela redução da vulnerabilidade externa e o enfrentamento dos gargalos econômicos. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), definida em 2004, foi determinante nesse processo ao valorizar os setores produtivos de alto valor agregado. Nesse sentido, houve desdobramento em cinco grandes temas: estímulo ao investimento produtivo e à modernização industrial; estímulo à inovação de produto, processo e gestão; estímulo a um ambiente favorável ao desenvolvimento industrial; apoio às áreas de biomassa, biotecnologia e nanotecnologia; a concretização das opções estratégicas relativas aos setores de semicondutores, software, bens de capital, fármacos e medicamentos.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) foram criados em dezembro de 2004, por meio da Lei nº 11.080, e vão contribuir para o ambiente favorável ao incremento da indústria, pois promoverão e articularão ações e estratégias da política industrial por meio do apoio ao desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade.

As ações de ciência, tecnologia e inovação contribuíram com resultados importantes para a PITCE. Os instrumentos de gestão do fomento à pesquisa científica e tecnológica foram aprimorados visando apoiar essa Política. Aproximadamente 60% dos recursos livres dos fundos setoriais foram utilizados no financiamento de projetos nas quatro áreas prioritárias: software, bens de capital, microeletrônica, fármacos e medicamentos.

Foram implementadas medidas para estimular um ambiente de investimento no País, como a desoneração de bens de capital (IPI), o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO), o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) e a ampliação da lista de produtos do regime ex-tarifários, que representaram investimentos da ordem de R\$ 7,8 bilhões.

a) Estímulo à inovação de produto, processo e gestão

A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, Lei de Inovação, incentivar as empresas a apoiar e a investir em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, criando ambiente propício para aumentar o número de projetos inovadores. A Lei de Inovação será o marco na viabilização



de mecanismos de desenvolvimento tecnológico e na expansão da cultura da inovação nas instituições de pesquisa e nas empresas nacionais. O texto da Lei foi concluído depois de intenso debate com a sociedade, resultando em contribuições importantes de instituições científicas, acadêmicas e do setor empresarial. Com ela será possível ampliar o fomento de parcerias entre o meio acadêmico e a iniciativa privada. As instituições públicas e de pesquisa poderão, por exemplo, permitir ao setor privado o uso de equipamentos das universidades públicas, mediante contratos, e permitir a participação de pesquisadores em empresas de tecnologia, favorecendo a incorporação de processos inovadores no dia-a-dia das empresas. Todo esse processo deverá ser regulamentado, definindo-se prazos, remuneração, contrapartida e a participação nos resultados. A relação entre universidades, fundações de apoio e pesquisadores para prestação de serviços de consultoria especializada também será regulamentada.

Ainda quanto à inovação de produto, processo e gestão, a partir do Decreto nº 4.928, de 23 de dezembro de 2003, ocorreu um forte incentivo ao processo de certificação e patenteamento, ao possibilitar que as empresas descontem as despesas com depósitos de patente, certificação e com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Por sua vez, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) iniciou em 2004 seu processo de reestruturação, que objetiva primordialmente a aceleração do processo de obtenção de marca ou patente. Ademais, houve esforços para a disseminação da cultura da propriedade intelectual no País e a ampliação do uso de normas técnicas, regulamentos e instrumentos de propriedade industrial.

A Rede Brasil de Tecnologia (RBT) articulou diferentes áreas do Governo, os institutos de pesquisa, as empresas e os agentes financeiros, com foco no apoio ao setor empresarial para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores. Os dois principais eixos de atuação da RBT foram a substituição competitiva das importações de bens e serviços e a agregação de valor à produção nacional para exportação. Atualmente, fazem parte da RBT 432 empresas, 652 laboratórios e 159 instituições que realizam serviços tecnológicos.

Em 2005, serão realizados o financiamento a trinta empresas no PROINOVAÇÃO, a equalização de financiamentos (FINEP), o lançamento do Programa Juro Zero e o atendimento a 400 empresas. Outras ações visam propiciar o investimento em 500 empresas nascentes – CRIATEC, atingir as 27 Unidades da Federação por meio do PAPPE, apoiar APLs com foco em biodiversidade, nas regiões de fronteiras e semi-árido, apoiar projetos de P&D no PROCOOP e atender 1.000 médias e pequenas empresas (MPes) no Programa ASSISTEC. O Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas (PNI) fomentará o surgimento e a consolidação



de incubadoras de empresas de base tecnológica, mistas e tradicionais, assim como parques tecnológicos, processos e serviços.

b) Estímulo ao investimento produtivo e à modernização industrial

No que diz respeito ao investimento produtivo e à modernização industrial, houve a desoneração dos bens de capital, por meio da redução da alíquota do IPI, a redução do prazo para aproveitamento de crédito do PIS e da COFINS e desconto na CSLL da depreciação acelerada para bens de capital. Ademais, o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (MODERMAQ), criado com o prazo de vigência de 12 meses, contou com recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Tendo se iniciado em agosto de 2004, o Programa já concedeu um montante de financiamentos de R\$ 136,78 milhões, com 299 operações aprovadas. Também ocorreu a redução do imposto de importação para máquinas sem produção nacional e a ampliação do período de apuração do IPI.

Ainda mediante a desoneração tributária, trabalhou-se para a redução dos gargalos portuários, implementando-se o REPORTO. Trata-se da instituição de um regime tributário para incentivo à modernização e ampliação da estrutura portuária, com bens enquadráveis definidos pelo Decreto nº 5.281, de 23 de novembro de 2004. O regime é temporário, com vigência até o final de 2005, podendo ser prorrogado por mais um ano, tendo como característica principal a desoneração tributária de máquinas e equipamentos destinados a investimentos nos portos. Os equipamentos adquiridos por meio do REPORTO serão desonerados da incidência do IPI, da COFINS, do PIS/PASEP e do imposto de importação (no caso de equipamentos sem similar nacional).

c) Semicondutores, software, biotecnologia, nanotecnologia, bens de capital e fármacos

Nesses setores, apoiaram a formação e capacitação de recursos humanos na área de projeto e fabricação de componentes semicondutores, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado, com recursos do Fundo de Informática (CT-INFO), e a formação de especialistas em projeto de circuitos integrados, com recursos do Fundo Verde Amarelo e de empresas incentivadas pela Lei de Informática. Foi solicitado o trâmite em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, para o Projeto de Lei nº 1.787/96, que trata da proteção à topografia de circuitos integrados, considerando a relevância do assunto para a atração de empresas interessadas em desenvolver e fabricar esses circuitos no Brasil. Realizaram-se diversas reuniões com empresas estrangeiras interessadas em realizar investimentos na produção desses circuitos. Teve continuidade o programa



de implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), em Porto Alegre, que será importante centro tecnológico na área de microeletrônica. Em outubro de 2004, foi publicado o edital para a construção dos prédios das unidades de administração e do centro de projeto de circuitos integrados do CEITEC.

Em março de 2004, foi concluído o documento “Termo de Referência da Política de Softwares e Serviços”, contendo o conjunto de propostas que deverão nortear as ações do Governo no âmbito da PITCE, para estímulo ao setor, agrupadas nas seguintes categorias: ampliação das exportações, fortalecimento da empresa nacional, capacitação e infra-estrutura e segmentos emergentes. O setor foi beneficiado com o novo Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (PROSOFT), que, operacionalizado pelo BNDES, financia investimentos e planos de negócios de empresas sediadas no Brasil. O Programa já tem 39 operações em carteira que correspondem a um montante de financiamento de R\$ 162,8 milhões, que viabilizam um montante de R\$ 288,62 milhões em investimentos.

Também foi instalado o Fórum de Competitividade de Biotecnologia, que tem a função de estruturar uma Política Industrial de Biotecnologia. Nesse sentido, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) contou com investimentos em equipamentos e instalação de 11 novos laboratórios. Foi implantada a Rede de Pesquisas em Proteoma e apoiou-se o Centro de Biologia Molecular Estrutural do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), o que permitirá ao País gerar conhecimento na produção de fármacos e na agroindústria, entre outras aplicações biotecnológicas. A nanotecnologia também foi um foco em 2004, e está sendo analisada a criação de um Laboratório Nacional de Micro e Nanotecnologia. Suas aplicações prometem ser inovadoras, a ponto de causar obsolescência de diversos produtos e processos. O Programa de Nanotecnologia foi criado para evitar o comprometimento da competitividade da indústria brasileira e do desenvolvimento econômico do País em razão dessa obsolescência. Nessa área, foram lançados dois editais pelo CNPq e um edital pela FINEP, totalizando 12 projetos de pesquisa cooperativa com empresas.

O Programa de Financiamento a Supridores Nacionais de Equipamentos, Materiais e Serviços Vinculados apóia a produção de bens de capital, também por meio do BNDES, que disponibilizou R\$ 500 milhões e já possui carteira de financiamentos da ordem de R\$ 210 milhões. O setor de fármacos também tem uma linha especial de financiamento do BNDES, que, por meio do PROFARMA, viabilizou R\$ 450,28 milhões em financiamentos.

Também foram criados novos espaços permanentes de diálogo entre o Governo e o setor



produtivo. Em 2004, os Fóruns de Competitividade abrangeram os setores de gemas e jóias e de biotecnologia, além do Fórum Setorial de Franquia.

d) Política Nacional de Propriedade Intelectual

O Governo Federal visou ao fortalecimento da capacitação tecnológica nacional por meio da implementação da Política Nacional de Propriedade Intelectual, a promoção da capacidade de inovação tecnológica das empresas brasileiras e o desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica básica. A fim de viabilizar a implementação da Política, em 2004, iniciou o já mencionado processo de reorganização do INPI, para torná-lo mais ágil e articulado com os setores produtivos e de pesquisa. O Programa Brasileiro de Design, buscando apoiar a agregação de valor ao produto nacional, foi o responsável por 18 premiações na Feira Mundial de Design, na Alemanha, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão. Foram firmados dois Acordos de Cooperação Tecnológica com a União Européia: um buscará a capacitação técnica e operacional de centros tecnológicos nos setores de plásticos e de eletroeletrônicos; e o outro focará a inserção internacional de pequenas e médias empresas.

Ampliou-se a infra-estrutura laboratorial da Metrologia Científica e Industrial do Instituto Nacional de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial (INMETRO) e sua prestação de serviços com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas, bem como na proteção do cidadão como consumidor. Dentre as ações do INMETRO, as mais importantes são o Bônus de Certificação, os investimentos no campus de laboratórios, a Certificação Florestal (CERFLOR), que já atinge 216 mil hectares de florestas, a certificação de frutas e de cestas de alimentos.

e) Tecnologia industrial básica

Com o objetivo de dar suporte ao acesso de bens e serviços brasileiros no mercado internacional, o Programa Tecnologia Industrial Básica vem contribuindo para adequar e expandir a infra-estrutura de serviços tecnológicos no sentido de responder aos desafios das exigências técnicas aplicadas a produtos e serviços, processos produtivos e sistemas de gestão, consubstanciadas em normas, regulamentos técnicos e programas de certificação. Em 2004, foram aprovados 55 projetos, no valor de R\$ 35 milhões, para apoio à metrologia científica, redes metrológicas estaduais, laboratórios de ensaios, programas de avaliação da conformidade, normalização, centros de referência em tecnologias de gestão, núcleos de apoio ao patenteamento e escritórios de transferência de tecnologia. Esses projetos incrementam a competitividade das empresas brasileiras e ajudam a prevenir o ingresso de bens com nível de qualidade inferior ao requerido pelo mercado interno.



O Governo Federal, em 2005, tem como objetivo aprofundar a implementação da PITCE, sustentando a expansão do comércio exterior e fortalecendo as economias regionais, com vistas à geração de emprego e renda, à inclusão social e à redução das desigualdades regionais.

Para estimular o investimento produtivo e a modernização industrial, dará continuidade à desoneração tributária de bens de capital e de máquinas sem produção nacional, à redução de gargalos de logística mediante os Programas MODERMAQ, REPORTO e de Modernização da Frota de Caminhões (MODERCARGA). Ademais, será implementado o programa de simplificação de registro de empresas visando à redução dos custos associados à abertura e ao fechamento de empreendimentos, incentivando a formalização de empresas e desestimulando a informalidade.

Na área de inovação de produtos, processos e gestão, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ampliará o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC), com a elaboração de 15 novos programas, contidos no seu Plano de Ação Quadrienal 2004-2007, tendo como critérios o fortalecimento do mercado interno, os impactos na saúde, na segurança e no meio ambiente e na balança comercial. Entre os produtos e os serviços que serão certificados em 2005, podem-se destacar os seguintes: softwares, capacete de segurança para uso industrial, embalagem para produtos perigosos, armazenamento de produto agropecuário e serviços de instalação de postos de Gás Natural Veicular (GNV). Além disso, o INMETRO implantará os laboratórios de metrologia química e de materiais que garantirão a rastreabilidade na determinação da propriedade de materiais e produtos químicos, propiciando um aumento da qualidade dos produtos nos setores de fármacos, agroindústria, segurança alimentar, cosméticos, petroquímica, cerâmica e fibras de carbono. Ocorrerá, também, a ampliação e a modernização da infra-estrutura da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ) com vistas ao aperfeiçoamento da fiscalização de produtos regulamentados e verificação de instrumentos de medição, promovendo a concorrência justa, o aumento da competitividade de produtos e a proteção ao consumidor.

Em relação aos setores de nanotecnologia, biotecnologia e biomassa, deverá haver significativo aumento no debate sobre esses segmentos. A orientação da PITCE permitirá um envolvimento maior da sociedade no desenvolvimento dos núcleos de excelência no Brasil nessas áreas. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) tem como perspectiva para 2005 o fortalecimento do processo de implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus, (CT-PIM) e a operacionalização do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), mediante a implantação da estrutura total do centro. Também serão desenvolvidos estudos e



coordenação de ações interministeriais visando à elaboração de política de utilização da biomassa como fonte alternativa de energia.

Nos segmentos estratégicos, para o setor de software a meta de exportação é de US\$ 2 bilhões acumulados até 2007. Dessa forma, o Governo Federal financiará investimentos e planos de negócios de empresas sediadas no Brasil, bem como a comercialização no mercado interno e as exportações de softwares e serviços correlatos por meio do Programa de Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (PROSOFT).

O Governo, por intermédio do INMETRO, implementará o Programa Nacional de Certificação de Softwares e Serviços com a finalidade de desenvolver e produzir softwares e serviços correlatos nacionais com o adequado grau de confiança em relação aos aspectos operacionais e de segurança dos dados, otimizando o potencial exportador do País. O Governo buscará inserir na era digital o empresário da microempresa e da empresa de pequeno porte para criar oportunidades de negócios e trabalho que induzam o crescimento da produção e da geração de emprego e renda, mediante a expansão significativa do programa de Telecentros de Informação e Negócios. No setor de fármacos, o PROFARMA continuará financiando a produção de medicamentos e insumos e estimulando atividades de pesquisa e fortalecendo a indústria nacional. No setor de semicondutores, há clara sinalização de empresas internacionais com interesse em investir no Brasil.

Os Fóruns de Competitividade, instrumento de interlocução entre o Governo, setor produtivo e trabalhadores, são de importância fundamental no processo de implementação das medidas estabelecidas na PITCE. No ano de 2005, requererão permanente coordenação por parte do Governo Federal nos 17 Fóruns existentes e na instalação de três novos Fóruns.

A fim de sustentar a expansão do comércio exterior, buscar-se-á o atingimento da meta de US\$ 108 bilhões em vendas externas, mediante, entre outros esforços, a remoção dos gargalos da logística de exportação, a continuidade das negociações multilaterais, o esforço de assinatura de acordos bilaterais, a instalação dos Centros de Logística Avançados de Distribuição no exterior e a criação da Marca Brasil. Para tanto, serão realizadas, em conjunto com a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-Brasil), missões empresariais, feiras internacionais e eventos para promoção comercial visando à criação da Marca Brasil, que facilitará a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional pela sua característica de tecnologia de ponta com responsabilidade ambiental.

Entre as principais ações, pretende-se capacitar cerca de 1.750 profissionais em comércio exterior e realizar 12 Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), que visam abordar assuntos



de relevância nacional ligados aos exportadores, bem como mobilizar todo o empresariado e instituições parceiras para difundir a cultura exportadora.

Nesse contexto, fundamental é a atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que tem como meta para 2005: a aprovação de 64 novos Processos Produtivos Básicos (PPB); a aprovação/implementação de novos projetos de P&D (5% da Lei de Informática); a aprovação de 50 novos Projetos Industriais para Fruição de Incentivos Fiscais e de 150 novos Projetos Agropecuários/Agroindustriais; a realização de estudo de viabilidade econômica para implantação do Pólo Petroquímico; o fomento a seis projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana e o apoio à Capacitação de Capital Intelectual (convênio para formação de mestres/doutores).

f) Pesquisa e desenvolvimento tecnológico

Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) constituem elementos de importância estratégica para o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

O Governo Federal, consciente da necessidade de equacionar problemas sociais e de impulsionar o crescimento econômico, colocou C,T&I como elementos fundamentais da política de desenvolvimento sustentável com distribuição de renda.

f.1) Capacitação de recursos humanos para pesquisa científica, tecnológica e inovação

A formação de recursos humanos para a pesquisa desempenha papel fundamental no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Significativos avanços merecem destaque em 2004: concessão de 2.072 bolsas adicionais e aumento do seu valor em 18%, iniciando processo de recuperação do valor dessas bolsas, congelado há oito anos; retomada do Programa de Desenvolvimento Tecnológico Regional, elevando-se em 128% a quantidade de bolsas, até outubro, em relação a 2003; indução do desenvolvimento tecnológico empresarial, com a criação de novas modalidades de bolsas-doutorado-sanduíche no País, doutorado-sanduíche empresarial e pós-doutorado empresarial, implementadas a partir de julho de 2004.

O Programa de Formação de Recursos Humanos incluiu o segmento formado por estudantes de ensino médio por meio da Bolsa de Iniciação Científica Júnior (IC-Júnior). Dobrou-se o financiamento aos pesquisadores mais produtivos do País mediante a Bolsa Prêmio. Foram introduzidos mecanismos de parceria com os Estados, com a sistemática de concessão às



Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de quotas de bolsas IC-Júnior.

Merece destaque, também, o Programa de Apoio a Cursos de Pós-Graduação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Casadinho). Trata-se de importante incentivo à cooperação científica inter e/ou intra-regional entre grupos de pesquisa associados aos programas de pós-graduação não-consolidados das regiões mencionadas com grupos já consolidados. São esperados diversos impactos, como uma melhor distribuição geográfica dos núcleos de excelência em pesquisa no País, reduzindo-se a concentração institucional verificada na C,T&I e a melhoria dos programas de pós-graduação não-consolidados. Esse Programa já resultou no aporte de R\$ 30 milhões exclusivamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foram aprovadas 90 propostas, com a seguinte distribuição regional: 57 do Nordeste (63%), 17 do Centro-Oeste (19%) e 16 do Norte (18%), apresentadas por 21 instituições de ensino superior das mencionadas regiões.

Em 2005, será fortalecida a capacitação de recursos humanos para áreas prioritárias, focos estratégicos de políticas industriais e sociais. Isso propiciará a implantação de 5.500 bolsas para o Programa de Extensão, 400 bolsas para o Programa de Produtividade Tecnológica, 1.185 bolsas (tecnológicas e acadêmicas) para o Programa de Fármacos, 340 novas bolsas para o Programa de Microeletrônica, 570 novas bolsas para o Programa de Software e 14 mil bolsas para o Programa Residência em Software.

f.2) Promoção da biotecnologia

O apoio a projetos de seqüenciamento genético de diversos organismos pelo Programa de Biotecnologia do Governo Federal posiciona o Brasil como um dos líderes mundiais neste tema. Dentre os avanços obtidos, destacam-se: conclusão do seqüenciamento da bactéria *Mycoplasma Sinoviae*, agente causador de doenças endêmicas na avicultura, que possibilitará o desenvolvimento de testes diagnósticos eficientes e profilaxia da doença por meio do desenvolvimento de vacinas; decifração de 98,2% da seqüência da bactéria que ocorre em cana-de-açúcar e retira do ar o gás nitrogênio, transformando-o em um sal capaz de ser absorvido pela planta. O estudo possibilitará a utilização de bactérias melhoradas, reduzindo o consumo de adubo nitrogenado, com uma economia para o País de cerca de US\$ 1,8 bilhão.

f.3) Gestão da Política de C,T&I

Reativou-se o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) restabelecendo-se o canal de diálogo governo–sociedade–comunidade científica. O CCT construiu agenda de trabalho



expressada na seleção de temas e realização de estudos geradores de proposições políticas de interesse para o desenvolvimento do País, focalizando os temas inovação tecnológica, Amazônia, mar e Semi-Árido.

Ressalta-se, ainda, o empenho do Conselho no levantamento completo e detalhado dos gastos de C&T promovidos pela União, pelos Estados e pelos Municípios. Para essa finalidade, criou-se o Grupo de Trabalho Interministerial, cujos resultados, adicionados aos trabalhos desenvolvidos no setor privado, permitirão a identificação mais acurada dos investimentos nacionais em C,T&I.

f.4) Amazônia

A região amazônica é uma das prioridades do País, não apenas por sua importância estratégica, mas também pelo patrimônio de sua biodiversidade. No âmbito das ações transversais dos fundos setoriais, foram investidos R\$ 15 milhões, prioritariamente, no financiamento de bolsas de mestrado e de doutorado para a região. Está sendo executado o Projeto Fronteiras, que utiliza quartéis da região como bases logísticas para pesquisas científicas.

A Amazônia, em 2004, passou a ser monitorada ambientalmente pelo sistema DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que utiliza sensores com alta frequência de observação para fornecer, a cada sete dias, informações sobre as ocorrências de desmatamento. Com isso, o Governo Federal tem um instrumento eficiente para apoiar medidas de contenção e prevenção de desmatamentos ilegais na região, e a sociedade brasileira passa a dispor de ferramenta inovadora de gestão territorial.

Como parte do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, criou-se, em março de 2004, a Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (GEOMA). A Rede GEOMA tem como finalidade principal desenvolver modelos computacionais capazes de analisar e prever a dinâmica espaço-temporal dos sistemas ecológicos e socioeconômicos em diferentes escalas geográficas da Amazônia.

f.5) Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)

O Programa tem por objetivo capacitar o País para o desenvolvimento e a utilização de tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais, buscando autonomia no projeto e na



fabricação de sistemas espaciais, em benefício da sociedade brasileira, nas áreas de telecomunicações, levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente e vigilância das fronteiras.

O ano de 2004 foi marcado pela articulação e pela estruturação das ações necessárias para revitalizar o Programa Espacial Brasileiro, possibilitando seu desenvolvimento e execução em bases mais sólidas e consistentes. Destacam-se como resultados: lançamento, com sucesso, do novo foguete de sondagem VS B-30; constituição de Comissão Interministerial para tratar da implantação do Centro Espacial de Alcântara (CEA); importantes progressos nas questões relacionadas ao desenvolvimento de Alcântara, com a instalação do Grupo Executivo Interministerial para tratar das questões sociais, fundiárias e de desenvolvimento sustentável do Município; conclusão do Seminário de Revisão do PNAE, no qual foi definido o Programa Decenal cobrindo o período de 2005 a 2014; assinatura de convênio para reconstrução da Torre Móvel de Integração (TMI) do veículo lançador VLS; cooperação espacial – início do desenvolvimento dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) 3 e 4, acordos com a China para o desenvolvimento do CBERS -2B e comercialização das imagens CBERS e com a Rússia na área de lançadores, incluindo revisão do projeto VLS.

Em 2005, serão realizadas ações visando à complementação da infra-estrutura geral do CEA, a implantação do Sítio de Lançamento do Foguete Cyclone e a construção do Terminal Portuário de Alcântara, assim como a reconstrução da TMI, o desenvolvimento do VLS e a construção do satélite CBERS -2B.

f.6) Programa Nacional de Atividades Nucleares (PNAN)

O PNAN tem como objetivo garantir o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver tecnologia nuclear e correlatas para utilização na medicina, na indústria, na agricultura, no meio ambiente e na geração de energia, bem como no atendimento ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para a indústria nuclear e de alta tecnologia.

Sob a coordenação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), concluiu-se a revisão do PNAN, concebido como programa estratégico para o desenvolvimento e a soberania do País. Foram negociadas as bases de um acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para aplicação de salvaguardas nucleares e monitoramento da produção de combustível nuclear na Unidade de Enriquecimento de Urânio da empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB).

Buscou-se o domínio do ciclo de produção do combustível nuclear com a construção da unidade



industrial de enriquecimento de urânio em Resende (RJ). Pretende-se dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra I e Angra II. Procura-se também criar capacidade industrial para suprir as futuras expansões da geração nucleoe elétrica e das exportações brasileiras de urânio enriquecido, produto de alto valor agregado.

Ao longo de 2004, foram executadas várias atividades relativas à implantação da unidade de enriquecimento de urânio, destacando-se a conclusão da montagem eletromecânica da primeira cascata de ultracentrífugas. Em 13 de dezembro de 2004, a INB obteve da CNEN a autorização para a operação inicial da primeira cascata do módulo 1 da unidade de enriquecimento, que poderá operar com teor de enriquecimento máximo de 5%.

f.7) Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado (INSA)

O Instituto tem a responsabilidade de propor programas e subsidiar políticas públicas que minimizem os problemas provocados pela seca que castiga 22 milhões de pessoas em nove Estados nordestinos e parte de Minas Gerais, por meio da utilização de novas tecnologias, adequadas à região. Nesse sentido, foi lançado edital para projetos de pesquisa da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) no âmbito do Semi-Árido brasileiro. O valor global do edital é de R\$ 12,7 milhões, parceria do MCT com o Banco do Nordeste. A participação do MCT corresponde a R\$ 7,7 milhões até 2005.

f.8) Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e apoio à infra-estrutura institucional de pesquisa

Promoveu-se a atualização e a expansão da infra-estrutura nacional de rede de comunicação avançada, a Nova Geração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNPng), integrando instituições de educação superior e pesquisa, com conexões internacionais a redes semelhantes na Europa e nas Américas.

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) é responsável pelo projeto de expansão, atualização e manutenção da infra-estrutura da rede de comunicação de caráter científico e tecnológico de alto desempenho. A infra-estrutura nacional de comunicação dessa rede interliga mais de 300 instituições de ensino e pesquisa do País, atendendo a um público estimado de um milhão de usuários. Em 2004, a rede nacional teve sua capacidade ampliada em 177%, alcançando a banda agregada total de 1,4 GBPS, com uma redução de 17% do custeio em relação a 2003. Também tiveram início a implantação e a operação da rede regional na América Latina (Rede Clara)



e sua conexão direta com a Europa. Em 2005, pretende-se criar infra-estrutura nacional de fibra óptica de alta capacidade (múltiplos gigabits), integrando ações da RNP, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). A viabilização do projeto possibilitará a implantação de redes metropolitanas comunitárias em 13 capitais, da RNP backbone e a revitalização física de redes internas das instituições federais de ensino superior (IFES), dos institutos de pesquisa e da rede nordeste.

f.9) Transferência de tecnologia para inclusão e desenvolvimento social

Os resultados da promoção da difusão de tecnologias apropriadas, de baixo custo, que aproveitem a mão-de-obra e os insumos locais são a melhoria da qualidade de vida da população carente e o aperfeiçoamento das cadeias produtivas. Destacam-se as seguintes iniciativas: financiamento de 97 projetos voltados para a execução de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias apropriadas para agricultura familiar, no valor de R\$ 6 milhões. Também foram apoiados 73 projetos de disponibilização e apropriação de tecnologias para agricultores familiares brasileiros, no valor de R\$ 5 milhões, voltados para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e para as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS). Houve a retomada do Programa de Arranjos Produtivos Locais (APL), apoiando-se 14 projetos no valor de R\$ 8 milhões, visando ao aumento da competitividade nas cadeias produtivas, por meio da resolução de gargalos tecnológicos. Os recursos são oriundos de ações transversais dos fundos setoriais Verde e Amarelo, Agronegócio e Mineral.

No âmbito dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), foram firmados convênios no valor de R\$ 19,3 milhões, com a implementação de 38 CVT. Superou-se, substancialmente, a meta de 2004, que era de 10 CVTs.

No âmbito da FINEP, no Apoio a Ações para o Desenvolvimento Social, os temas priorizados foram: tratamento de águas de abastecimento provenientes de mananciais eutrofizados, salobros ou que contenham microcon-taminantes; reutilização das águas de esgoto sanitário; tratamento, recuperação e disposição integrados de resíduos sólidos; alternativa de usos para lodos de estações de tratamento de água e esgoto; desenvolvimento de alternativas técnicas de saneamento ambiental para separação e tratamento de dejetos humanos na origem e sua disposição final, visando à redução do consumo de água.



g) Difusão e popularização da ciência

Tendo como pontos focais a Semana Nacional de C&T, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, o apoio aos museus de C&T e ao ensino de ciência, o projeto objetiva melhorar o ensino e incentivar o interesse de crianças e jovens pelas ciências, democratizar o debate sobre C&T, informar a população sobre temas científicos e tecnológicos, promover a imagem positiva do Governo para crianças e jovens, melhorar e avaliar as condições do ensino de matemática nas escolas públicas, identificar novos talentos e fomentar o desenvolvimento tecnológico, assim como o aumento de competitividade das cadeias produtivas. Em 2005, dever-se-á realizar a II Semana Nacional de C&T, apoiar/implantar 100 museus de ciências, lançar editais para formação de professores e laboratórios nas escolas, atingir de 3 a 5 milhões de alunos de escolas públicas e implantar 200 centros tecnológicos.

h) Expansão e consolidação de parcerias internacionais estratégicas

Por meio da cooperação científica, o Brasil está consolidando novas parcerias internacionais, em formatos e geometrias variáveis, como é o caso do Programa Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), o Programa Sul-Americano de Cooperação em C&T (PROSUL) ou o Programa de Cooperação Científica com Países da África (PROÁFRICA). Parcerias estratégicas, conforme as que vêm sendo aprofundadas com a Ucrânia, a Rússia, a China e a União Européia, serão perseguidas, já que representam alternativas para o Brasil viabilizar seus programas nacionais em áreas complexas, sensíveis ou controladas, como a espacial, ou em áreas de futura importância econômica, social e cultural, como as tecnologias da informação e das comunicações.

i) Realização da 3ª Conferência Nacional de C,T&I

O objetivo principal da 3ª Conferência será demonstrar como C,T&I produzidas no Brasil podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do País. Os grandes temas da Conferência – geração de riqueza, inclusão social, investimentos em áreas estratégicas, contribuição internacional e gestão e regulamentação – correspondem a indicadores comumente utilizados para aferir o desenvolvimento de um país e deverão contribuir para o desenvolvimento das gerações futuras.



j) Conhecimento e usos sustentáveis da biodiversidade

O conhecimento e os usos sustentáveis da biodiversidade viabilizarão a instituição da agenda governamental unificadora de pesquisa e desenvolvimento sobre a diversidade biológica brasileira, a fim de otimizar a relação existente entre obtenção de resultados de pesquisa e investimento em ciência e tecnologia, além de articular atividades de pesquisa com estratégias de inovação e uso sustentável de componentes da biodiversidade.

Os impactos esperados mais expressivos são: i) a redução da biopirataria; ii) o estímulo à justa repartição de benefícios, à participação social na definição de políticas públicas, à interação universidade–empresa (via Lei de Inovação); iii) a geração de emprego e renda; iv) o aumento da competitividade dos setores produtivos envolvidos; v) a exploração sustentável da biodiversidade; vi) os investimentos nas fronteiras do conhecimento.

l) Mar

Para o desenvolvimento do País, é fundamental a integração do sistema de C,T&I nas áreas marinhas, incluindo a zona costeira, a plataforma continental e o mar profundo, em função da influência das áreas costeiras sobre as marinhas e oceânicas. Terá como impacto a inserção do tema mar nos programas estratégicos do Governo, geração de emprego e renda, aumento da competitividade dos setores produtivos envolvidos, exploração sustentável dos recursos vivos e não vivos do mar. Tem como meta promover a definição do modelo de gerenciamento e consolidação das parcerias e construir e equipar navio de pesquisa oceanográfica.

m) Clima, tempo e recursos hídricos

A meteorologia é um setor estratégico para a soberania e o desenvolvimento nacionais, isto é, fornece subsídios para o Governo agir preventiva e corretivamente a fim de diminuir a vulnerabilidade do Brasil provocada por acidentes naturais, ocupação não racional do território, exploração e uso indevido de recursos naturais que impactam negativamente ecossistemas e as decorrentes mudanças climáticas. Nesse sentido, produz grandes impactos (curto, médio e longo prazos) nas políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano, agronegócio, transportes, integração nacional, geração de energia e nas ações da Defesa Civil ao melhorar a identificação, a previsão e a redução de vulnerabilidades da sociedade e do setor produtivo, particularmente em relação aos eventos meteorológicos extremos.



Portanto, é fundamental a viabilização de meios para a implantação da Rede Nacional de Meteorologia e Clima e a organização do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

2) Política de Comércio Exterior

A política de comércio exterior trouxe resultados superiores às metas estabelecidas. Em 2004 as vendas externas totalizaram US\$ 96,5 bilhões, acima da meta de US\$ 80 bilhões. Esse desempenho se deve, entre outros aspectos, ao amplo processo de diversificação das exportações e aos seus destinos. A promoção de exportações por meio de feiras e missões no exterior também foi um fator decisivo para a conquista de novos mercados. O melhor resultado foi alcançado na China, com a realização de negócios da ordem de US\$ 462 milhões. Com a Rússia, o valor dos negócios chegou a aproximadamente US\$ 11,6 milhões.

Dentre as ações para a melhoria do ambiente necessário ao crescimento das exportações brasileiras, merece destaque o início das atividades do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), resultante da unificação do Conselho Diretor do Fundo de Garantia às Exportações (CFGE) e do Comitê de Crédito às Exportações (CCEX), que permitiu maior agilidade nas respostas aos pleitos dos exportadores. Esse Comitê tem a responsabilidade de examinar e enquadrar operações de exportação para financiamento ou para equalização das taxas de juros, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), bem como no Seguro de Crédito à Exportação.

Com o advento do COFIG, foram aprovadas, em 2004, 30 novas operações que poderão viabilizar exportações de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões, sendo US\$ 569 milhões referentes a obras de engenharia, US\$ 95 milhões a máquinas e equipamentos, US\$ 938 milhões a transportes, US\$ 850 milhões a plataforma da Petrobras e US\$ 31 milhões relativos a softwares e outros serviços. Merecem destaque, ainda, as exportações realizadas com linhas externas e equalização do PROEX para operações intercompanies no valor de US\$ 1,1 bilhão.

É também prioridade do COFIG a viabilização de operações para obras de infra-estrutura necessárias à integração sul-americana, que, além de fazerem parte da política externa brasileira, contribuem para o aumento das exportações nacionais. Já foram aprovadas as condições para a concessão de financiamento e de seguro de crédito para a construção de estradas interoceânicas que irão fazer parte dessa infra-estrutura. A primeira liga o Acre aos portos peruanos de Ilo Matarani e San Juan; a outra estrada consiste na construção do trecho Rubore/El Carmen/Arroyo Concepción, integrando Brasil e Bolívia, as quais contribuirão para exportações brasileiras de aproximadamente US\$ 700 milhões.



O novo modelo SISCOMEX-Exportação possibilitará agilidade e rapidez nas operações de exportação, simplificação do Registro de Exportação (RE), melhor acompanhamento gerencial, interface amigável e interativa com os usuários, redução de custos e acesso 24 horas.

O Portal do Exportador, importante instrumento para a política de comércio exterior, foi criado para auxiliar principalmente os micro, pequenos e médios empresários a ingressarem no comércio internacional. O Portal atingiu, em 2004, a marca de 1 milhão de acessos desde sua criação, disponibilizando informações sobre o processo de exportação e pesquisa de mercado, dentre outras. Nesse mesmo sentido, foi criado o novo serviço 0800 – o Fala, Exportador – para atender a quem não tem acesso à Internet para sanar dúvidas sobre comércio exterior, procedimentos, legislação e barreiras internacionais.

O Governo ampliou a assistência técnica do Alerta Exportador, ferramenta eletrônica disponível na Internet, por meio da qual o pequeno, o médio ou o grande empresário brasileiro recebe gratuitamente as notificações encaminhadas à Organização Mundial do Comércio (OMC) por países importadores do Brasil, relativas a regulamentos técnicos e exigências a respeito de produtos a serem exportados por empresas nacionais. Em 2004, foram atendidas 1.504 empresas, contra 1.273 em 2003.

O aumento da inserção brasileira no mercado internacional também foi marcado por meio de negociações internacionais voltadas para a remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias que em 2004 tiveram grandes avanços. Concluíram-se as negociações de Acordos de Preferências Fixas com a Índia e com o Southern African Custom Union (SACU), constando de cada lado, respectivamente, 450 e 950 produtos, que incluem bens de capital, produtos industrializados, produtos químicos, pesca e produtos agrícolas processados.

Reconhecendo que os gargalos portuários são alguns dos principais problemas para o escoamento e a conseqüente ampliação sustentável das exportações brasileiras, o Governo Federal adotou duas iniciativas importantes. A primeira refere-se ao já citado REPORTO, que é a instituição de um regime tributário para incentivo à modernização e à ampliação da estrutura portuária, com bens enquadráveis definidos pelo Decreto nº 5.281, de 23 de novembro de 2004. O regime é temporário, com vigência até o final de 2005, podendo ser prorrogado por mais um ano. Sua característica principal é a desoneração tributária de máquinas e equipamentos destinados a investimentos nos portos. Os equipamentos adquiridos por meio do REPORTO não sofrem a incidência do IPI, da COFINS, do PIS/PASEP e do imposto de importação, estes últimos no caso de equipamentos sem similar nacional. A segunda frente de ações diz respeito à implantação de uma série de medidas que traduzem a eliminação de gargalos na rede portuária



em curtíssimo prazo. Ao todo, foram listadas 46 ações a serem implementadas nos cinco principais portos do País: Santos, Rio de Janeiro, Rio Grande, Paranaguá e Vitória.

A fim de sustentar a expansão do comércio exterior, o Governo Federal buscará atingir a meta de US\$ 108 bilhões em vendas externas, durante o ano de 2005, mediante, entre outros esforços, a concessão de financiamento, a remoção dos gargalos da logística de exportação, a continuidade das negociações multilaterais e a assinatura de acordos bilaterais.

Para concretizar as perspectivas de comércio exterior via inserção competitiva do País no mercado internacional, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) realizará, em conjunto com a APEX-Brasil, missões empresariais, feiras internacionais e eventos para promoção comercial visando à criação da Marca Brasil, a qual pretende associar aos produtos brasileiros a característica de tecnologia de ponta com responsabilidade ambiental, e instalará centros de distribuição e logística no exterior.

Além disso, o Governo Federal pretende envolver ainda mais os Estados e inserir Municípios em suas ações de fomento ao comércio exterior. Na esfera estadual, ampliará o Programa de Expansão Industrial Exportadora (PEIEX), que atualmente contempla seis Estados (PB, BA, GO, SP, RS e DF), passando a atender, em 2005, os demais Estados da Federação; e também o Programa Estado Exportador, que atualmente atende a oito Estados (AC, AP, PI, RO, RR, SE, TO e DF) com exportações de até US\$ 500 milhões em 2004, e passará a assistir dez unidades federativas em 2005, com a inserção de Alagoas e Paraíba. Para contemplar os Municípios, será lançado o Programa de Estímulo à Integração dos Municípios no Comércio Internacional – Exporta Cidade, com vistas a incentivar as empresas locais a se inserirem no mercado internacional.

Visando ao aperfeiçoamento e à manutenção da desburocratização das operações de comércio exterior, pretende-se simplificar os procedimentos operacionais, manter o serviço de atualização e consolidação normativa dos atos de comércio exterior, enfatizar as remessas comercializadas pelo Programa Exporta Fácil e, ainda, dar prosseguimento às ações de modernização dos sistemas, em particular o Sistema Integrado de Informações e Operações para o Comércio Exterior (SISCOMEX), e à atualização permanente da base de dados do Radar Comercial, com acesso ao público via internet.

3) A competitividade do agronegócio brasileiro

O agronegócio brasileiro é responsável por 34% do PIB (R\$ 508,27 bilhões), 43% das



exportações e 37% dos empregos, sendo 17,7 milhões desses empregos somente no campo, contribuindo significativamente para a diminuição dos índices de desemprego na área rural. Em 2004, as exportações totalizaram US\$ 39 bilhões, enquanto o superávit do setor atingiu US\$ 34 bilhões. Com isso, o agronegócio foi responsável pela manutenção do superávit da balança comercial brasileira, que foi de US\$ 33,6 bilhões.

Procurando minimizar impactos ambientais, a política agrícola governamental incentiva as exportações, ao mesmo tempo em que garante o abastecimento interno, a estabilidade de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população, promove a inclusão social com geração de empregos e renda e, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento sustentável de toda a economia.

Com o aumento da participação do Brasil no comércio agrícola internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias adquirem um papel de fundamental importância, com níveis de exigência cada vez mais rigorosos. Tal tendência reflete-se no crescimento do número de missões estrangeiras nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal no Brasil. Consciente desse cenário, o Governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem envidado esforços na negociação e conclusão de acordos internacionais, somando 80 acordos em vigor em ambas as áreas e mais 41 em processo de negociação.

a) Fortalecimento dos instrumentos de política agropecuária

O Plano Agrícola e Pecuário é um dos principais instrumentos utilizados pelo Governo para alavancar o desenvolvimento econômico. No período 2004/2005, o Governo aumentou em 45,3% a oferta de crédito para agricultura empresarial e em 42,7% a oferta de crédito para a agricultura como um todo. Além do aumento de recursos, foram desenvolvidos novos instrumentos de comercialização, com o objetivo de fortalecer a competitividade por meio de operações nos mercados futuros, atraindo mais investidores. Entre eles, pode-se destacar o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Esses novos instrumentos foram aprovados por meio da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004.

Adotou-se um conjunto de medidas para reduzir a carga tributária, objetivando estimular o agronegócio, evitando impacto negativo na formação dos preços dos alimentos e até mesmo sua redução, em alguns casos. Entre elas destacam-se: alíquota zero do PIS/COFINS para hortifrutigranjeiros, ovos, arroz, feijão e farinha de mandioca; alíquota zero do PIS/COFINS para



adubos, fertilizantes, defensivos, sementes e vacinas para uso veterinário; concessão de crédito presumido do PIS/COFINS para a agroindústria, inclusive cooperativas de produção e vitivinicultores, em relação às aquisições dos insumos adquiridos de pessoas físicas, com impacto positivo nos preços dos alimentos; e isenção de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para cooperativas.

No Programa de Minimização de Riscos do Agronegócio, as ações de meteorologia, climatologia e zoneamento agrícola têm contribuído para o aumento na frequência do monitoramento das situações meteorológicas, climáticas, agrometeorológicas, agronômicas e hídricas dos solos, graças à maior rapidez na coleta, na transmissão e na precisão do dado, permitindo melhora significativa das previsões de tempo e clima, bem como na disseminação antecipada de alertas e avisos.

Além disso, foram realizados 179 zoneamentos agrícolas contemplando as principais culturas nas áreas aptas a seu desenvolvimento, com definição, para 4.823 Municípios das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte, dos períodos favoráveis ao plantio, consoante os tipos de solos e cultivares indicados, visando à minimização de perdas de safras por eventos climáticos adversos, bem como o incremento da produção, produtividade e competitividade do setor agrícola.

Outro importante projeto em execução é o GEOSAFRAS, que visa reduzir a subjetividade do processo de avaliação e previsão de safras, oferecendo informações mais precisas sobre volumes, épocas de colheita e localização da produção. Desse modo, permitirá melhor gestão de estoques e de escoamento da safra.

As ações do zoneamento agrícola, implementadas pelo MAPA, deverão estender seus indicativos para as culturas de cevada não-irrigada para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; cevada irrigada para o Estado de Goiás e Distrito Federal; mandioca para todas as unidades da Federação; mamona nos Estados da região Nordeste; banana nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Estados da região Nordeste; café nos Estados da Bahia, da região Centro-Oeste, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo; caju nos Estados da região Nordeste e uva nos Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Foi aprovada a Lei de subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003), que é instrumento fundamental para ampliação do mercado de seguro rural, promovendo o aumento do número de usuários, a ampliação da distribuição geográfica da cobertura e um maior número de culturas beneficiadas. Foram disponibilizados recursos da



ordem de R\$ 18 milhões para aplicação da subvenção.

Com o aumento de produtividade, o agronegócio brasileiro ganhou projeção no cenário internacional. O Brasil é o primeiro país no ranking de produção e exportação de açúcar, laranja e café e primeiro em exportação de carne bovina, frango e soja, consolidando e conquistando novos mercados. Entretanto, não basta apenas abrir mercados, é preciso garantir a qualidade dos produtos para que o consumidor interno e externo continue a comprar produtos brasileiros. A confiança do consumidor é conquistada com ações de controle sanitário, avaliadas de forma permanente.

Em 2004, foram recebidas 22 missões estrangeiras. As ações de fiscalização no âmbito nacional acontecem no mínimo de três formas: inspeção permanente, supervisões e auditorias. De acordo com a legislação, o sistema de inspeção permanente mobiliza uma grande equipe de técnicos para a montagem e o acompanhamento da programação das missões, bem como da redação dos tratados e acordos sanitários envolvendo o comércio de produtos de origem animal para garantir essa mesma qualidade aos consumidores de nossos produtos.

Nesse sentido, o Governo tem desenvolvido importantes projetos de combate e controle de pragas vegetais e doenças animais para o abastecimento interno e as exportações. Entre eles, destacam-se: erradicação da febre aftosa, prevenção da doença da vaca louca (BSE), newcastle, morte súbita dos cítricos, influenza aviária, sigatoka negra e combate à vassoura-de-bruxa do cacaueiro. Em outubro, foi lançada em Parnamirim (RN) a etapa Nordeste do Projeto-Piloto de Educação Sanitária Brasil Livre de Febre Aftosa. O Projeto levará noções de educação sanitária à população, além de organizar seminários regionais com enfoque na erradicação da doença. Atualmente, 15 Estados são mantidos livres de aftosa, além de Rondônia, que foi declarado livre pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2004, o que corresponde a 92,3% da população bovina e 62% do território nacional.

O Sistema Brasileiro de Classificação de Carcaças melhorou a qualidade da carne bovina brasileira. A qualidade dos alimentos também é garantida por meio da rastreabilidade em toda cadeia produtiva, bem como pela qualificação dos serviços agropecuários e da revisão de normas operacionais do setor. Além disso, houve um incremento de 30% no processo de fiscalização, o que assegura a qualidade dos serviços e dos insumos utilizados na agropecuária.

O Programa de Combate à Fraude do Frango realizou, em 2004, 1.765 análises, e o número de empresas monitoradas subiu de 67% para 74,6%. Foram apreendidos 45.416 kg de frango.



As ações de defesa sanitária contribuíram para a continuidade do aumento das exportações no setor avícola, pois oito unidades da Federação foram reconhecidas como livres de newcastle (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal). Em 2004, exportaram-se 2,5 milhões de toneladas de frango, gerando US\$ 2,6 bilhões, um aumento de 45,8% em relação a 2003. Com relação às doenças exóticas – influenza aviária e doença da vaca louca –, a atuação do MAPA tem garantido que o País seja considerado área livre.

No campo fitossanitário, o Brasil implementou o Alerta Máximo para Moscas das Frutas, causador de sérios entraves ao comércio internacional. Foi implementada a Biofábrica Moscamed, que possui o sistema de controle biológico mais moderno no mundo para prevenção e erradicação da praga. Para controle da ferrugem da soja, foi criado um consórcio que planejou o treinamento de 200 mil produtores em diagnóstico precoce e controle químico e foram aplicados 30 milhões de litros de fungicida nas lavouras.

O Governo disponibilizou recursos financeiros para a realização de levantamentos fitossanitários, bem como para elaboração e publicação de nova Instrução Normativa sobre Sistema de Mitigação de Risco para a Prevenção e Combate à Sigatoka Negra, praga que afeta os bananais. Essas ações proporcionaram o reconhecimento de três áreas livres da sigatoka negra (duas em Mato Grosso e uma em Minas Gerais). No caso das frutas cítricas, diversas ações preventivas e de erradicação do cancro cítrico e da morte súbita dos cítricos têm sido executadas, principalmente no Estado de São Paulo. As ações são realizadas em parceria com o setor privado, por meio do FUNDECITRUS.

Além do combate a doenças e pragas, é fundamental o controle no processamento dos alimentos. Assim, o Sistema de Inspeção Federal (SIF) trabalha para garantir que o processamento de alimentos e rações ofereça produtos de qualidade aos consumidores brasileiros.

Com o incremento contínuo das exportações do complexo de produtos agropecuários, torna-se necessário adquirir mais eficiência no combate à fraude e nas ações de supervisão, auditorias e fiscalização sanitária e fitossanitária dos produtos em trânsito internacional, minimizando a possibilidade de introdução e disseminação de doenças e pragas exóticas que possam comprometer a saúde dos animais e dos vegetais e nossa competitividade. Vale ressaltar também as ações do MAPA para 2005 em termos de análises fiscais e periciais de produtos, subprodutos de origem animal e vegetal de insumos agropecuários, tais como: produtos veterinários, alimentos para animais, sementes e fertilizantes, além do estabelecimento de laboratórios de referência em organismos geneticamente modificados e agrotóxicos e resíduos e da implantação do Sistema Informatizado Rede Clav (Coordenação de Laboratórios de Análise Vegetal).



b) Fomento e organização da produção

O apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural é uma das principais políticas governamentais para a organização da produção agropecuária, que está contribuindo significativamente para a melhoria das condições de vida da população, garantindo empregos e renda no campo. As ações do Governo Federal visam à criação e à modernização de cooperativas, ao treinamento de associados, dirigentes e funcionários e à promoção da autogestão de cooperativas e associações de produtores, e estão sendo desenvolvidos preferencialmente na forma de parcerias com centrais e confederações de associações, sindicatos e cooperativas rurais; com instituições dedicadas à educação, à pesquisa, à assistência técnica e à extensão rural; com organismos internacionais de cooperação e também por meio de parcerias com entidades estaduais e municipais.

O Cooperativismo de Crédito representa R\$ 4,48 bilhões em operações de crédito, praticando taxas de juros em média 4,4% menores do que os bancos comerciais. Esse é um fator relevante para a política do Governo – redução de taxas de juros. São aproximadamente 2 milhões de brasileiros associados a 1.079 cooperativas, 32 centrais e 2 bancos cooperativos.

O Sistema Agrícola de Produção Integrada (SAPI) foi instituído pelo MAPA em 2004. Ele propicia as condições necessárias à certificação, à identificação de origem e à rastreabilidade de alimentos. Um exemplo de sistema de produção integrada são as Produções Integradas de Frutas (PIF), que constituem parte do Programa de Desenvolvimento da Fruticultura.

Para estimular a produção e a exportação de frutas, foi criado o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, que, entre outras medidas, institui normas técnicas para a produção integrada de maçã, uva, manga, mamão, caju, melão, pêssego e citros. A produção integrada tem por objetivo elevar a qualidade e a competitividade da fruticultura brasileira, em atendimento a requisitos internacionais de rastreabilidade, trabalho justo e sustentabilidade ambiental, com a racionalização do uso de agrotóxicos, fertilizantes e água nos cultivos, diminuindo impactos ambientais, institucionalizando normas técnicas de produção integrada de maçã, uva, manga, mamão, caju, melão, pêssego e citros.

O Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico) constante no Plano Plurianual Um Brasil de Todos – PPA 2004/2007 está sendo implementado para apoiar e fortalecer os setores de produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos e estimular o crescimento desse segmento no agronegócio brasileiro. É composto por um conjunto articulado de ações que passam pelo desenvolvimento e pela capacitação



organizacional e tecnológica, pelo aprimoramento e pela adequação de marcos regulatórios que serão desenvolvidos por todas as unidades do MAPA e por suas empresas vinculadas em articulação com o setor público e privado do segmento orgânico.

A política de apoio à cadeia do leite está tornando viável economicamente a produção nacional, a ponto de deixar de ser um importador passivo de produtos lácteos e passar a ser exportador. Nos últimos dez anos, o Brasil aumentou sua produção de leite em 62%, passando de 14,5 bilhões de litros para aproximadamente 23,5 bilhões em 2004, ou seja, quase 5% ao ano. E quanto mais produz, melhor para o desenvolvimento do País. Pela primeira vez, as exportações brasileiras de produtos lácteos superaram as importações. O valor das exportações brasileiras em 2004 foi de US\$ 95,3 milhões, enquanto o valor referente às importações foi de US\$ 83,9 milhões.

Para o fomento da economia cafeeira, foram aplicados recursos em pesquisa agrônômica da cultura; na produção e na divulgação de informações mais precisas sobre safras e estoque, foi aplicado, na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o montante de R\$ 2,4 milhões; no financiamento da produção, com recursos do FUNCAFÉ, foram aplicados, com base em resoluções do Conselho Monetário Nacional, R\$ 821 milhões em custeio, colheita e estocagem; para promoção e marketing do café, foram aplicados R\$ 4,6 milhões; e, ainda, foi concedido alongamento das dívidas dos cafeicultores para 12 e 18 meses.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau por meio de suas ações de geração, difusão de tecnologia, controle da enfermidade da vassoura-de-bruxa, ensino e capacitação técnica para o agronegócio cacau e sistemas agroflorestais contribuiu, em bases sustentáveis, recuperando 57 mil novos postos de trabalho, com receita aproximada de 590 milhões de reais/ano no setor. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) envidou esforços no sentido de intensificar o processo de diversificação da agropecuária, do resgate da agricultura familiar e da agroindustrialização, que contemplou em torno de 50 mil propriedades e 40 mil famílias de agricultores familiares. Outro fator relevante foi o fornecimento da base tecnológica gerencial na organização social e produtiva, mediante Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que atendeu a 829 organizações (cooperativas e associações) nas regiões produtoras de cacau. Vale ressaltar, ainda, a importância do fomento, em 2005, de sistemas agroecológicos de produção, com destaque para a cacauicultura, cuja produção alcançará 200 mil toneladas neste ano.

Outra área de importante atuação do Ministério é a da agroenergia, com ações de suporte ao desenvolvimento da produção agrícola de biocombustível, com destaque para a mamona e a palma, considerada matéria-prima para o setor no médio e no longo prazos, e para a operacionalização da



Unidade Piloto de Produção de Biocombustível de dendê, em parceria com a Petrobras.

Com o crescimento das exportações do álcool combustível e o aumento da demanda interna impulsionada pelas vendas dos veículos do tipo bicombustível, as linhas da atuação do MAPA para 2005 baseiam-se na negociação dos critérios técnicos para a distribuição de cotas de importação ao mercado norte-americano, na atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool e na co-geração de energia elétrica por meio do bagaço de cana-de-açúcar, buscando privilegiar a adoção de tecnologias mais eficientes.

As principais medidas para garantir o abastecimento interno e a segurança alimentar da população são o fornecimento de crédito orientado à produção de gêneros alimentícios, adequada à capacidade de armazenagem, formação de estoques estratégicos, previsão de safras e garantia de preços mínimos adequados ao produtor.

Para aumentar a capacidade de armazenagem no País, direcionou-se maior volume de recursos para o financiamento da construção de armazéns em nível de produtor e para a revitalização da capacidade pública de armazenagem. De um lado, o MODERINFRA, que disponibiliza recursos do BNDES a juros fixos para a construção e a modernização de unidades armazenadoras nas propriedades rurais, ofertou R\$ 500 milhões em 2003/2004 e R\$ 700 milhões em 2004/2005. No biênio 2003/2004, a CONAB ampliou sua rede de armazéns de 33 para 84 unidades, aplicando R\$ 8,1 milhões em investimentos e manutenção corretiva e preventiva.

O Governo também adquiriu maior volume de produtos, garantindo renda ao produtor e formando estoques estratégicos. Em 2002, havia menos de 300 mil toneladas disponíveis, enquanto em 2004 os estoques chegaram a 2,1 milhões de toneladas, principalmente de milho e trigo.

Com objetivo de sustentar a renda do produtor rural, o Governo reajustou os preços da tradicional Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) em até mais de 50% e aprimorou os novos mecanismos de ação governamental, como os contratos de opção de venda e o prêmio para escoamento de produto (PEP). Exemplo disso foi o dispositivo da Medida Provisória nº 221/2004, que passou a permitir a equalização de preços de contratos de opções lançados pelo setor privado, possibilitando ainda maior eficiência dos recursos públicos disponíveis para o apoio à comercialização e à sustentação de preços. Um outro produto que recebeu aporte de recursos públicos para estocagem e normalização do abastecimento ao consumidor foi o álcool etílico combustível. Foram disponibilizados, anualmente, cerca de R\$ 500 milhões para financiamento da estocagem e R\$ 50 milhões para equalização de encargos financeiros. A ausência de surtos de



escassez de álcool ou oscilações abruptas de preços nos últimos dois anos indica o sucesso do programa governamental no esforço de estabilização do mercado do produto.

No que se refere à formação dos estoques públicos, a previsão de aquisição em 2005 é de 4.038.000 de toneladas de produtos agrícolas, sendo os custos de aquisição e manutenção dos estoques estimados em R\$ 1,9 bilhão.

Dentro das estratégias do Governo para o fortalecimento e a ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local, a Rede Solidária de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (REFAP), também implantada pela CONAB, objetiva promover a articulação dos pequenos varejistas e seus fornecedores para que façam compras em conjunto e assim obtenham melhores preços.

c) Pesquisa agropecuária e desenvolvimento tecnológico

No campo da pesquisa, a EMBRAPA tem em carteira 978 projetos de P&D, dos quais 206 foram iniciados e 121 foram finalizados em 2004, em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, a EMBRAPA manteve o pioneirismo, colocando o País na vanguarda da pesquisa em áreas como a biotecnologia, a clonagem de animais, o seqüenciamento genético e o lançamento de cultivares adaptadas às diversas regiões do País. Nesses dois anos, nasceram dois clones bovinos. Foram realizados os seqüenciamentos genéticos do café, da banana, da bactéria que causa pneumonia em frangos e do vírus da lagarta da soja. Foram obtidas autorizações para o plantio de experimentos a campo de feijão, batata e mamão transgênico, e foram registradas noventa novas cultivares no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares do MAPA.

A Empresa também ajudou a enfrentar as crises da ferrugem asiática da soja, criou técnicas de prevenção da sigatoka negra nos bananais ao disponibilizar mais três variedades resistentes à doença e, com uma nova metodologia, desenvolvida e patenteada pela EMBRAPA, que permite identificar a presença de proteínas animais nas rações destinadas à alimentação de ruminantes, contribuiu para a prevenção do mal da vaca louca. Para tanto, conseguiu R\$ 4,5 milhões da FINEP (Fundos Setoriais) para pesquisas em sanidade animal e vegetal.

As diretrizes da EMBRAPA para 2005 estão representadas pela continuidade das ações vinculadas ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para Inserção Social e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento para Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio Brasileiro, enfatizando neste último as ações de Pesquisa e



Desenvolvimento em Tecnologias e Sistemas Avançados para Apoio à Defesa Agropecuária. Foram definidos como temas estratégicos de pesquisa: biotecnologia; agroenergia, prioridades da iniciativa amazônica, uso sustentável da biodiversidade; aquicultura; segurança dos alimentos/agregação de valor; gestão ambiental (boas práticas); agricultura de precisão; agricultura familiar e território; agricultura orgânica e agroecologia.

A CEPLAC também tem importante papel na pesquisa agropecuária com destaque para a genômica que resultou no mapeamento do gene ligado a resistência à doença vassoura-de-bruxa. O seqüenciamento do genoma, fungo causador da vassoura-de-bruxa, permite identificar genes de resistência a doenças/pragas na cacaucultura.

4) Política Nacional para o Turismo

A criação do Ministério do Turismo, uma iniciativa do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vem enfrentando o desafio de conceber um novo modelo de gestão pública para o segmento, de forma descentralizada e participativa, visando gerar divisas para o País, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e possibilitar a inclusão dos mais variados agentes sociais.

A missão do Ministério é promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e da competitividade dos produtos, da ampliação e da melhoria da infra-estrutura turística e da promoção comercial do produto turístico brasileiro.

a) Plano Nacional do Turismo

Na execução das ações e dos programas do Plano Nacional do Turismo, em 2004, o Governo primou pela forma participativa, ampliando a discussão em todas as regiões brasileiras e envolvendo todos os setores representativos do turismo, por meio das reuniões regulares do Fórum Nacional de Turismo e das suas oito Câmaras Temáticas, dos Fóruns Estaduais de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, buscando constituir um processo dinâmico de construção permanente. Teve como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade e como princípios orientadores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a geração de empregos e ocupação e a geração de divisas para o País.



b) Promovendo o turismo brasileiro

No ano de 2004, o setor foi contemplado com o maior volume de recursos orçamentários executados dos últimos cinco anos. Foram aplicados R\$ 111,5 milhões em ações que focaram a promoção, o marketing e o apoio à comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos, como também o apoio à realização de eventos que evidenciaram as manifestações artísticas e culturais do povo brasileiro.

Os ativos turísticos dos diversos Estados brasileiros foram escolhidos pelos fóruns estaduais de turismo para compor os materiais promocionais desenvolvidos. Essa ação inédita na gestão pública do turismo permitiu que uma verba de R\$ 20 milhões fosse descentralizada. As propostas foram avaliadas por cada fórum, que decidiu pela liberação da verba de acordo com critérios específicos para cada Estado, contemplando, em 2004, 22 Unidades da Federação.

Merece destaque a implantação de quatro Escritórios Brasileiros do Turismo (EBT) no exterior, sendo um nos Estados Unidos, com sede em Nova York, e três na Europa, em Portugal (Lisboa), Reino Unido (Londres) e França (Paris). Outros dois, na Alemanha (Frankfurt) e Itália (Milão), estão em fase de estruturação. Na sede da EMBRATUR, em Brasília (DF), funciona, desde o final de 2003, o EBT responsável pela América do Sul. Como unidades avançadas de promoção turística do País no exterior, esses Escritórios têm a missão de consolidar a imagem do Brasil como destino turístico competitivo. Neste ano, esses Escritórios envolveram mais de 1.100 pessoas – entre operadores de turismo, agentes de viagens e representantes de companhias aéreas – em seminários de venda e mais de 25 feiras internacionais de turismo. Além disso, garantiram a presença de 48 operadores estrangeiros no País, divididos em oito viagens da Caravana Brasil. Em 2005, será aberto um EBT em Madri, na Espanha.

O Brasil marcou presença em quarenta feiras internacionais de turismo, 16 a mais que em 2003, ano em que a EMBRATUR lançou a Agenda de Promoção Comercial do Turismo Brasileiro no Mercado Internacional, ampliando assim a presença do País em eventos no exterior. A média anual de participação era de 15 feiras até 2002. Cerca de 450 co-expositores – entre órgãos públicos, empresas de turismo e companhias aéreas – apresentaram seus produtos, serviços e destinos nos diferentes eventos. Sempre atrelada à agenda das feiras, a inovação ficou por conta da organização de Noites Brasileiras (Chicago, Barcelona, Lima, Buenos Aires e Santiago), que enfatizaram a diversidade da nossa cultura. Foram também realizados oito seminários de venda Descubra o Brasil (Nova York, Nova Jersey, São Francisco, Los Angeles, Paris, Londres, Santiago e Montevidéu), que reuniram aproximadamente 1.170 participantes.



O programa denominado Caravana Brasil, que leva operadores de turismo para conhecer “in loco” a infra-estrutura turística de cidades brasileiras, realizou 19 viagens ao longo do ano, visitando 80 cidades, em 15 Estados. Oito dessas viagens foram voltadas exclusivamente para profissionais estrangeiros.

Para organizar a comercialização do Destino Brasil no exterior, a EMBRATUR também apoiou e incentivou a criação de dois escritórios: o Bureau Brasil de Ecoturismo, Aventura e Mergulho e o Bureau Brasileiro de Pesca Esportiva, que se juntaram ao Bureau Nacional de Golfe e à Associação Brasileira de Resorts, já existentes, que também contam com apoio do Instituto.

c) 1º Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável

O evento em Salvador contou com a presença de palestrantes, especialistas e personalidades representando mais de 60 países, inclusive os ministros do Turismo dos 29 países que compõem o Conselho Executivo da OMT. Nessa ocasião, discutiu-se o processo de mobilização e articulação de organizações e pessoas, em escala mundial, em prol do desenvolvimento do turismo, suas concepções e práticas, de modo que sejam promovidas condições para a paz, desenvolvimento social, diversidade cultural, preservação da biodiversidade e desenvolvimento econômico, a partir de dezenas de casos concretos, acontecidos no Brasil e no exterior. A realização do evento em território nacional e a agenda técnica de discussões permitiram a troca de experiências quanto ao desenvolvimento de novas práticas do turismo no Brasil, bem como o fortalecimento de sua imagem interna e externa como destino turístico sustentável internacional. O evento contou com um público de 2.585 pessoas inscritas para acompanhar a programação e 1.753 visitantes, totalizando 4.338 participantes.

d) Acordos internacionais

d.1) Acordo Brasil-China

Um dos fatos mais relevantes, em 2004, foi o estabelecimento de um acordo entre os Governos do Brasil e da República Popular da China, que garantiu ao Brasil o status de Destino Aprovado para os turistas da República Popular da China, possibilitando a abertura do País para viagens de turismo dos chineses. O acordo abre para o Brasil um grande mercado emissor de turistas, que certamente, a médio e a longo prazos, irá gerar um grande impacto no total de entrada de turistas estrangeiros e contribuir para o alcance das metas do Plano Nacional do Turismo.



d.2) Acordo MERCOSUL-Japão

Foi assinado acordo entre o MERCOSUL e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) para a implantação de projeto que prevê ações visando ao fortalecimento do MERCOSUL, ao seu desenvolvimento como destino turístico e à sua promoção no mercado japonês, um dos mais importantes emissores de turistas. O projeto será inteiramente custeado pela JICA e abre a perspectiva de otimização do ingresso de turistas japoneses nos países do MERCOSUL. O projeto visa, ainda, a criação do Escritório de Promoção Conjunta do MERCOSUL, no Japão, sob a coordenação de um representante do MERCOSUL.

e) Impulsionando o turismo regional

O Programa de Desenvolvimento do Turismo na região Nordeste (PRODETUR-NE), após a fase de elaboração e aprovação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS), está na fase de contratação dos empréstimos pelos Estados. O Programa de Desenvolvimento do Turismo na região Sul (PRODETUR-SUL) está na fase de elaboração e aprovação dos PDTIS pelos Estados e já foram iniciados os primeiros repasses para aplicação dos recursos da contrapartida do Governo Federal. Este Programa já recebeu a aprovação pelo Comitê de Empréstimo do BID, visto já estarem em fase de aprovação 62 projetos, mais de 80% da amostra. A contrapartida federal foi de R\$ 20,9 milhões, valor significativamente superior aos R\$ 5,6 milhões aplicados em 2003. Quanto ao PRODETUR-JK, os trabalhos encontram-se na etapa de preparação para o financiamento, que envolve a elaboração dos projetos necessários à implementação do Programa. Para essa etapa, foi acordada com o Banco Mundial a viabilização de uma doação do Fundo Japonês no valor de US\$ 1 milhão.

O Programa de Regionalização do Turismo, denominado Roteiros do Brasil, elemento central da política nacional do turismo e referência para todas as ações do Ministério, traduz uma ação que tem como um dos seus aspectos principais a contribuição para a redução das desigualdades regionais e a interiorização do desenvolvimento por meio da integração das três esferas de governo, em estreita articulação com a iniciativa privada. Tem por fundamento a construção coletiva de um Planejamento Territorial Turístico para o Brasil, mediante a constituição de roteiros integrados, articulando os Municípios em uma escala regional. No seu processo de implantação, em 2004, foi construído, em discussões nos Fóruns Estaduais nas 27 UFs, o mapeamento das regiões turísticas em todo o País, que culminou com a identificação de 219 regiões turísticas, envolvendo 3.213 Municípios. O Programa foi lançado pelo Presidente da República, em rede nacional, no dia 29 de abril de 2004. Encontram-se em fase de definição as



regiões prioritárias, a serem trabalhadas no estágio da promoção e da comercialização para sua apresentação no Salão Brasileiro do Turismo, previsto para junho de 2005.

f) Produção associada ao turismo

O Governo Federal vem desenvolvendo ações de estruturação, qualificação e promoção da produção associada ao turismo, abrangendo a qualidade, a diversidade e o design dos mais diversos itens, como vinho, cachaça, jóias, artesanato, têxteis, música e manifestações culturais. Houve apoio direto ao desenvolvimento e à melhoria da produção associada ao turismo em três Estados: Tocantins, Mato Grosso do Sul e Acre.

g) Melhorando a infra-estrutura turística

Em infra-estrutura turística, o Governo Federal aplicou o montante de R\$ 166,5 milhões, implementando ações que compreendem a participação na execução das mais diversas obras de infra-estrutura em todas as regiões e Estados brasileiros, compreendendo construção, reforma e ampliação de ativos imobiliários que compõem os produtos turísticos brasileiros, bem como adequação de patrimônio histórico e sinalização turística. Esse montante é superior em 116% ao que foi aplicado em 2003.

h) Qualificando o turismo

Já está em andamento, no âmbito do Programa Alimento Seguro do Turismo (PAS-Turismo), presente em 19 Estados, a qualificação de restaurantes, bares, quiosques e ambulantes que atuam no ramo de alimentação. É importante salientar que o convênio firmado com o SENAI deve dobrar o que foi realizado até o presente momento na área de alimentos prontos para consumo, além de ter a capacidade de dotar o Brasil de um diferencial competitivo, uma vez que o País deverá ocupar posição de destaque entre os países que mais investem na segurança do alimento oferecido ao turista.

As ações voltadas à qualificação profissional estão presentes em 82 Municípios de 10 Estados, contemplando cerca de 20 mil profissionais. A demanda por cursos que foi atendida envolve gestão de negócios, hospitalidade, ocupações básicas, trilheiros, mateiros e condutores de ecoturismo, culinária, captação e organização de eventos.

No âmbito das ações de apoio à certificação, destacam-se: (i) apoio à publicação de 33 normas técnicas ocupacionais e de competências da ABNT; (ii) apoio à criação do Sistema de



Certificação em Turismo de Aventura, que compreende normas de segurança e informações e manual de resgate; (iii) apoio, em atendimento à recomendação da Organização Mundial do Turismo (OMT), ao desenvolvimento do projeto de certificação em turismo sustentável para meios de hospedagem, em conjunto com outros ministérios, SEBRAE e organizações não-governamentais, e apoio financeiro do BID e da APEX-Brasil.

i) Aumento do turismo no Brasil

No que se refere exclusivamente ao meio de transporte aéreo, o Brasil obteve em 2004 resultados que evidenciam o êxito das iniciativas adotadas, como o desembarque de mais de 5,7 milhões de passageiros de vôos internacionais – considerando passageiros brasileiros e estrangeiros –, superior em 5% ao total de desembarques de 2003 (5,4 milhões), também em decorrência do aumento de vôos charter. Destacam-se também outros expressivos resultados, tais como: o desembarque de mais de 35,2 milhões de passageiros de vôos nacionais – superior em 14,6% em relação a 2003 (30,7 milhões); o total de 289,96 mil desembarques por meio de vôos charter, enquanto em 2003 esse número foi de 172 mil; a receita cambial turística no montante de US\$ 3 bilhões, superior em 25% em relação ao ano anterior (2003/US\$ 2,4 bilhões), registrando um superávit da ordem de US\$ 340 milhões, o maior dos últimos 10 anos; e a captação de 32 eventos internacionais para o Brasil.

Em 2005, prevê-se a aceleração da execução do PRODETUR-NE II, em função da autorização do Governo para aumentar em US\$ 80 milhões a contrapartida federal, substituindo as obrigações de contrapartida dos Estados integrantes do Programa. No âmbito do PRODETUR-SUL, o Governo irá assinar o contrato de empréstimo do BID, no valor de US\$ 150 milhões. A receita cambial turística para este exercício está projetada em recursos da ordem de US\$ 3,8 bilhões e superávit cambial de US\$ 400 milhões, em decorrência dos esforços e das estratégias adotadas e do ingresso de 5,6 milhões de turistas estrangeiros no País – considerando todas as modalidades de transporte –, em consequência da elevação em 20% dos desembarques internacionais de passageiros e em 100% dos vôos charter.

5) Trabalho e emprego

a) Aumento do emprego formal

O esforço deste Governo para estabilizar a economia no ano de 2003 e a consolidação da trajetória de crescimento econômico em 2004 vêm mostrando seus reflexos no emprego formal.



O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) – registro administrativo de toda movimentação no emprego formal celetista, segundo informações das empresas privadas de todo o País – apresentou, em 2004, o melhor desempenho anual desde o início da série histórica do CAGED em 1992. O saldo positivo alcançou 1,523 milhão de postos de trabalho formais, representando um aumento de 6,55% em relação ao mesmo período de 2003.

Houve aumento do emprego com carteira assinada em todos os setores. Na indústria, o saldo foi de 504.601 postos de trabalho, o que representa um crescimento de 9,36%. Nos serviços, de 470.123, com aumento de 5,06%. O comércio teve saldo de 403.940 vagas (7,86%), enquanto no setor agropecuário o crescimento foi de 6,34%, com 79.274 empregos formais. Já a construção civil, que havia eliminado vagas em 2003, recuperou-se e fechou 2004 com saldo de 50.763 vagas (4,66%). As nove principais regiões metropolitanas do País foram responsáveis pela abertura de 546.334 empregos com carteira em 2004. O dinamismo da geração de empregos foi mais intenso no interior — reflexo, em parte, do desempenho do agronegócio. No interior dos Estados aos quais pertencem essas áreas metropolitanas, o saldo foi de 633.466 postos de trabalho, variação positiva de 7,36%.

O processo de aumento do emprego captado pelo CAGED é corroborado pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME), que identificou queda nos índices de desemprego também nas regiões metropolitanas. Em dezembro de 2004, a taxa de desemprego nas citadas regiões pesquisadas pelo IBGE registrada pela PME foi de 9,6%, ficando pela primeira vez, desde 2001 – ano em que a pesquisa teve sua metodologia alterada –, abaixo de 10%.

b) Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a geração de emprego e renda

O Governo Federal, em conjunto com o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), aprovou o incremento de recursos e reformulou as prioridades na destinação dos recursos financeiros do FAT, de acordo com as necessidades do desenvolvimento nacional e para ampliar os impactos positivos sobre o nível de ocupação. Em 2004, foram contratadas 2,2 milhões de operações de crédito, com aplicação de R\$ 11,9 bilhões de recursos – ultrapassando a meta estimada. Entre os programas, destaque para o expressivo aumento nas operações do PROGER Urbano (mais de 1,5 milhão de operações envolvendo R\$ 4,3 bilhões), que teve seu teto financiável para investimento e capital de giro elevado. Em todas as liberações de recursos para financiamento de investimento, a atual gestão estabeleceu o compromisso de contratação preferencial de jovens de 16 a 24 anos e adultos acima de 40 anos. Para 2005, estão previstos 2 milhões de operações de crédito, com recursos da ordem de R\$ 7 bilhões.



c) Redes de proteção ao trabalhador

O Governo Federal vem se empenhando para reduzir os altos índices de descumprimento da legislação de proteção ao trabalho, com foco nas atividades econômicas nas quais esses índices são historicamente maiores (especialmente no meio rural). De janeiro a dezembro de 2004, as ações de fiscalização propiciaram o registro de 708.957 trabalhadores, dos quais 173.641 (24,49%) na agricultura e 146.899 (20,72%) no setor industrial, garantindo o cumprimento de direitos trabalhistas e previdenciários.

Nesse mesmo período, a fiscalização direcionada à verificação do cumprimento da legislação trabalhista atingiu 302.905 estabelecimentos e alcançou 24.453.179 trabalhadores. A participação das entidades sindicais de trabalhadores, por intermédio das Comissões Sindicais instaladas nas Delegacias Regionais do Trabalho, foi fundamental para o sucesso dessa ação. Tal participação dá-se na discussão do planejamento, na implantação, no acompanhamento e na avaliação das ações de fiscalização do trabalho, resultando em significativo aumento da efetividade dessas ações.

Com a formalização do vínculo empregatício, é garantido ao trabalhador o respeito aos seus direitos trabalhistas e previdenciários, com grande impacto em sua renda, em virtude do depósito mensal do FGTS em sua conta vinculada; do recolhimento da contribuição previdenciária e do pagamento de décimo terceiro salário, das férias, do repouso remunerado semanal, entre outros direitos. Além do benefício direto para o trabalhador, também há um aumento na arrecadação, principalmente no que diz respeito a FGTS, INSS, INCRA e MEC, possibilitando ao Governo dispor de mais verbas para previdência social, saneamento básico, educação e políticas habitacionais.

Em 2005, será mantido o planejamento para alcançar, prioritariamente, os melhores resultados na formalização do contrato de trabalho sob ação fiscal e na regularização dos recolhimentos do FGTS.

d) Aumento da cobertura do abono salarial

O Programa do Abono Salarial é um benefício no valor de um salário mínimo anual, assegurado aos empregados que recebem até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), conforme determina o artigo 239, § 3º da Constituição Federal, e que atendam aos critérios definidos pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.



Melhorias ocorridas no decorrer dos últimos exercícios, tais como a implementação de instrumentos de divulgação e esclarecimentos à população, têm permitido o aumento gradativo do número de trabalhadores identificados e pagos com direito ao benefício.

Em 2004, foram identificados 9,6 milhões de trabalhadores com direito ao abono salarial. No mesmo período, 8,9 milhões foram efetivamente pagos, representando um dispêndio total equivalente a R\$ 2,2 bilhões para o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Isso significa uma taxa de cobertura equivalente a 92,61%. É importante ressaltar que, neste ano, se obteve a maior quantidade de trabalhadores identificados e pagos desde a criação do Programa.

Para 2005, já foram identificados 9.114.850 trabalhadores, com previsão para pagamento de 8.750.256. O volume de recursos previsto corresponde a R\$ 2,4 bilhões.

e) Primeiro Emprego

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego foi instituído em 2003 como compromisso do Governo Federal para o combate ao desemprego entre jovens de 16 a 24 anos, que é duas vezes maior do que a taxa geral da população. O Programa envolve ações de qualificação e intermediação de empregos, principalmente para jovens de baixa escolaridade. Para aumentar o interesse das empresas em receber os jovens, foi desenvolvida uma linha de adesão empresarial e foram feitos esclarecimentos aos empreendedores.

Em 2004, foram qualificados 41.487 jovens, sendo: 6.732 jovens pelos Consórcios Sociais da Juventude; 4.755 jovens por intermédio do Serviço Civil Voluntário; e 30 mil jovens pelo Projeto Soldado Cidadão. Além disso, mais 21.969 jovens já começaram a ser qualificados nos Consórcios Sociais da Juventude, ainda em dezembro de 2004. Já o Projeto Jovem Empreendedor qualificou 4.422 jovens, em 108 Municípios, para ações de empreendedorismo.

Além da qualificação profissional para o mercado formal e para o empreendedorismo, foram gerados 36.470 empregos para a juventude em 2004, dos quais: 2.653 na linha da subvenção econômica; 3.900 na linha da responsabilidade social; e 30.335 contratações de jovens de 14 a 18 anos como aprendizes em todas as regiões do País. O Governo Federal vem intensificando o processo de diálogo e parceria com os empregadores e com as organizações e os movimentos de juventude, procurando enfatizar a participação dos atores diretamente envolvidos no combate ao desemprego juvenil no Brasil.



Em 2005, está prevista a qualificação de 100 mil jovens para o mercado de trabalho formal, por intermédio dos Consórcios Sociais da Juventude e do Serviço Civil Voluntário, e 16 mil jovens para ações de empreendedorismo. Por sua vez, continuarão a ser implementadas prioritariamente as modalidades de subvenção econômica e responsabilidade social no âmbito do Programa Primeiro Emprego, e também serão acompanhados 8 mil jovens que receberão linhas de crédito para abrir seus próprios negócios.

f) Seguro Desemprego

São modalidades do Seguro Desemprego no Brasil: Seguro Desemprego Formal; do Pescador Artesanal; Bolsa Qualificação para Trabalhadores com Contrato de Trabalho Suspenso; do Empregado Doméstico; do Trabalhador Resgatado da Condição Análoga à de Escravo. Trata-se de um dos principais programas sociais do País, atendendo ao trabalhador em momentos de vulnerabilidade social e econômica.

O Seguro Desemprego Formal tem como finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa ou por paralisação total ou parcial das atividades do empregador. Em 2004, foram beneficiados nessa modalidade do programa 4,7 milhões de trabalhadores, e o montante de benefícios pagos alcançou R\$ 7 bilhões. Mesmo considerando o expressivo crescimento do número de empregos formais na economia, esses números demonstram a importância do Seguro Desemprego para a garantia da manutenção do trabalhador que permanece desempregado.

O Seguro Desemprego do Pescador Artesanal destina-se aos pescadores profissionais que exerçam sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros. O benefício de um salário mínimo mensal é pago durante o período de defeso, no qual a atividade pesqueira é proibida para a preservação das espécies. No ano de 2004, 150.900 pescadores artesanais receberam o benefício mensal, e os recursos para esta modalidade foram da ordem de R\$ 159,1 milhões.

A Bolsa Qualificação destina-se a subvencionar os trabalhadores com contrato suspenso, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.

O pagamento do Seguro Desemprego ao Empregado Doméstico tem por finalidade prover assistência financeira temporária aos empregados domésticos com acesso ao Fundo de Garantia



do Tempo de Serviço (FGTS) e que tenham sido demitidos sem justa causa. Nesta modalidade, foram beneficiados pelo programa 8.600 empregados domésticos em 2004. Os recursos executados superaram R\$ 7,6 milhões. Em 2005, está previsto o atendimento de 11.150 beneficiários, com custo de R\$ 8,7 milhões.

O pagamento do Seguro Desemprego ao Trabalhador Resgatado da Condição Análoga à de Escravo assegura assistência financeira temporária ao trabalhador resgatado por ação de fiscalização do trabalho. No tocante à execução, os dados demonstram que no exercício de 2004 foram beneficiados 1.879 trabalhadores. No que se refere aos recursos, foram aplicados R\$ 1,475 milhão. No caso desta categoria de trabalhador, em 2005, estão previstos 1.500 beneficiários, ao custo de R\$ 1,2 milhão.

g) Plano Nacional de Qualificação

O objetivo do PNQ é promover a qualificação social e profissional do trabalhador brasileiro, com prioridade para as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, raça/etnia, faixa etária e/ou escolaridade. Desse modo, articulado às políticas de educação, desenvolvimento e inclusão social, o PNQ busca fortalecer a probabilidade de acesso e permanência do trabalhador ao mundo do trabalho. Por meio de parcerias com Estados, Municípios, consórcios municipais, entidades do movimento social e organizações não-governamentais, o PNQ vem aprimorando a efetividade social e a qualidade pedagógica da qualificação profissional. Em 2004, foram qualificadas 142,3 mil pessoas, tendo sido aplicados R\$ 82,3 milhões, elevando-se a carga horária média dos cursos em 31% (de 110h para 160h), no intuito de aprimorar a qualidade da formação do trabalhador. Para 2005, a meta é aumentar a execução em 40%, qualificando 200 mil pessoas, com carga horária média maior (180h), ampliando o alcance e a qualidade pedagógica do PQSP.

O PNQ estabeleceu, desde sua criação, critérios objetivos para alocação de recursos, a fim de promover a maior equidade regional sem desconsiderar a importância econômica de cada unidade da Federação. Para tanto, destina o adicional de 10% dos recursos para os Estados mais desfavorecidos, o que possibilitou o repasse de 48% dos recursos da qualificação a esses Estados em 2004, ampliando o acesso dessas populações a oportunidades de qualificação social e profissional.

Comprometido com o controle público sobre a aplicação de seus recursos, o PNQ aprofundou em 2004 sua relação de parceria com os principais órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União, incorporando as recomendações emanadas por



esses órgãos e promovendo maior transparência no gasto público.

Em 2004, o Governo Federal criou a linha dos Planos Setoriais de Qualificação. Os PlanSeQs são elaborados para atender diretamente às demandas de qualificação associadas a empreendimentos econômicos de dimensões setoriais ou estruturantes e para situações emergenciais que envolvam risco social. São organizados com base na concertação entre agentes governamentais, privados e sociais, com particular atenção para o diálogo tripartite e a lógica do co-financiamento.

h) Segurança e saúde no trabalho

O Programa de Segurança e Saúde no Trabalho tem como finalidade a melhoria das condições e do ambiente de trabalho, e para isso envolve ações de normatização e fiscalização.

No campo da fiscalização, em 2004, foram realizadas 132.938 ações de inspeção em segurança e saúde, envolvendo 14.362.865 trabalhadores. No mesmo período, foram investigados 1.704 acidentes do trabalho graves e fatais, regularizadas 732.543 situações de descumprimento da legislação específica e efetuados 1.097 embargos ou interdições totais ou parciais de estabelecimentos.

O Governo Federal utiliza a estratégia tripartite para promover a participação social das representações de trabalhadores e empregadores nas ações área de segurança e saúde do trabalho. Existem cerca de 20 comissões tripartites em andamento que seguem os seguintes princípios: composição paritária, caráter consultivo e busca do consenso. A atuação do Governo privilegia, ainda, a relação com os Conselhos Federais de Engenharia, Medicina e Enfermagem e com o Sistema “S”.

No campo da normatização, destacam-se as portarias de criação de normas regulamentadoras de condições de segurança e saúde no setor rural, em serviços de eletricidade, em assistência de saúde, em espaços confinados e no setor de checkout de supermercados.

i) Intermediação

A intermediação pública de mão-de-obra tem como objetivo principal facilitar a busca por trabalho a partir do cadastramento dos dados profissionais e pessoais do trabalhador em um dos 1.063 postos da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e do posterior cruzamento com as vagas disponibilizadas por empregadores clientes do Sistema.

Em 2004, a rede de atendimento do SINE inscreveu 5.051.281 trabalhadores. Neste período, captou



1.672.575 vagas, encaminhou para entrevistas com empregadores 3.634.316 trabalhadores, tendo colocado 885.097 trabalhadores. A meta de intermediação para o ano em curso era de 754.932 colocações, ou seja, o SINE não apenas cumpriu as metas, como também as superou.

Os recursos executados em 2004 para a intermediação de mão-de-obra totalizaram mais de R\$ 99 milhões. Para 2005, a previsão é aplicar recursos da ordem de R\$ 100 milhões.

j) Economia solidária

Durante 2004, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária lançou raízes em todo o território, mediante a criação dos 27 Fóruns Estaduais, que vêm trabalhando de forma articulada. Além disso, em agosto de 2004, foi realizado o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, com mais de 2 mil representantes de cooperativas e associações produtivas.

Também como parte desses esforços de fortalecimento, foi formada uma rede nacional de entidades para realizar o mapeamento da economia solidária e implantar o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, com o lançamento de uma campanha nacional. Nesse sentido, preliminarmente já foram mapeados 22 mil empreendimentos de economia solidária e 1.031 entidades de apoio ao setor.

Em todo o País, a economia solidária promove ações concretas de geração de trabalho e renda como forma de combate à exclusão social. O Governo Federal vem mantendo intenso diálogo com essas iniciativas da sociedade civil, fomentando a organização e a articulação desses empreendimentos em redes de produção e comercialização, com a realização de feiras em todo o País que mobilizam milhares de trabalhadores, além de apoiar a constituição de políticas públicas de economia solidária nos Estados e Municípios, como as parcerias para a implantação de 13 Centros Públicos de Economia Solidária em capitais brasileiras. Dentre os empreendimentos apoiados, destaca-se a Usina Catende, em Pernambuco, importante usina álcool-açucareira que hoje opera em regime de autogestão, envolvendo cerca de 2.500 famílias.

Para 2005, pretende-se, em primeiro lugar, dar continuidade ao mapeamento da economia solidária no Brasil, consolidando um Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária. Também deve ampliar o apoio às políticas públicas de economia solidária de Estados e Municípios, principalmente por meio da construção de novos Centros Públicos de Economia Solidária, bem como pela consolidação do uso naqueles construídos em 2004. Está previsto um amplo processo de formação e divulgação da economia solidária por todo Brasil, principalmente



por meio da formação de gestores públicos e agentes das entidades parceiras, bem como pela efetivação da Campanha Nacional da Economia Solidária.

1) Relações do trabalho

Na área de relações do trabalho, o Governo Federal tem como prioridade promover a mudança do sistema brasileiro de relações do trabalho, com vistas à sua democratização e adequação às novas exigências do desenvolvimento nacional e à atual realidade do mundo do trabalho.

A mediação de conflitos individuais e coletivos de trabalho é uma das atribuições que têm sido priorizadas pelo atual Governo. Em 2004, foram realizadas 22.077 mediações individuais e 12.869 mediações coletivas.

6) Inclusão bancária

A inclusão de milhões de brasileiros de menor renda no sistema bancário tem sido uma das prioridades deste Governo, concretizada mediante a implantação de diversas medidas voltadas, especialmente, para permitir o acesso à conta corrente e ao microcrédito.

Para ampliar o acesso aos serviços bancários à população de baixa renda e excluída do sistema financeiro, com destaque para os trabalhadores informais, o Governo criou em 2003 a conta-corrente e a conta de poupança simplificada, isentas de tarifas e sem exigência de comprovação de renda e endereço.

Desde a implantação dessa medida, em junho de 2003, até o final de dezembro de 2004, foram abertas nos bancos públicos (CEF, BB, BPB, BNB e BASA) mais de 4,6 milhões de contas simplificadas. Destaca-se a Caixa Econômica Federal, que abriu mais de 2,55 milhões de contas em menos de dois anos, e o Banco Popular que, em meio ano de operação efetiva, abriu mais de 1 milhão de contas. Os bancos privados, que também realizam operações de microcrédito popular, têm operado principalmente com contas de poupança simplificada.

O Banco Popular do Brasil (subsidiária do Banco do Brasil) foi criado por meio da Lei nº 10.738, de 17 de setembro de 2003, com o objetivo de atender com serviços financeiros exclusivamente pessoas de baixa renda (microfinanças), oferecendo contas simplificadas, crédito popular (com juros limitados a 2% ao mês), poupança, seguros e a realização de pagamentos e recebimentos diversos, entre outros serviços bancários.

Esse Banco, que atua exclusivamente por intermédio de correspondentes bancários, iniciou efetivamente suas operações em julho de 2004, e em dezembro já contava com 5.530 pontos de atendimento, possuía 1.050.000 contas simplificadas e tinha concedido empréstimos na ordem de R\$ 19,6 milhões, superando seu Plano de Metas que previa a abertura de 1 milhão de contas-correntes. Esses números foram alcançados apenas nos últimos seis meses do ano, mostrando a eficiência e a perspectiva de sucesso deste Banco.

Para 2005, a meta do BPB é conceder R\$ 300 milhões em operações de microcrédito, alcançar 2 milhões de contas simplificadas e estar presente em 7 mil pontos de atendimento espalhados por todo o País, ampliando sua atuação nas pequenas cidades. Os clientes terão direito a cartão de crédito, poupança, seguros e títulos de capitalização.

Destaca-se ainda a alteração da Lei nº 9.311, de 24/10/96, por meio de Medida Provisória nº 226, assinada pelo Presidente da República no dia 29 de novembro de 2004, incluindo os débitos das contas simplificadas entre as operações com alíquota zero para a CPME, concedendo mais um benefício à população de baixa renda titular destas contas.

a) Microcrédito popular

Em medida implementada em 2003, o Governo fixou que um percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista dos bancos deveria ser destinado ao microcrédito, com taxas limitadas a 2% ao mês. Os valores máximos emprestados nesta modalidade de crédito são de R\$ 600 quando o empréstimo é destinado ao consumo e de R\$ 1 mil quando destinado a empreendimentos produtivos. Esta medida, juntamente com a abertura de contas simplificadas, possibilitou que muitas pessoas de baixa renda tivessem acesso ao microcrédito. A participação desse segmento social no sistema financeiro, além de contribuir para a inclusão social, permite que as instituições financeiras conheçam melhor esse público, historicamente excluído do acesso aos serviços financeiros. A relação e o histórico dos clientes construídos nos bancos a partir das contas simplificadas contribuem para facilitar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros nos financiamentos.

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o Banco Popular do Brasil (BPB), por exemplo, concedem empréstimos iniciais de R\$ 50 a R\$ 200 logo após a abertura de contas simplificadas, valores que crescem à medida que os empréstimos vão sendo quitados, o que contribui para a redução das taxas de juros em seus financiamentos.

No ano de 2004, segundo dados do Banco Central, foram realizadas 4 milhões de operações de



microcrédito, com R\$ 1,18 bilhão emprestados em operações realizadas por bancos públicos e privados. Desse total, 360 mil operações, representando R\$ 248 milhões, foram destinadas a empreendedores, portanto, classificadas como microcrédito produtivo.

A CAIXA adaptou uma faixa do tradicional empréstimo sob penhor para atender parcela da população com crédito fácil e de juros baixos pela modalidade Micropenhor, realizando em apenas quatro meses de funcionamento, 578 mil operações que representaram R\$ 137 milhões.

b) Microcrédito produtivo orientado

Para ampliar o acesso ao crédito por pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com faturamento bruto anual de até R\$ 60 mil, o Governo Federal criou no final de novembro de 2004 o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, objetivando potencializar os empreendedores geradores de trabalho e renda.

O Microcrédito Produtivo Orientado utiliza metodologia baseada no relacionamento direto de um agente de crédito com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, podendo assim contribuir para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento, sendo o valor e as condições do crédito definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do beneficiário.

As instituições operadoras deste Programa são as Organizações da sociedade civil de Interesse Público (OSCIP), as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), as Cooperativas de Crédito e as Agências de Fomento que atuam com microcrédito produtivo orientado. Ainda como medida facilitadora para que os bancos repassem recursos para as instituições de microcrédito, a Medida Provisória permitiu a realização de operações de crédito deste Programa sem a exigência de garantias reais, as quais podem ser substituídas por formas alternativas e adequadas de garantias, além de autorizar que o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER) e o Fundo de Aval do Sebrae (FAMPE) concedam aval nestas operações realizadas entre instituições financeiras e as SCM e OSCIP de Crédito.

A experiência do microcrédito produtivo orientado de maior sucesso e amplitude no Brasil é realizada pelo Banco do Nordeste (BNB), por intermédio do Programa CrediAmigo, que atua por meio de uma OSCIP. A OSCIP atua ligada diretamente ao BNB, e conta com 170 agências, 28 postos de atendimento e 844 assessores de crédito, levando o microcrédito a 1.165 Municípios localizados nos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Só em



2004 o volume de desembolsos no CrediAmigo foi da ordem de R\$ 441 milhões, representando um crescimento de 17,79% em relação a 2003, quando foram contratados R\$ 368,2 milhões. Em 2003 e 2004 foram realizadas 942,6 mil operações de crédito. Tal desempenho consolida o CrediAmigo como o maior programa de microcrédito da América do Sul, já tendo emprestado R\$ 1,5 bilhão nos seus sete anos de existência e contratando 1,8 milhão de operações.

O Conglomerado BB, em especial por intermédio do Banco Popular do Brasil, também pretende atuar no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado mediante compra de crédito ou repasse de recursos para as instituições de microcrédito. As parcerias propostas pelo Banco Popular prevêem, ainda, a possibilidade de credenciamento dessas instituições como correspondentes bancários, incrementando seus negócios e complementando as funções de microcrédito produtivo orientado com a de bancarização.

c) Crédito consignado

Por intermédio das Leis nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, foi regulamentada a oferta de crédito com desconto em folha de pagamento, medida que beneficiou todos os trabalhadores assalariados, inclusive aposentados e pensionistas do INSS. Essa iniciativa do Governo Federal, além de ampliar o acesso ao crédito à população, especialmente a de menor renda, e de reduzir a burocracia, está contribuindo para a redução das taxas de juros em cerca de 50%, uma vez que o desconto em folha proporciona maior garantia ao agente financeiro.

Analisando uma amostra de instituições financeiras para o ano de 2004, as quais representam cerca de 80% do volume de crédito pessoal no Brasil, o volume de recursos de crédito consignado aumentou 89% entre janeiro e dezembro, passando de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 11,9 bilhões. A participação do crédito consignado no valor total financiado por essas instituições para pessoa física cresceu de 25,5% para 34,4%. Em dezembro de 2004, a taxa de juros anual nos empréstimos consignados em folha era de 40,27% ao ano (2,86% ao mês), muito abaixo dos 70,7% ao ano das demais linhas de crédito pessoal.

No Banco do Brasil, em 2004, o volume aplicado na modalidade de crédito consignado cresceu 133% em relação aos valores de 2003. A carteira de crédito consignado ultrapassou a faixa dos R\$ 2,5 bilhões, sendo que desse volume, R\$ 1,7 bilhão foi relativo aos empréstimos concedidos em 2004, beneficiando mais de 713 mil clientes. Em relação à taxa média de juros praticada pelo BB, houve redução entre 2003 e 2004 de 4,60% a.m. para 2,40% a.m., o que representa redução de aproximadamente 50% na taxa aplicada nesse tipo de operação. Para 2005, a perspectiva é de



que o mercado cresça em torno de 25%.

A CAIXA, na modalidade de consignação com desconto em folha de pagamento, firmou convênios com entidades e empresas, tais como INSS, CUT, Correios e prefeituras. O montante dos empréstimos foi de R\$ 4,1 bilhões, com mais de 1,5 milhão de operações, incluindo o crédito a aposentados. Aos aposentados e pensionistas do INSS, foram emprestados R\$ 1,8 bilhão, beneficiando 845 mil clientes.

d) Criação da Conta Investimento

Além de reduzir o custo da mudança entre aplicações financeiras, a criação da conta-investimento democratizou a rentabilidade das aplicações, uma vez que levou ao pequeno investidor o mesmo tratamento que, na prática, já era permitido ao grande investidor. Sua criação permite que sejam efetuadas movimentações financeiras entre diferentes instrumentos de poupança sem a incidência de CPME, a qual só será cobrada no momento da transferência de recursos da conta corrente para a Conta Investimento. Ademais, foram alteradas as regras de incidência do Imposto de Renda sobre aplicações financeiras, prevendo alíquotas decrescentes segundo o prazo de permanência na aplicação. Com essa medida estimula-se a poupança de longo prazo, importante fonte de recursos para o investimento.

7) Políticas às Micros, Pequenas e Médias Empresas

As micro, pequenas e médias empresas (MPME) são importantes na geração de emprego e renda e na promoção do desenvolvimento social e econômico desconcentrado. Para apoiar estas empresas, bem como fomentar o empreendedorismo, o Governo implementou inúmeras medidas e programas para beneficiar esse segmento.

Por meio do Decreto nº 5.028, de 31 de março de 2004, o Governo Federal aumentou o teto de receita para fins de categorização da empresa por porte. Agora, são consideradas microempresas as que possuem receita bruta até R\$ 438 mil/ano, contra R\$ 244 mil/ano na regra anterior. No caso de empresa de pequeno porte, o teto passou de R\$ 1,2 milhão/ano para R\$ 2,1 milhões/ano. Essa medida foi adotada com o intuito de garantir a um número maior de estabelecimentos o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, ampliando, assim, o universo de beneficiários dos programas governamentais de apoio ao segmento, os quais são mais compatíveis com a realidade operacional dessas empresas.

Para reduzir a informalidade e ainda garantir a inserção dessas empresas nos programas



governamentais de apoio ao setor, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, no final do mês de setembro de 2004, um projeto de lei complementar que vai representar um importante avanço para o empreendedor brasileiro. As medidas buscam, por meio da desoneração tributária e da redução de burocracia, estimular a formalização de pequenos negócios, diminuir a taxa de mortalidade das pequenas empresas e gerar postos formais de trabalho.

O projeto prevê um regime tributário, previdenciário e trabalhista simplificado para o empresário individual com faturamento bruto anual de até R\$ 36 mil e cria plano especial de contribuição à Previdência para segurados individuais e facultativos. A criação de um regime simplificado para o empresário individual visa estimular a formalização de um grande número de pequenos negócios e, também, das relações de trabalho que se estabelecem nesses empreendimentos. Segundo estimativa da Associação Nacional da Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI), cerca de 11 milhões de empresários e 43 milhões de trabalhadores encontram-se hoje na informalidade. A informalidade nas relações de trabalho prejudica o trabalhador, que fica sem acesso aos direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e ao Seguro Desemprego, e atinge, principalmente, a mão de obra de baixa renda. Ela também impede que o trabalhador informal tenha acesso aos benefícios previdenciários.

Outra iniciativa, cujo objetivo é reduzir a burocracia e facilitar a vida do empresário, prevê a implantação de um sistema informatizado de apoio a este empresário, que permitirá o pagamento unificado de impostos e contribuições, além de outras facilidades na gestão de seu negócio. Ao acessar o sistema, o empresário deverá informar seu faturamento e os dados relativos ao pagamento de salários aos empregados, para que ele efetue o cálculo dos impostos e contribuições devidos.

Ainda com o intuito de garantir a capacidade operacional de empresas de pequeno porte que tenham enfrentado dificuldades, o Governo concedeu parcelamento em até 60 meses para débitos de empresas optantes pelo SIMPLES. A medida, que vigorou até 30 de setembro de 2004, permitiu que 136 mil micros e pequenas empresas parcelassem suas dívidas tributárias, evitando a sua exclusão desse regime diferenciado e privilegiado de tributação.

No que diz respeito à concessão de crédito às micro, pequenas e médias empresas, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para este setor cresceram 25%, atingindo um montante de R\$ 12,6 bilhões, em 110 mil operações, principalmente em função do lançamento do cartão BNDES, que amplia o crédito e torna as operações mais rápidas. O Banco do Brasil realizou 421 mil operações envolvendo recebíveis, capital de giro, cheque ouro empresarial e conta garantida, totalizando recursos da ordem de R\$ 5,5 bilhões. Para 2005, o BB espera um



crescimento de 13,4% nas operações de capital de giro, em relação ao total aplicado em 2004, com destaque para o BB Giro Rápido. No âmbito do BNB, as operações com empresas deste segmento passaram de 11.658 para 47.588, compreendendo recursos da ordem de R\$ 207 milhões.

a) Exportações por remessas postais

O serviço de exportação por remessas postais simplificou os meios de venda de produtos ao exterior e permitiu que micro e pequenas empresas, especialmente as localizadas fora dos grandes centros urbanos, pudessem concorrer também em mercados externos. Em 2004, 6.000 empresas fizeram uso desse procedimento, que cresceu 57% em volume físico e 62% em valor exportado. A partir de 2005, a perspectiva é de que outros segmentos produtivos utilizem o serviço, com a proposição de aumento do valor do limite de envio por remessa de 10 mil para 20 mil dólares. As previsões apontam para um crescimento, neste ano, de 30% do valor exportado.

O Exporta Fácil, serviço de exportação por remessas postais, criado pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), teve em 2004 um aumento de 65% no valor exportado e no número de operações de exportação. Ao mesmo tempo, aumentou em 8% o número de empresas que utilizam esse produto.

8) Política de Incentivo à Aquicultura e Pesca

Marco importante no incentivo às áreas da aquicultura e da pesca foi a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), ligada à Presidência da República. O surgimento de secretarias e estruturas estaduais e municipais de apoio à pesca e aquicultura, o investimento da indústria naval, voltando a apostar no setor, o grande interesse de nações estrangeiras em trocar experiências e adquirir o produto brasileiro, o incremento do consumo e a retomada do reconhecimento da importância do pescado na alimentação e como gerador de renda e postos de trabalho, são alguns dos resultados já obtidos com a nova política.

Outro resultado importante foi o avanço em relação às normas que regem a aquicultura e a pesca no Brasil. Destaca-se a edição dos seguintes normativos: Decreto nº 5.069/04, estabelecendo a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) Decreto nº 5.231/04, dispondo sobre a criação, organização e exploração de Terminais Pesqueiros Públicos; Lei nº 10.849/04, criando o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA) Pesqueira e Instrução Normativa Interministerial nº 06/04, dispondo sobre a autorização de uso de espaço físico em corpos d'água de domínio da União, para fins de aquicultura. Dessa forma,



foi estruturado o marco legal e eixo político, para que o setor assuma posição de destaque na economia nacional, com uma cadeia produtiva consolidada associada à sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade pesqueira e aquícola.

a) Terminais pesqueiros públicos

A infra-estrutura no setor pesqueiro é de fundamental importância como base ao desenvolvimento da atividade pesqueira. Em 2004 foram reativados os terminais pesqueiros públicos de Santos e Cananéia, modernizado o terminal pesqueiro público de Laguna e definidas as localizações dos terminais pesqueiros públicos de Cabedelo, Belém e Rio de Janeiro.

Em 2005, prevê-se a reativação e modernização de cinco terminais pesqueiros Públicos no litoral brasileiro e a implementação de sistema de monitoramento da frota pesqueira que permitirá o controle da frota industrial em atividade em águas marítimas sob jurisdição nacional.

b) Arrendamento de embarcações pesqueiras

Quanto ao regime de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca, foi implementado o acesso às autorizações de arrendamento por meio de concorrência pública. Este procedimento tornou os processos mais transparentes e orientados segundo as políticas de desenvolvimento, sendo que 60 embarcações estrangeiras de pesca foram arrendadas com base em critérios estabelecidos em editais de convocação. Estas embarcações operam em diversas pescarias, incluindo a captura de atuns e afins, sem interferir na soberania do Brasil sobre seu território no Oceano Atlântico – a Zona Econômica Exclusiva. Assim, acabou-se com o antigo e viciado sistema de arrendamento de embarcações estrangeiras.

c) Subsídio ao preço do óleo diesel

O Governo elevou o percentual da subvenção econômica ao preço do óleo diesel marítimo de 12% para os atuais 20%, equiparando o preço do produto nacional ao internacional e aumentando a competitividade das embarcações brasileiras. Em 2004, 2,4 mil embarcações foram habilitadas e beneficiadas com esse aumento da subvenção. Foram subvencionados cerca de 66 milhões de litros de óleo diesel, mediante investimentos da ordem de R\$ 7,4 milhões.



d) Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescados

A campanha deste ano envolveu supermercados, feiras livres e mercados públicos. O consumo de pescados, em algumas cidades, durante a Semana do Peixe, chegou a aumentar 300%. A campanha também beneficiou as camadas mais pobres da população, que tradicionalmente não consomem pescado. Somente no Rio de Janeiro foram distribuídas às comunidades carentes mais de 10 toneladas de peixe.

e) Promoção de exportação do pescado brasileiro

Com o objetivo de aumentar as exportações de pescado brasileiro proveniente da pesca marítima e da aquicultura continental, o Governo Brasileiro participou de quatro das maiores feiras internacionais de pescado e promoveu rodadas de negócio em sete países europeus, expondo produtos oriundos da carcinicultura, pesca marítima, e, pela primeira vez na história, peixes nativos do Pantanal e da Amazônia, provenientes de cultivo em fazendas com certificados ambientais. Entre os resultados estão as primeiras exportações oficiais de peixes nativos de cultivo da história do Brasil e a expectativa de mais de US\$ 40 milhões em exportação resultantes somente dos contatos estabelecidos.

Serão implantadas pelo menos 20 unidades para apoio e fomento à aquicultura, na forma de unidades demonstrativas e de produção de formas jovens, com vistas a fortalecer o primeiro elo da cadeia produtiva e, assim, garantir a sustentabilidade do crescimento da produção nacional.

Para dar início às ações de inclusão de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, que têm na atividade pesqueira importante fonte de recursos para a sua subsistência, serão implantados, por meio de convênios e ações diretas, 19 parques aquícolas em 6 grandes reservatórios de águas públicas.

A previsão para 2005 do benefício do Seguro Desemprego para o pescador artesanal é de 350.471 beneficiários com custos de R\$ 294,7 milhões. A implantação do Novo Registro Geral da Pesca, a partir de janeiro de 2005, e o combate ao falso pescador, por intermédio de ações em conjunto com a Polícia Federal, Ministério Público e Ministério do Trabalho e Emprego, no sentido de coibir a utilização indevida da carteira de pescador profissional para recebimento do Seguro Desemprego do pescador artesanal, são medidas importantes para garantir a dignidade do pescador.

Com objetivo de consolidar o aumento do consumo, da produção e da exportação de pescado de forma sustentável e integrada, serão priorizados investimentos em infra-estrutura e em



qualificação profissional dos agentes de toda a cadeia produtiva. Além disso, será priorizado o apoio a iniciativas de pesquisas tecnológicas e aplicadas, que busquem o aprimoramento de tecnologias e conhecimentos na área de aquíicultura e pesca, como, por exemplo, o Navio-Escola Pesqueiro, que viabilizará pesquisas de monitoramento e avaliação de estoques e servirá como base para capacitação profissional e tecnológica.

9) Fortalecimento da Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar é um setor fundamental para o desenvolvimento do Brasil com justiça social e com uma ocupação mais equilibrada do território. Os mais de quatro milhões de agricultores que representam o segmento são responsáveis por 77% de toda a mão-de-obra ocupada no campo, por 40% da produção agropecuária e pela produção da maioria dos alimentos que compõem a cesta de alimentos de consumo habitual no Brasil: 84% da mandioca; 67% do feijão; 52% do leite; 49% do milho; 40% das aves e ovos e 58% dos suínos.

Dados de estudos recentes mostram de forma ainda mais evidente sua força econômica e seu dinamismo. Em 2003, o PIB da Agricultura Familiar era de R\$ 156,6 bilhões, o que corresponde a 10,01% do PIB do País e a um terço do total do PIB do Agronegócio. Reconhecendo seu papel no desenvolvimento econômico e social, o Governo vem atuando de forma a fortalecer os produtores como protagonistas do desenvolvimento e não como meros caudatários da ação governamental.

a) O maior investimento da história do PRONAF

Nos últimos dois anos, dobraram os recursos do crédito rural para a Agricultura Familiar aplicados pelo PRONAF. O volume passou de um patamar de R\$ 2,2 bilhões na safra 2002/2003 para chegar a R\$ 4,5 bilhões na safra 2003/2004. As operações de crédito, por sua vez, saltaram de 904 mil para 1,4 milhão.

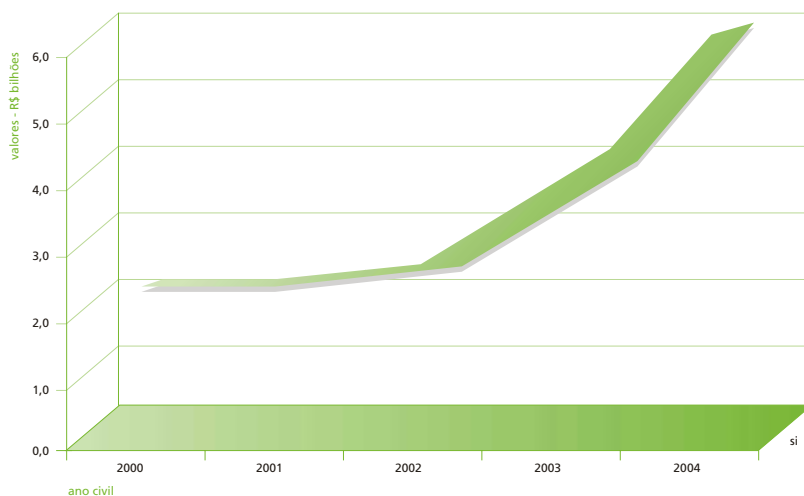
E o crescimento continua. Para a 2004/2005 foram disponibilizados R\$ 7 bilhões, com projeção de 1,8 milhão de contratos. Os dados iniciais já são bastante animadores. De julho a dezembro de 2004 as operações de crédito de custeio e investimento do PRONAF já chegaram a um milhão de contratos e a R\$ 4,1 bilhões.

Os dados da aplicação do PRONAF, quando analisados sob o contexto do ano civil, confirmam a tendência desse aumento. O número de contratos passou de um patamar estagnado dos anos anteriores de 950 mil para 1,55 milhão de contratos, ou seja, mais 600 mil famílias de

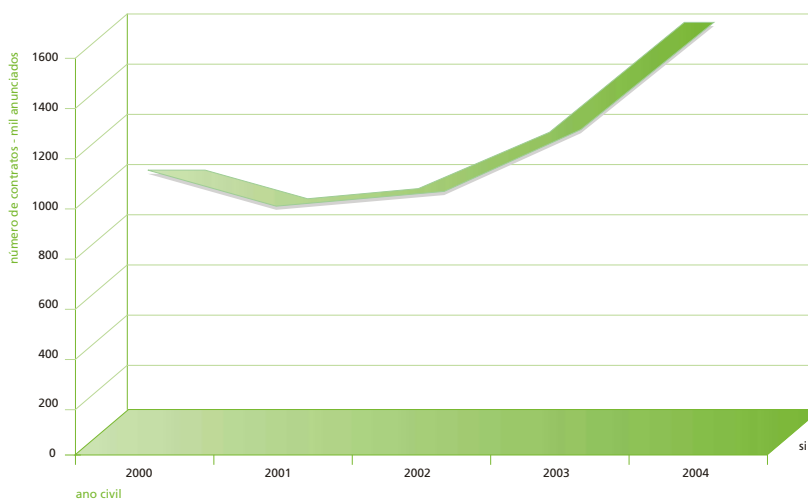


agricultores familiares tiveram acesso à política de crédito. Esses números indicam um acréscimo de 63,2 %, no número de beneficiários. Já os valores quase triplicaram, passando do patamar de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 5,6 bilhões em 2004, correspondendo a um aumento de 154,6 % nos quantitativos de recursos aplicados pelos agricultores familiares no ano de 2004, quando comparado à posição do ano de 2000. Os dois gráficos que seguem configuram a tendência.

**MONTANTE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS AO AMPARO DO PRONAF
NOS ANOS CIVIS DE 2000 A 2004 - VALORES EM R\$ BILHÕES**



**NÚMERO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS AO AMPARO DO PRONAF
NOS ANOS CIVIS DE 2000 A 2004**





O PRONAF agora é, de fato, um programa nacional, pois chega em 96% dos Municípios brasileiros. E o crescimento se deu em todas as regiões do País, com destaque para aquelas que apresentam os maiores índices de pobreza rural – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além dos bancos oficiais, a ampliação do PRONAF dar-se-á por meio do crescimento da participação do cooperativismo de crédito. Para a safra 2004/2005 a meta é que 10% do montante total das operações do PRONAF sejam feitas pelas cooperativas de crédito.

Esses resultados foram obtidos em decorrência de inúmeras inovações implementadas no PRONAF. A liberação dos recursos no tempo certo permitiu que o planejamento agrícola pudesse ser respeitado. A simplificação no acesso, por meio do Cartão Pronaf, permite ao agricultor familiar movimentar sua conta corrente sem burocracia e, ainda, renovar automaticamente o crédito a cada ano, desde que pague seus compromissos em dia. Por fim, a ampliação das linhas de crédito permitiu o atendimento das especificidades dos diversos setores que compõem a agricultura familiar e a ampliação do público beneficiário: PRONAF Mulher; PRONAF Jovem; PRONAF Semi-Árido; PRONAF Agroindústria Familiar; PRONAF Cooperativa de Crédito (Cotas-Parte) e o PRONAF Floresta.

b) Seguro da Agricultura Familiar

Um seguro agrícola voltado para a agricultura familiar tornou-se realidade a partir da safra 2004/2005. O Governo criou o Seguro da Agricultura Familiar para os agricultores que realizam financiamento de custeio agrícola no PRONAF.

O Seguro garante a cobertura de 100% do valor do financiamento, os juros contratuais incidentes sobre as parcelas de crédito utilizado e parte dos recursos próprios aplicados pelo agricultor, que corresponde a 65% da receita líquida esperada pelo agricultor, até o limite de R\$ 1.800,00. Ao assegurar boa parte da receita – além da totalidade dos financiamentos – no caso da perda da safra o Seguro da Agricultura Familiar garante a continuidade das atividades produtivas.

A estimativa é de que até o final desta safra, em junho de 2005, chegue a 850 mil o número de agricultores familiares beneficiados.

c) Garantia-Safra

Em 2004, ampliou-se o compromisso do Governo em dar segurança para a atividade agrícola na região semi-árida, em especial para aqueles agricultores familiares mais suscetíveis aos



problemas decorrentes da estiagem. A consolidação e a ampliação do Programa Garantia-Safra envolveu uma verdadeira mobilização social, com a participação de governos estaduais e municipais, além do próprio agricultor familiar. A adesão ao Programa implica a participação pecuniária desses setores, constituindo um fundo para, quando for necessário, o pagamento dos benefícios. Para fazer jus ao benefício, deverá ser demonstrada perda de 50% na produção de arroz, milho, feijão, algodão e mandioca por problemas decorrentes de estiagem.

Na safra 2003/2004, o valor do benefício passou de R\$ 475,00 para R\$ 550,00, que parcelado garante uma renda durante cinco meses. O número de Municípios participantes passou de 333 para 365. O número de quotas disponibilizado foi de 260 mil para uma adesão efetiva de quase 180 mil agricultores familiares. Para a safra 2004/2005, a meta é chegar a 460 mil agricultores familiares participando do Programa.

d) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

No exercício de 2004, o Governo construiu um novo sistema nacional e lançou a nova política de assistência técnica e extensão rural, denominada ATER.

O acesso ao conhecimento e às tecnologias mais apropriadas qualifica o acesso a crédito e a outras políticas de desenvolvimento rural, contribuindo de forma direta para gerar mais renda e dar mais estabilidade à produção.

Essa política garante a retomada desse serviço fundamental para a agricultura familiar e os assentamentos de Reforma Agrária, com a integração das ações de órgãos federais, de diferentes ministérios, governos estaduais e municipais, de organizações não-governamentais e movimentos sociais com atuação na pesquisa e na extensão.

Em 2004, o montante total chegou a R\$ 200 milhões. Foram firmados 101 convênios ou contratos de repasses com entidades de ATER nos 26 Estados e no Distrito Federal no valor de R\$ 42,1 milhões. Em contrapartida, entidades estaduais de ATER contrataram mais de 2.400 profissionais, com destaque para os Estados da região Norte. Com isso, até o final de 2004, garantimos os serviços de ATER a 1,6 milhão de unidades familiares de produção. Em 2005, a cobertura chegará a todos os assentamentos de Reforma Agrária e a 2,2 milhões de agricultores familiares.

e) Bolsa Seca Sul

O ano de 2004 teve início com severa seca nos três Estados do Sul e no Mato Grosso do Sul. A



ação emergencial do Governo Federal beneficiou com um rebate de até R\$ 650,00 no ato da quitação os agricultores com operações de crédito de custeio. No caso das operações de investimento, os prazos para pagamento das parcelas vencidas e não-quitadas em decorrência das intempéries climáticas foram postergados em até um ano, após seu vencimento normal.

Além disso, os agricultores familiares sem operações de crédito foram beneficiados com um valor de R\$ 300,00. Foram disponibilizadas 65 mil quotas, das quais 58.931 foram distribuídas aos agricultores familiares. Tudo isso foi feito com a participação dos agricultores e suas entidades representativas, além das unidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Estados.

f) Comercialização e agroindustrialização

O Governo implementou novos programas para facilitar a comercialização e estimular a agroindustrialização da produção da agricultura familiar, dos assentados da Reforma Agrária e das comunidades rurais tradicionais, agregando renda e gerando novas oportunidades de trabalho no meio rural.

O Programa de Agroindustrialização abrange projetos de beneficiamento e/ou transformação de produtos e o artesanato em geral. Estimula a integração das etapas da cadeia produtiva, a integração em redes e agroindústrias, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas e a promoção e divulgação de produtos. Em 2004, foram desenvolvidos 1.690 projetos agroindustriais, com aplicação de R\$ 47,7 milhões, além dos recursos específicos do crédito rural, que envolveram mais de 10 mil famílias e resultaram na manutenção de mais de 20 mil empregos.

g) Apoio ao cooperativismo

O Governo Federal ampliou seu apoio à organização e ao fortalecimento de cooperativas de produção, comercialização e crédito, e a associações rurais conduzidas por agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária. Em 2004, foi lançado o Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (COOPERSOL), que resultou no investimento de R\$ 4,3 milhões na formação de técnicos e trabalhadores em associativismo e cooperativismo, em 100 cooperativas de crédito e de organização da produção em 16 Estados, envolvendo 340 técnicos, 1,2 mil dirigentes de cooperativas e 165,4 mil cooperados. Para 2005, 150 novas cooperativas de crédito e de outros ramos, como produção e comercialização, de 24 Estados serão apoiadas.

As cooperativas de crédito são, em muitos casos, o único meio de acesso ao financiamento em



idades sem cobertura bancária. Em função disso, o MDA e o Banco Central assinaram convênio para facilitar a criação de novas cooperativas de crédito voltadas para agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária, contribuindo para ampliar a cobertura do PRONAF. Os resultados já começaram a aparecer. Em 2004, foram criadas 38 cooperativas de crédito e outras 112 serão criadas até o final de 2005. Isso permitirá a aplicação de cerca de R\$ 800 milhões de crédito rural, beneficiando mais 250 mil agricultores familiares.

h) Participação social e desenvolvimento territorial sustentável

Fortalecer e integrar os programas vinculados ao desenvolvimento rural sustentável e, em especial, da agricultura familiar e da reforma agrária é o objetivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Em 2004, esse importante espaço paritário de diálogo e participação social foi reestruturado para atuar de forma mais eficiente no acompanhamento, na análise e na proposição de alterações nas políticas e nos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e demais órgãos vinculados à temática rural.

Com a participação também dos Conselhos Estaduais, o CONDRAF atuou na incorporação de novos temas na agenda governamental, na análise e na elaboração de propostas referentes às políticas públicas de desenvolvimento rural. A nova regulamentação do Fundo de Terras, a Política Nacional de ATER e a Política Nacional de Saúde para as Populações do Campo exemplificam temas nos quais a atuação do CONDRAF contribuiu para a definição de tais políticas.

i) Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)

O PNPB integra diversas áreas do Governo e foi construído a partir do diálogo e da participação social com todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva. Tendo como princípio orientador básico a inclusão social mediante a geração de empregos na agricultura familiar e na cadeia produtiva do biodiesel, já existem mais de 15 mil famílias envolvidas com a produção de matérias-primas para fabricação desse novo combustível. Devem ser registrados, também, os efeitos benéficos da instalação de indústrias que mobilizarão mais de US\$ 130 milhões em investimentos, gerando empregos e serviços de qualidade no interior do País.

j) Estratégia de desenvolvimento rural sustentável

A estratégia de desenvolvimento rural sustentável orienta a atuação do Governo Federal na articulação e na gestão descentralizada de várias políticas públicas, tendo como referência o



território rural. Ações voltadas para o desenvolvimento local de acordos, arranjos, articulações, competências e habilidades que fortaleçam a capacidade de gestão estão orientadas para a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Até dezembro de 2004, foram selecionados 98 territórios rurais nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 1.569 Municípios, uma população total de 35,4 milhões de pessoas e 29% da área total do País. Nesses territórios concentram-se 38% dos beneficiários, sendo 36,3% dos agricultores familiares, 49,9% das famílias assentadas pela Reforma Agrária e 42,3% das famílias acampadas. Em 2005, a meta é atender mais 120 territórios, abrangendo cerca de 1.900 Municípios e ampliando em 25% o número de beneficiários diretos.

Um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento territorial é o PRONAF Infra-Estrutura, que disponibiliza recursos (não-reembolsáveis) para obras consideradas prioritárias pela comunidade. Em 2004, foram apoiados 614 projetos, com investimento de R\$ 78,3 milhões. Além disso, foram investidos R\$ 15 milhões na capacitação de 221 mil agentes de desenvolvimento nas áreas de cooperativismo, comercialização e formulação e gestão de políticas públicas. Para 2005, deverão ser aplicados R\$ 90 milhões de investimentos em infra-estrutura e R\$ 20 milhões em capacitação.

Na região do semi-árido nordestino, como parte do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER), o Projeto Dom Helder Câmara, fruto da cooperação do MDA com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), atua na promoção de processos locais participativos e solidários de implantação de alternativas econômicas para a agricultura familiar e assentados da Reforma Agrária. Em 2004, foram aplicados R\$ 12,8 milhões, que resultaram na garantia da assistência técnica a 6 mil famílias, na capacitação de professores, alunos e agricultores e na formação de técnicos, filhos de agricultores familiares. Na vertente da infra-estrutura hídrica, foram construídas 24 barragens subterrâneas, 50 quilômetros de adutoras e estão em construção 14 barragens sucessivas.

10) Plano Nacional de Reforma Agrária

a) Assentamento de novas famílias

As novas famílias assentadas são aquelas que receberam terra e foram homologadas como beneficiárias da Reforma Agrária, passando a receber as políticas de desenvolvimento dos assentamentos (crédito de apoio inicial, habitação, obras de infra-estrutura, etc.).



Em 2004, 81.254 famílias foram assentadas. Isso representa o terceiro melhor resultado da história da Reforma Agrária no Brasil. Somando-se o desempenho de 2003, o Governo Federal assentou um total de 117.555 famílias em dois anos, atingindo 81% da meta de 145 mil famílias estabelecida pelo II PNRA para esse período. Além dos assentamentos realizados, outras 26.149 famílias já têm assentamento garantido no início de 2005.

As terras para Reforma Agrária são obtidas por meio de decretos de desapropriação, operações de compra e destinação de terras públicas. Em 2004, foram publicados decretos desapropriatórios para 388 imóveis. Há quatro anos não havia desempenho semelhante. Esses decretos somam uma área de 869.721 hectares, o melhor desempenho dos últimos seis anos. Foram criados também projetos de assentamento. Em dois anos, foram criados 762 projetos e decretada a desapropriação de mais de 1,3 milhão de hectares.

b) Crédito fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento complementar de acesso à terra para associações de agricultores por meio de financiamento da compra de imóveis rurais que não são passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária e de investimentos em infra-estrutura produtiva e social. Em 2004, o Programa atendeu 8.535 famílias nas suas três linhas de atuação: Nossa Primeira Terra; Programa Combate à Pobreza Rural; e Consolidação da Agricultura Familiar. Foram financiados 177,17 mil hectares, com um investimento total de R\$ 130,33 milhões para aquisição de terras e implantação de infra-estrutura básica e produtiva. A meta para 2005 é beneficiar 37.500 famílias.

c) Reforma Agrária de qualidade

c.1) Assistência técnica

Em 2004, das 544.165 famílias assentadas, cerca de 77,7% do total foram atendidas com serviços de assistência técnica e extensão rural nos projetos de assentamento. Do total de famílias beneficiadas, 305.216 foram atendidas com a contratação de equipes por meio do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), em 3.311 assentamentos, com investimentos de R\$ 54,8 milhões. Além disso, outras 118 mil famílias foram atendidas por meio do PRONAF A. Até 2006, será garantido o acesso universal pelos assentados a esse serviço.



c.2) Apoio ao desenvolvimento dos assentamentos

O Governo Federal duplicou os valores investidos por família, que passaram de R\$ 7,7 mil para R\$ 16 mil em 2004, envolvendo recursos para elaboração de projetos produtivos, assistência técnica, construção de moradias, de cisternas no semi-árido, obras de infra-estrutura básica e de preservação ambiental. Somente o crédito de instalação (apoio e habitação) atendeu 50.267 famílias no valor total de R\$ 323,5 milhões. Isso significa garantir a viabilidade econômica dos assentamentos e a qualidade de vida para as famílias desde a fase de implantação dos projetos.

c.3) Eletrificação dos assentamentos

Os assentamentos da Reforma Agrária foram incluídos como parte do público prioritário do Programa Luz para Todos. Em 2004, foram atendidos 220 assentamentos, com 16.904 famílias beneficiadas. Estão ainda em execução obras em 77 projetos de assentamentos, que beneficiarão 5.238 famílias. A meta é a universalização do acesso à energia elétrica nos assentamentos da Reforma Agrária até o final de 2006.

c.4) Saneamento básico e saúde

Ampliou-se o acesso a programas de saúde com a inclusão de famílias assentadas no cálculo do Piso de Atenção Básica. Em parceria com a FUNASA, o INCRA investiu no saneamento básico em 50 assentamentos e atendimento a 5.710 famílias. São obras de captação de água, saneamento básico e melhoria sanitária das habitações nos assentamentos.

d) Quilombolas

Duas comunidades já foram tituladas no Estado do Pará e mais 116 comunidades estão em processo de identificação, reconhecimento e titulação.

e) Educação do campo

Um grande desafio para o Governo Federal é criar as condições para a universalização do acesso à educação e à cultura no meio rural. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) abrange alfabetização e escolarização de jovens e adultos assentados, incluindo nível médio, técnico profissionalizante e ensino superior. Em 2004, o PRONERA garantiu acesso à escolarização formal de 57.697 trabalhadores rurais, por meio de parcerias com 35 universidades



públicas brasileiras. Merece destaque a formação em nível superior de assentados em diferentes áreas do conhecimento, como pedagogia, agronomia e enfermagem. Para 2005, a meta do PRONERA é ampliar o acesso à escolarização para cerca de 70 mil trabalhadores rurais assentados.

Em 2004, o Governo lançou o Programa de Residência Agrária, cujo objetivo é ampliar e fortalecer a rede de instituições universitárias envolvidas com a produção de conhecimento na Reforma Agrária e Agricultura Familiar, contribuindo na construção de uma nova concepção de assistência técnica, por meio da qualificação de profissionais para as especificidades da produção familiar. Estão participando da primeira turma do Programa (2004/2005) 15 universidades públicas federais, envolvendo 300 formandos, entre universitários egressos das ciências agrárias e técnicos de nível superior que atuam nas equipes de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) nos assentamentos de Reforma Agrária e técnicos das equipes de ATER.

Para incentivar a leitura nos assentamentos de Reforma Agrária e nas comunidades rurais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolveu o Programa Arca das Letras. São bibliotecas rurais fabricadas por sentenciados das Penitenciárias Estaduais. O acervo e a gestão são definidos em conjunto com as comunidades, que indicam os assuntos de seu interesse, o local de funcionamento das bibliotecas e definem os futuros agentes de leitura, voluntários que passam a ser os responsáveis pelas atividades de empréstimo de livros e de incentivo à leitura. Em 2004, a Arca das Letras foi implantada em 415 comunidades, beneficiando 37.350 famílias. Mais de 1.200 agentes de leitura foram capacitados, 93.375 livros distribuídos e 235 mil livros recebidos por doação. Para 2005, a meta é implantar 1.000 bibliotecas rurais.

11) Desenvolvimento regional

A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) passou a nortear as ações do Governo Federal, estabelecendo um novo paradigma na articulação do Poder Executivo com o Poder Legislativo, objetivando a redução das desigualdades regionais e também a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras.

O ponto central da estratégia é valorizar a diversidade regional do País, diversidade essa que se desdobra em múltiplas dimensões – ambiental, socioeconômica e cultural, – e é capaz de servir de base a um desenvolvimento incluyente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa. Inaugurou-se um novo padrão de gestão e de articulação com a sociedade, fortalecendo os laços entre Estados, Municípios e sociedade civil, permitindo a integração e a racionalização de ações e a participação social nas



decisões, na implementação e no controle das ações regionais.

O principal instrumento de coordenação e implementação da PNDR é a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional do Conselho de Governo, integrada por 19 Ministérios. Em 2004, foi intensificado o debate sobre a PNDR, destacando-se sua apresentação na citada Câmara e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), bem assim a realização de oficinas e seminários em diversas cidades, com a participação de interlocutores das respectivas macro-regiões.

A nova PNDR envolve duas vertentes principais de ações: uma voltada para investimentos em infra-estrutura de grande expressão para a redução das desigualdades regionais e o ordenamento territorial; e outra, para a implementação de programas de desenvolvimento regional. No que se refere à infra-estrutura, cabe assinalar o esforço governamental para a pavimentação da BR-163 no trecho Cuiabá–Santarém e para a integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional, que acarretarão grande impacto na região do Semi-Árido. No que diz respeito aos programas de desenvolvimento regional, merece registro o avanço das ações à escala mesorregional, com a ampliação do aporte de recursos destinados ao apoio e à dinamização das cadeias produtivas regionais.

Para o ano de 2005, objetiva-se a aprovação e a implementação dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste, do Centro-Oeste, do semi-árido e de oito mesorregiões prioritárias, que assumem papel estratégico no contexto da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, uma vez que representam a institucionalização da Política nas suas diferentes escalas de atuação.

a) Novo modelo de desenvolvimento na área de influência da BR-163

O Plano BR-163 Sustentável tem como objetivo a inclusão social e a conservação dos recursos naturais na área de influência da rodovia Cuiabá–Santarém, com ações voltadas à gestão territorial e ao ordenamento fundiário, ao fomento a atividades sustentáveis, ao monitoramento e ao controle ambiental e à infra-estrutura, constituindo-se na primeira experiência de implementação do Plano Amazônia Sustentável (PAS), plano inovador de desenvolvimento regional construído de forma democrática com ampla participação dos Estados, dos Municípios e da sociedade civil, que interrompe uma longa história de planejamento autoritário para a Amazônia e propõe um tratamento diferenciado para uma região complexa e heterogênea com grande potencial econômico, diversidade social, biológica e riquezas naturais.



Apresenta, dessa forma, um novo modelo de desenvolvimento na área de influência da BR-163 com base na valorização do patrimônio sociocultural e natural, capaz de melhorar a qualidade de vida, promover a gestão democrática e sustentável do território, viabilizar a produção sustentável com inovação tecnológica, implementar e manter obras de infraestrutura nos setores de transportes, energia, comunicações e saneamento básico e fortalecer a inclusão social e a cidadania.

A iniciativa atenderá e beneficiará a população residente nos 65 Municípios que compõem a área de influência do Plano, nos quais moram cerca de 1,8 milhão de habitantes. O Plano, que envolve uma área de aproximadamente 974 mil km², está sendo elaborado por um conjunto de 15 km² ministérios e em parceria com os governos dos Estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas, organizações da sociedade civil e setor privado. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163, determinado pelo Presidente da República para integrar o esforço de pavimentação da rodovia que liga Cuiabá a Santarém e atravessa a região denominada Arco do Desmatamento da Amazônia, é um exemplo marcante dessa nova concepção de desenvolvimento.

O Plano será concluído em 2005, iniciando-se as ações de desenvolvimento sustentável antes do início da pavimentação da rodovia.

b) Revitalização e integração do Rio São Francisco

Os Projetos de Revitalização e Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional têm como principal objetivo contribuir para a sustentabilidade hídrica do semi-árido nordestino, reduzindo a vulnerabilidade das economias regionais ao fenômeno recorrente das secas e, conseqüentemente, minimizando as desigualdades sociais e potencializando as oportunidades econômicas no âmbito regional.

O Rio São Francisco é a maior fonte perene de água do Polígono das Secas, além de ser a principal fonte de geração de energia para o Nordeste. Sua revitalização é fundamental e imprescindível ao desenvolvimento sustentável de toda essa região e potencializará ações voltadas à integração de bacias hidrográficas, especialmente para abastecimento de água ao Semi-Árido. A revitalização do São Francisco tem especial importância não apenas no sentido de viabilizar as vazões necessárias à sua integração, mas também para permitir que o rio tenha seu potencial ampliado no sentido de contribuir para o desenvolvimento da região que atravessa, sobretudo por meio da irrigação, da navegação e da geração de hidroeletricidade.



Durante o primeiro semestre de 2004, realizou-se profunda reformulação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) atendendo às solicitações apresentadas pelo IBAMA após análise dos estudos preexistentes. O novo EIA/RIMA encontra-se em análise técnica pelo IBAMA e foi disponibilizado publicamente no site do Ministério da Integração Nacional na Internet em setembro de 2004. É importante também ressaltar a aprovação, pelo Comitê da Bacia do Rio São Francisco, do Plano Decenal elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA), instrumento fundamental para orientar os trabalhos de revitalização e da integração dessa bacia às do Nordeste Setentrional.

Em maio de 2004, já de posse da poligonal da área das obras relativas à primeira etapa do Projeto de Integração de Bacias, foi assinado o Decreto de Utilidade Pública, a fim de possibilitar o início do cadastramento fundiário de famílias e propriedades, base para elaboração dos planos de reassentamento das populações e início das atividades de mobilização social nas comunidades a serem realocadas.

O Projeto vem sendo discutido e debatido com a sociedade e será submetido a oito audiências públicas na região ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2005. Está prevista a conclusão da licitação de gerenciamento das obras, bem como o lançamento dos demais editais no início de 2005, gerando condições objetivas para o início da primeira etapa do Projeto.

c) Abordagem em escala sub-regional

Quanto aos programas de desenvolvimento regional, a PNDR estimula que as ações se orientem, preferencialmente, por uma abordagem à escala sub-regional, em substituição à abordagem macrorregional que prevaleceu no passado. Com isso, a PNDR qualifica-se a reconciliar as ações de desenvolvimento regional em todo o território brasileiro e suas cinco macrorregiões, superando o tratamento compensatório e marginal que caracterizou iniciativas do passado recente. A PNDR, de maneira inovadora, tem propiciado as condições para a organização dos atores sociais identificados regionalmente, que assim compartilham um mesmo projeto de desenvolvimento.

Os programas de desenvolvimento regional evoluíram de um patamar inicial de cerca de R\$ 31 milhões no orçamento de 2003 para, aproximadamente, R\$ 200 milhões em 2004, refletindo a prioridade concedida pelo Governo Federal ao desenvolvimento regional. Nesse enfoque sub-regional, destacam-se as ações realizadas nas mesorregiões do Alto Solimões, no Norte; da Chapada do Araripe, no Nordeste Semi-Árido; do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, na parte menos desenvolvida do Sudeste; e da metade sul do Rio Grande do Sul, cabendo também destacar as ações de desenvolvimento sustentável no Semi-Árido e na Bacia do Parnaíba e do São Francisco,



inaugurando, nesses casos, um amplo programa de revitalização e de desenvolvimento sustentável.

É importante ressaltar a nova proposta apresentada pelo programa Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, estando reorientado para o desenvolvimento de projetos de dinamização, aliados à implementação de infra-estrutura social e econômica, segundo novas diretrizes estratégicas – arranjos e setores produtivos, rompendo com uma antiga lógica de apoio a iniciativas municipais isoladas.

Espera-se em 2005 ampliar a atuação sub-regional nas áreas mais críticas em termos de renda e dinamismo de 12 para 16. Será feita a revisão da delimitação de cinco mesorregiões, além da identificação de quatro novas mesorregiões, para as quais se apoiará a organização social, além de se efetuar prospecção dos arranjos produtivos ou atividades econômicas a serem apoiadas. Com relação a empreendimentos produtivos comunitários, espera-se a implementação de 150 projetos nos espaços prioritários da PNDR.

d) Desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Nas regiões Norte e Nordeste, onde o problema da desigualdade regional é mais agudo, e mesmo no Centro-Oeste, estão sendo viabilizadas estratégias de longo prazo, já tendo sido concluído o documento inicial do Plano Amazônia Sustentável (PAS). A proposta de recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional – SUDENE, SUDAM e SUDECO – responde à necessidade de um suporte institucional mais amplo nessas regiões, tanto para a definição das estratégias de desenvolvimento como para a articulação das iniciativas sub-regionais.

A principal fonte de financiamento governamental para essas macrorregiões reside nos Fundos Constitucionais – FNO, FNE, FCO. Esses financiamentos compreendem desde aportes aos assentamentos rurais de interesse da Reforma Agrária até o apoio a investimentos de médio e grande porte de significado estratégico para o desenvolvimento regional. Registra-se o aumento de quase 100% nas aplicações dos financiamentos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que passaram de R\$ 2,3 bilhões, em 2002, para mais de R\$ 5 bilhões, em 2004, representando, apenas na região Nordeste (FNE), um crescimento de R\$ 250 milhões em 2002 para R\$ 3,2 bilhões em 2004. Em 2005, espera-se a aplicação de cerca de R\$ 5,5 bilhões dos recursos dos Fundos Constitucionais.

Adicionalmente, cabe ressaltar a melhoria da gestão das carteiras em extinção do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), destacando-se 380 projetos em processo de cancelamento e 114 projetos em fase de cobrança

administrativa. Numa análise de apenas 38 projetos, mais de R\$ 1 bilhão de reais já foram objeto de cobrança administrativa, os quais deverão ser recuperados para reinvestimento. Em 2005, será feita a conclusão da revisão das carteiras dos projetos e a viabilização de recursos para projetos de cerca de R\$ 1,5 bilhão com potencial de geração de 25 mil novos empregos.

Finalmente, houve a retomada da concessão de incentivos de redução do Imposto de Renda (IR) para empreendimentos vinculados ao desenvolvimento regional na Amazônia e no Nordeste, que estavam paralisados com a extinção da SUDAM e da SUDENE. Em 2004, foram emitidos 1.024 laudos favoráveis para atividades prioritárias nessas regiões. As Agências de Desenvolvimento Regional intensificaram a realização de eventos de divulgação de incentivos especiais nas Unidades da Federação incluídas em suas áreas de jurisdição.

e) Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em regiões menos desenvolvidas do País

O fortalecimento do tecido produtivo dos APLs nas regiões menos desenvolvidas, elevando o padrão de competitividade de pequenas e médias empresas que atuam em cooperação, foi parte importante da estratégia de desenvolvimento regional do Governo Federal. Assim, de uma situação que não considerava minimamente as potencialidades das regiões mais atrasadas do País, iniciou-se uma inédita e vigorosa ação para a dinamização econômica dessas regiões, superando um padrão de atuação marcadamente assistencialista.

Com essa perspectiva estratégica, procurou-se estruturar e dinamizar APLs capazes de contribuir decisivamente para minimizar o quadro de desigualdade regional existente no País. Nesse contexto, em 2004 foram empreendidas ações de capacitação do setor produtivo em regiões prioritárias para o desenvolvimento regional, o que resultou na estruturação de 60 Arranjos Produtivos Locais, envolvendo recursos orçamentários da ordem de R\$ 100 milhões.

Ainda nessa mesma linha, os APLs têm como objetivo promover a cooperação e a inovação em um conjunto de empresas de base local que promova o desenvolvimento por meio da geração de emprego e desenvolvimento tecnológico. No ano de 2005, espera-se ativar o potencial de geração de emprego e renda de sub-regiões prioritárias para o desenvolvimento regional mediante a implantação de 150 CVTs, 120 APLs e 370 projetos de tecnologias sociais.



f) Infra-estrutura hídrica

Quanto à infra-estrutura hídrica, as ações ganharam eficiência, conseguindo-se expressivas reduções de custos em virtude das novas práticas gerenciais e de negociação introduzidas na atual gestão e da organização modular dos projetos, viabilizando o impacto social em curto prazo. Importantes avanços também foram obtidos com a aprovação de um novo marco regulatório que introduz, por Portaria Ministerial, critérios técnicos nos convênios com a União para as obras hídricas, permitindo importantes ganhos de eficiência.

Seguindo essa orientação de racionalização dos recursos públicos, está sendo claramente priorizada a conclusão das obras em andamento, não se autorizando novas iniciativas antes de os investimentos realizados no passado gerarem resultados para a sociedade. Exemplo:

- conclusão da última etapa das adutoras de Jucazinho (PE), Águas Vermelhas (MG) e Estrela de Alagoas (AL), beneficiando 755 mil pessoas;
- finalização das barragens São Bento (SC), Manuel Alves (TO) e Castanhão (CE), envolvendo uma capacidade de acumulação adicional de 6,8 bilhões de metros cúbicos, beneficiando mais de 3 milhões de pessoas, além da contribuição para o desenvolvimento econômico e social.

Em 2005, será feita a reestruturação do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), visando à racionalização de suas atividades, mediante redefinição de suas atribuições e da base territorial de atuação. Com a publicação da Lei de Parcerias Público-Privadas (PPP), serão lançados os primeiros editais para a atração do investimento privado em grandes adutoras no Nordeste.

Com relação às obras de infra-estrutura hídrica em andamento, objetiva-se para 2005 a conclusão de 22 adutoras, beneficiando um total de 2,7 milhões de pessoas.

g) Irrigação

Na área de irrigação, está em implementação uma importante e inovadora ação de avaliação dos perímetros públicos, visando à transferência de gestão numa perspectiva de obtenção de sustentabilidade econômica e de contribuição efetiva para o desenvolvimento nacional mediante a geração de emprego e renda. Sessenta e nove perímetros estão sendo avaliados,



numa ação em parceria com os Estados e organizações da sociedade civil para a definição da melhor alocação de recursos, objetivando o alcance de resultados em curto prazo.

Foi também formulado por um grupo interministerial e já encaminhado ao Congresso Nacional um anteprojeto da nova Lei de Irrigação, que aponta para uma relação complementar entre o setor público e privado, voltada para a geração de emprego e renda nesta atividade econômica que possui forte impacto no desenvolvimento regional. Exemplos que se destacam:

- investimento de R\$ 168,2 milhões na ampliação de 20 projetos públicos de irrigação, disponibilizando, em oito deles, 18,7 mil hectares para produção com potencial para geração de 50 mil empregos diretos e indiretos;
- aplicação nas ações de transferência de gestão de R\$ 36 milhões em 70 perímetros irrigados, representando cerca 167 mil hectares em produção, beneficiando 300 mil pessoas;

Estão previstos para 2005 recursos na ordem de R\$ 100 milhões para otimização dos investimentos já efetuados em perímetros públicos, visando colocar em produção 50 mil hectares de áreas inexploradas e transferir a gestão dos projetos aos respectivos irrigantes. A área para fruticultura será ampliada em 5 mil hectares, envolvendo 12 perímetros públicos, com investimentos previstos de R\$ 63,3 milhões, beneficiando 15 mil pessoas.

No primeiro semestre de 2005, serão lançados 6 editais para o início do processo de concessão de incentivos à iniciativa privada para a ampliação e o gerenciamento de perímetros públicos.

h) Defesa Civil

As ações de defesa civil foram marcadas por uma reversão inovadora, passando de uma prática voltada apenas para ações emergenciais para uma prática de prevenção, tendo como marcos a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres, em operacionalização plena em 2005, e a implementação de mais 1.205 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, ampliando em 54% o número de Municípios cobertos (2.200 Municípios em 2002 para 3.405 em 2004), além da instalação piloto de trezentos núcleos comunitários de defesa civil em Brasília e no Espírito Santo.

Para o ano de 2005, serão implementadas 800 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, cobrindo 4.205 Municípios, além do mapeamento das áreas de risco de quarenta Municípios de



maior prevalência de desastres.

i) CONVIVER com o Semi-Árido

Merecem destaque as ações implementadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER). Trata-se de um programa novo, concebido e incluído no PPA-2004/2007, voltado para o enfrentamento dos problemas vivenciados na região semi-árida do Nordeste sob uma lógica diferente da até então predominante, que era restrita a intervenções cíclicas emergenciais na ocorrência de seca.

O Programa pretende contribuir com sustentabilidade de atividades econômicas e na inserção produtiva da população da região, a partir de ações de desenvolvimento regional, nas vertentes da dinamização econômica de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais e da convivência com a realidade do semi-árido, articuladas com as ações de implantação de infra-estrutura hídrica.

São beneficiários potenciais do Programa os cerca de 22 milhões de pessoas residentes nos 1.012 Municípios do Semi-Árido nordestino, e dentre as principais realizações verificadas em 2004 destacam-se a definição e a viabilização de um projeto de apoio à consolidação da piscicultura (tanques-rede) no norte do Estado do Ceará e de um projeto de dinamização econômica da atividade de ovinocultura no norte de Minas Gerais, assim como a articulação com o Governo do Estado da Bahia para a implantação de uma Usina de Processamento da Mamona para produção de biodiesel, cujo convênio está em vias de finalização no Ministério da Integração Nacional.

Com esse mesmo propósito, foram feitas articulações com o SEBRAE e a Fundação Banco do Brasil para a implantação de Unidades Familiares de Produção Agrícola Sustentável, além de articulações com a ADENE para a implantação de “poços-peixe”, visando ao aproveitamento de águas salinizadas para a criação de peixes em tanques escavados destinados ao consumo familiar. Os projetos de ambas as ações estão concluídos, e a atividade encontra-se, no primeiro caso, em processo de formalização do convênio. No caso da ADENE, os recursos foram descentralizados para execução imediata.

A vertente da infra-estrutura hídrica é representada pelas obras do PROÁGUA Semi-Árido. Dentre os resultados do Programa, merecem citação a conclusão das obras da 1ª Etapa do Sifão Umburanas/CE, do Bloco 1 do Sistema de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto de Águas Vermelhas/MG e do Sistema Adutor Estrela de Alagoas/Minador do Negrão, em Alagoas. Outras 13 obras encontram-se em andamento, entre adutoras, sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, além da barragem de Arneiróz II, no Ceará.



Existem, ainda, dez obras em fase de contratação e mais cinco em fase de estudos para contratação futura, voltadas à implementação de ações direcionadas a permitir à população melhor convivência com as rigorosas condições naturais vigentes no Semi-Árido brasileiro.

Merece destaque, ainda, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em dezembro de 2004, que tem como princípio orientador básico a inclusão social no Semi-Árido brasileiro, mediante a geração de empregos na cadeia produtiva do biodiesel, novo combustível renovável e limpo que se incorpora à matriz energética nacional.

12) Cuidar do meio ambiente para o desenvolvimento do Brasil

A construção de um novo modelo de desenvolvimento justo, democrático e sustentável é um dos pilares do projeto do Governo, e a política ambiental implementada integra esse esforço, buscando agregar sustentabilidade ambiental a esse modelo como condição para um novo ciclo de desenvolvimento caracterizado pela qualidade de vida, a inclusão social e a prosperidade para o povo brasileiro. O desenvolvimento sustentável é multidimensional, pois compreende a dimensão econômica, social, política, ética e cultural. O desafio de um novo modelo com sustentabilidade socioambiental implica superar a visão historicamente ultrapassada de um desenvolvimento limitado ao crescimento econômico. Desenvolver com sustentabilidade significa conservar e usar com racionalidade os recursos naturais, adotar gradativamente práticas sustentáveis no âmbito da produção e do consumo, reutilizar e reciclar materiais e resíduos e assegurar a qualidade ambiental nos centros urbanos e nas comunidades rurais, proporcionando a geração de novas oportunidades de emprego e renda, a democratização de acesso aos recursos e a qualidade de vida para a presente e as futuras gerações. Com esse objetivo, a nova política ambiental integrada trabalha com quatro diretrizes: a promoção do desenvolvimento sustentável; a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas (transversalidade); a participação e controle social; e o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Após três décadas de gestão ambiental institucionalizada no Brasil, esta é a primeira vez que o Governo Federal implementa uma política ambiental integrada que se expressa na construção de espaços institucionais de articulação e planejamento, em que participam os três níveis de governo e a sociedade. Diferentemente da prática passada, esses atores passam a integrar as ações governamentais desde seu planejamento. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163 no Arco do Desmatamento da Amazônia é um exemplo marcante dessa nova concepção de desenvolvimento.



a) Promoção do desenvolvimento sustentável

a.1) Ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Em dois anos, o Governo Federal ampliou, em todo o País, a área total de unidades de conservação em mais de 3 milhões de hectares. Além das reservas extrativistas na Amazônia Legal, foram criadas as Florestas Nacionais de Mata Grande (GO), Cabedelo (PB) e Pirai-do-Sul (PR); o Parque Nacional da Serra do Itajaí (SC); a Reserva Biológica da Mata Escura (MG); as reservas marinhas do Batoque (CE) e do Cururupu (MA), assim como ampliadas a Estação Ecológica do Taim (RS), o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG/BA) e o Parque da Tijuca (RJ) e redefinidos os limites da Estação Ecológica do Mico-Preto (SP).

a.2) Programa Nacional de Florestas (PNF)

O PNF articula-se com as ações do plano de combate ao desmatamento e tem como objetivos promover o desenvolvimento florestal sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas. Foram executados 29 projetos de orientação e incentivo, atingindo cerca de mil produtores rurais, para o desenvolvimento de atividades nas áreas de produção e coleta de sementes, reflorestamento com espécies nativas em áreas de preservação permanente e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) em áreas de reserva legal.

Foram também apoiadas dez instituições para projetos de assistência técnica e extensão florestal em pequenas propriedades rurais na região de Mata Atlântica; instalado o Centro Nacional de Manejo Florestal (CENAFLO); desenvolvidas ações de capacitação, recuperação e conservação de nascentes, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,3 milhão; e alocados pelo Banco da Amazônia R\$ 41,4 milhões para o apoio à atividade de manejo em escala empresarial e comunitária. Com essas ações, deverá ser atingido um crescimento de mais de 200% de área de manejo florestal certificada, passando de 300 mil hectares para 1,2 milhão de hectares. Estão sendo plantados cerca de 500 mil hectares de florestas ao ano.

O Uso Sustentável das Florestas e Expansão da Base Florestal Plantada visam fomentar a atividade florestal sustentável, promovendo o desenvolvimento da cadeia produtiva e a expansão da base florestal aliada à recuperação de áreas degradadas. Será dada especial atenção à pequena propriedade rural, bem como à expansão da área florestal manejada, consorciada com a proteção de áreas de alto valor para conservação, na forma de apoio às comunidades tradicionais, por meio dos instrumentos de financiamento e de assistência técnica a



empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.

b) Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

O Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado em 2004 pelo Presidente da República, tem como objetivo diminuir as taxas de desmatamento na região considerando os fatores econômicos e sociais – diferentemente do passado, quando se limitava exclusivamente às ações ambientais. Conseqüentemente, o Plano de Ação contempla o desenvolvimento de 149 atividades, distribuídas em três grandes grupos de ações estratégicas: Ordenamento Fundiário e Territorial, Monitoramento e Controle e Fomento às Atividades Sustentáveis. Em 2004, foram destinados R\$ 394 milhões ao Plano de Ação.

Como resultados do Plano de Ação, vale mencionar que foram implantados 2,5 milhões de hectares em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, inclusive em regiões marcadas por conflitos fundiários, com a criação das Reservas Extrativistas “Capanã Grande”, no Amazonas, “Verde para Sempre” e “Riozinho do Anfrísio”, no Pará, e a Floresta Nacional de Jacundá, em Rondônia. Foram implantadas oito das dezenove bases operacionais de fiscalização integrada previstas, reunindo equipes do IBAMA, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Polícia Rodoviária Federal, com apoio logístico do Comando do Exército, tendo resultado na aplicação de mais de 460 autos de infração, no valor de mais de R\$ 25 milhões, e libertação de 286 trabalhadores em situação de escravidão.

Para dar seqüência à implementação das atividades constantes deste Plano de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal, especial atenção será dada à articulação com os agentes financeiros federais que operam na região – Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – visando incentivá-los a concentrar seus financiamentos em empreendimentos baseados no uso sustentável das florestas e em empreendimentos voltados para a recuperação e o aproveitamento econômico das áreas já desmatadas, visando, ainda neste Governo, iniciar a reversão da curva do desmatamento.

c) Inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas

Um marco da inserção da dimensão ambiental na política de infra-estrutura foi o estabelecimento da exigência de avaliação prévia dos impactos socioambientais (Licença Prévia) dos projetos de concessão de aproveitamentos hidrelétricos, dentro do Novo Modelo do Setor Elétrico. Isso resulta na superação de impasses que acarretavam embargos e ônus para o setor público e privado,



aprimorando e facilitando dessa maneira o licenciamento dos projetos licitados.

Nas demais agendas, destacam-se a criação do Programa de Regularização das Rodovias Federais; a regularização dos assentamentos da Reforma Agrária; a regularização dos poços de exploração de petróleo; a regularização dos gasodutos; a elaboração da Política Nacional de Saneamento; a inclusão de parâmetros de sustentabilidade ambiental no Plano Nacional de Turismo; os estudos para a revisão do Protocolo Verde; a definição dos Assentamentos Florestais.

d) Fortalecimento do SISNAMA

Para implementar a política ambiental em conjunto com Estados e Municípios, como decorrência do princípio de compartilhamento e descentralização das responsabilidades pela gestão ambiental entre os entes federados, base do funcionamento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o Governo vem coordenando, desde o início de 2003, o desenvolvimento das seguintes ações e programas com o objetivo de fortalecer sua estrutura e qualificar seu funcionamento: implementação de Comissões Técnicas Tripartites Estaduais; aperfeiçoamento dos procedimentos de licenciamento ambiental; elaboração e implementação de um Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Conselheiros Municipais de Meio Ambiente; implementação do SISNAMA.

A implementação das Comissões Tripartites é o resultado de uma das deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente – que junto com a reestruturação dos conselhos, constitui-se num dos destaques da diretriz referente ao Controle e Participação Social – e estão sendo instituídas como um espaço de diálogo entre os órgãos ambientais de Municípios, Estados, Distrito Federal e União, com o objetivo de qualificar o diálogo e a articulação entre os órgãos de governo pertencentes ao SISNAMA. Até o presente momento, das 27 Comissões Técnicas Tripartites previstas, 23 já foram efetivadas.

No primeiro semestre de 2005, será disponibilizado um sistema público na Internet para acompanhamento da execução das deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente, ampliando ainda mais o diálogo permanente entre Governo e sociedade sobre a política ambiental integrada no País, o que se consolida com a realização da II Conferência, no final deste ano.

O fortalecimento do SISNAMA também foi marcado pela consolidação da estrutura organizacional e pelo aprimoramento da capacidade de gestão do Governo Federal. Nesse sentido, merecem destaque os investimentos realizados pelo Governo para dotar o Ministério do Meio Ambiente de um quadro de recursos humanos compatível com suas responsabilidades. Em 2003,

foi realizado processo seletivo público para contratação temporária de profissionais em substituição aos cerca de 800 colaboradores contratados por meio de organismos internacionais. Já em 2004, pela primeira vez na história do MMA, foi realizado concurso público para suprir 100 vagas para servidores efetivos. Em 2005, como resultado dos concursos que estão sendo realizados para o preenchimento de vagas para o cargo efetivo de analista ambiental, deverão ser recrutados 710 profissionais, principalmente para reforçar a atuação do IBAMA.

e) Política Nacional de Recursos Hídricos

A política de recursos hídricos teve avanços expressivos decorrentes do processo, em curso, de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). É a primeira vez que a sociedade e o Governo vão dispor de um plano para orientar a implementação da política para o setor, bem como o gerenciamento dos recursos hídricos, apontando os caminhos para o uso da água no Brasil. Um outro avanço relevante foi a implantação do primeiro sistema de pagamento pelo uso da água, na Bacia do Rio Paraíba do Sul, cujos valores são propostos pelo Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e aprovados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Os usuários contribuíram com R\$ 5,8 milhões em 2003 e R\$ 6,33 milhões em 2004, os quais foram integralmente revertidos em ações diretas na bacia, voltadas para a recuperação de áreas degradadas e construção de estações de tratamento de esgotos.

13) Minas e Energia

a) Energia elétrica

a.1) Novo marco regulatório para o setor elétrico

Em 2004, o Governo concluiu a reorganização institucional do setor de energia elétrica. O novo modelo foi aprovado em março com a promulgação das Leis nº 10.848 e 10.847, regulamentadas por cinco decretos publicados entre maio e agosto. A primeira Lei definiu as regras de comercialização de energia elétrica no País, e a segunda criou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Esse modelo retoma o planejamento de longo prazo, define a oferta de menor tarifa como critério para participação nas licitações de novos empreendimentos, estabelece contratos de venda de energia de longo prazo e obriga que novos projetos de geração sejam licitados com licença ambiental prévia.

O modelo reverteu o quadro de explosão tarifária, de inadimplência, de obras paralisadas e de



desestímulo aos investimentos. Foi estabelecida a obrigatoriedade de contratação de 100% da demanda de energia em leilões transparentes, com menores tarifas, garantindo a segurança do abastecimento para os consumidores e proporcionando atratividade para investimentos em novos projetos de geração.

a.2) Expansão da oferta de geração de energia elétrica

Em 2004, a capacidade instalada para produção de energia elétrica no Brasil atingiu o patamar de 90.407 MW. O acréscimo de potência ao sistema elétrico brasileiro, nesse ano, foi de 4.228 MW, o que significa um aumento na capacidade instalada de 4,7%. Os contratos vigentes com países vizinhos para importação de energia elétrica acrescentaram à capacidade brasileira 1.600 MW provenientes da Argentina. A tabela seguinte mostra a expansão da geração por fonte de energia elétrica.

NOVAS USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - 2004

USINA	QUANT. USINAS	MW
Hidrelétricas	5	1.140
Termelétricas	14	2.994
PCHs e biomassa	12	144
TOTAL	31	4.228

Fonte: MME

A criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação da qualidade e da segurança do suprimento eletroenergético do País, foi importante para o acompanhamento da implementação dos empreendimentos de geração e transmissão. O CMSE agilizou providências para a antecipação de obras prioritárias e a retomada de outras que se encontravam paralisadas, garantindo a manutenção do equilíbrio da oferta e da demanda de energia elétrica no País.

O Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico (CGISE), atuou, em 2004, sob as regras do novo modelo para equacionar problemas de empreendimentos hidrelétricos licitados no governo anterior e que estavam paralisados, além de agilizar o licenciamento ambiental das usinas passíveis de licitação em 2005, sob as regras do novo modelo do setor elétrico.

De um total de 13.037 MW do estoque das 45 usinas licitadas até 2002, 76%, o equivalente a 9.904 MW, correspondem aos empreendimentos que estão em andamento. Destes, 9.333 MW

são de aproveitamentos com licenciamento ambiental em curso e sem conflito aparente. Quatro empreendimentos já foram equacionados, num total de 571,1 MW. São eles: Monte Claro (130 MW), Pedra do Cavalo (160 MW), Ponte de Pedra (176,1 MW) e Queimado (105 MW).

Está em andamento a construção de sete usinas que representarão um acréscimo de 2.132 MW à capacidade instalada. Essa expansão corresponde a um investimento total de R\$ 7,8 bilhões e a uma geração de 25 mil empregos.

Está prevista, em 2005, a entrada em operação de 12 usinas, 11 de fonte hidráulica e uma de geração térmica, que vão incorporar 2.995 MW ao parque gerador nacional, representando um aumento de 4,4% na capacidade instalada. Neste exercício estarão em construção mais 15 usinas hidrelétricas, que representam 4.742 MW, investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões e 28.400 novos empregos diretos e indiretos.

Em 2005, está programada ainda a licitação de, pelo menos, 17 novas usinas hidrelétricas, com acréscimo de 2.829 MW, envolvendo investimentos de R\$ 8,6 bilhões. Esse será o primeiro leilão de expansão de geração com base nas regras definidas pelo novo modelo do setor elétrico. Além de novos projetos, será permitida a participação de empreendimentos de geração existentes que entraram em operação a partir de janeiro de 2000 e não assinaram contratos de venda de energia até 16 de março de 2004. A tabela seguinte resume os principais eventos previstos para 2005 na área de geração de energia.

GERAÇÃO DE ENERGIA

USINA	QUANT. USINAS	POTÊNCIA (MW)	INVESTIMENTOS 2005*	INVEST. TOTAIS*	EMPREGOS DIRETOS/INDIRETOS
Entrada em operação em 2005	12	2.995	895	4.258	12.195
A serem iniciadas em 2005	8	2.610	1.289	4.673	15.660
Em andamento	7	2.132	1.213	3.638	12.792
A licitar em 2005	17	2.829	0	8.641	16.900
TOTAL	44	10.566	3.397	21.210	57.547

Fonte: MME

*milhões de R\$



Em conformidade com o novo marco regulatório, será complementada, em 2005, a venda de energia elétrica, por meio de leilão, para entrega a partir dos anos de 2008 e 2009. Os contratos de comercialização dessa energia terão prazos mínimos de cinco anos.

a.3) Expansão da oferta de linhas de transmissão

Em 2004, foram construídos e incorporados ao sistema principal de transmissão (rede básica) 2.309 quilômetros de linhas. Isto representa um aumento de 2,9% sobre a rede existente, de 82.466 quilômetros. Esses empreendimentos propiciaram uma maior integração dos subsistemas elétricos em todas as regiões, ampliando a capacidade de transporte de energia elétrica, aproveitando a diversidade hidrológica do País e permitindo um suprimento de energia com maior qualidade e confiabilidade.

NOVAS LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES - 2004

	PROJETOS	EXTENSÃO (KM)	POTÊNCIA (MVA)
Linhas	14	2.309	0
Subestações	10	0	4.349
TOTAL	24	2.309	4.349

Fonte: MME

Além do reforço em linhas de transmissão, em 2004 foram acrescidos 4.349 MVA de capacidade instalada de transformação em subestações. Encontra-se em andamento a construção de seis linhas de transmissão que representarão um acréscimo 1.401 quilômetros à malha de transmissão do País. Essa expansão, acrescida dos 2.309 quilômetros de linhas que entraram em operação em 2004, corresponde a um investimento total de R\$ 2,5 bilhões, com a geração de 20 mil empregos diretos e indiretos.

Para dar continuidade ao programa de expansão do sistema elétrico, durante o ano de 2004 foram realizados dois leilões de linhas de transmissão. Esses leilões acrescentarão 3.289 quilômetros de novas linhas de transmissão, reforçando a capacidade de escoamento de energia elétrica e aumentando a confiabilidade do sistema. Os deságios médios registrados foram de 34,8% e 45,5%, respectivamente. Esses deságios beneficiam o consumidor, já que a tarifa de uso dos sistemas de transmissão é um dos componentes da tarifa final.



RESULTADO LEILÕES DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

	01/2004	02/2004
Extensão (km)	2.879	1.002
Investimentos previstos (milhões de R\$)	2.154	1.135
Empregos estimados	4.900	2.450
Deságio médio (%)	34,8	45,5

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)/MME

Para o sistema de transmissão, 16 novas linhas, em fase final de construção e que somam 2.072 quilômetros, entrarão em operação e representarão um incremento de 2,5% na malha existente. Ao longo de 2005 estarão em construção 19 linhas de transmissão, que totalizam 5.280 quilômetros de extensão e representam investimentos de R\$ 2,1 bilhões e geração de 31.600 novos empregos diretos e indiretos. Dessas linhas, 13 terão as obras iniciadas este ano. Em 2005, estão previstas licitações de 30 novas linhas de transmissão, com a oferta de lotes correspondentes a 3.700 quilômetros de extensão, investimentos de 2,6 bilhões. A tabela seguinte resume as principais ações no segmento de transmissão em 2005.

LINHAS DE TRANSMISSÃO - AÇÕES EM 2005

LINHAS DE TRANSMISSÃO	QUANT. LINHAS	EXTENSÃO (KM)	INVESTIMENTOS 2005*	INVEST. TOTAIS*	EMPREGOS DIRETOS/INDIRETOS
Entrada em operação em 2005	16	2.072	392	1.205	12.200
A serem iniciadas em 2005	13	3.879	1.537	3.290	23.200
Em andamento	6	1.401	558	1.374	8.400
A licitar em 2005	30	3.700	229	2.577	22.000
TOTAL	65	11.052	2.716	8.446	65.800

Fonte: MME

*Milhões de R\$



a.4) Leilão de energia existente

Consolidadas as diretrizes do novo marco regulatório do setor elétrico, o Governo realizou em 7 de dezembro o primeiro leilão de energia existente para a contratação de energia descontratada dos empreendimentos existentes, já em operação, reduzindo os riscos das empresas de geração. O leilão contou com a participação de 18 geradoras e 35 distribuidoras, estas últimas representadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Doze empresas geradoras chegaram ao final do leilão, cujo resultado final está apresentado na tabela a seguir.

RESULTADO DO LEILÃO DE ENERGIA EXISTENTE

	PREÇO MÉDIO CORRENTE	MW MÉDIO
2005-08	R\$ 57,51	9.054
2006-08	R\$ 67,33	6.782
2007-08	RS 75,46	1.172

Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Esse resultado representou um volume de negócios da ordem de R\$ 74,9 bilhões. Os contratos para entrega de energia a partir de 2005, 2006 e 2007 terão duração de oito anos.

a.5) Exportação de energia elétrica

A disponibilidade de energia no sistema interligado brasileiro permitiu um atendimento emergencial aos países do MERCOSUL – Argentina e Uruguai – sem comprometer o suprimento do mercado nacional. O acordo firmado em 2004 disponibilizou até 500 MW médios para a Argentina e até 72 MW médios para o Uruguai.

a.6) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Em duas chamadas públicas, a ELETROBRÁS contratou, em junho e dezembro de 2004, 3.300 MW de capacidade instalada em vinte Estados de projetos referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). São 1.100 MW de capacidade instalada de usinas eólicas, 1.100 MW de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e 1.100 MW de biomassa.



Durante 2005, a implantação do PROINFA será consolidada com a assinatura dos contratos de financiamento das obras entre o BNDES e os empreendedores dos projetos contratados pela ELETROBRÁS, que também poderão ser complementados pelos fundos de pensão brasileiros. O Ministério de Minas e Energia, como administrador do PROINFA, acompanhará a implementação, juntamente ou por intermédio da ELETROBRÁS, dos projetos em fase de construção.

b) Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis

b.1) Exploração e produção de petróleo, valorizando os fornecedores nacionais

A 6ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios foi realizada para criar novas oportunidades para o País na exploração e na produção de hidrocarbonetos. No leilão, foram valorizadas as propostas que apresentaram maior esforço na atividade exploratória e de desenvolvimento da produção, bem como aquelas que privilegiaram a utilização de bens e serviços adquiridos no País. Nessa rodada de licitações, 154 blocos foram arrematados pelos participantes, que pagaram, a título de bônus de assinatura, R\$ 665,2 milhões. Os investimentos para a exploração dessas áreas estão estimados em R\$ 2,1 bilhões entre 2005 e 2012. Já nas fases de avaliação e desenvolvimento da produção, a expectativa é de investimentos em torno de US\$ 15 bilhões.

O destaque da rodada realizada em 2004 foi a presença de oito empresas médias brasileiras entre as 21 que apresentaram ofertas, número recorde desde o início das licitações, em 1999. A partir dos resultados da 6ª rodada, estima-se que poderão ser incorporados cerca de 2 bilhões de barris de petróleo às reservas brasileiras a partir de 2011.

Nos últimos dois anos, foram obtidos excelentes resultados decorrentes do esforço exploratório no Brasil, especialmente pela PETROBRAS, que realizou descobertas de petróleo e gás natural na Bacia de Santos, no Espírito Santo e em Sergipe. As empresas Marítima e Aurizônia também mostraram resultados promissores a partir das suas descobertas no Recôncavo Baiano e no Rio Grande do Norte. Já a Shell, em 2004, deu continuidade à produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, mantendo-se como a maior operadora privada a produzir hidrocarbonetos no Brasil.

As áreas de exploração e produção de petróleo deverão receber investimentos da ordem de US\$ 5,9 bilhões em 2005. Esses investimentos concentram-se em pesquisas exploratórias nas áreas licitadas pela ANP e no desenvolvimento da produção de campos já descobertos anteriormente, com destaque para a entrada em operação, ao longo do ano de 2005, de quatro plataformas de



produção (P-34, P-47, P-48 e P-50), aumentando consideravelmente a capacidade brasileira de produção de petróleo.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) também já autorizou a realização da 7ª rodada de licitações de blocos para exploração de petróleo e gás natural, que deve ocorrer em outubro de 2005. Nessa rodada vão ser ofertadas áreas de elevado potencial de descoberta de petróleo e, principalmente, de gás natural.

A renovação da frota de navios para transporte de petróleo e derivados dará um passo significativo com a realização pela TRANSPETRO, subsidiária da PETROBRAS, de licitação para contratar 22 novos navios. A construção de seis desses navios deverá se iniciar ainda em 2005, com investimentos de US\$ 51 milhões. A construção de navios e de plataformas no Brasil vem dando um novo impulso à indústria naval brasileira, com a geração de milhares de empregos internos.

b.2) Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP)

Dando andamento ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), que tem por objetivo maximizar a participação da indústria nacional em bases competitivas no Brasil e no exterior, destacaram-se em 2004 as ações voltadas para a superação dos gargalos no fornecimento de bens e serviços identificados na pesquisa conduzida no mercado nacional.

Para tal, procedeu-se a intenso plano de capacitação de 30 mil profissionais de nível técnico e superior. O BNDES está aplicando R\$ 80 milhões para construção de protótipos de grande porte, parte do plano de desenvolvimento dos fornecedores nacionais.

Atualmente, o conteúdo médio nacional é de 65%. Definiram-se metas de conteúdo nacional até 2007, sendo previsto um crescimento médio de 10%. Foram apresentadas 118 áreas específicas para investimentos às empresas de bens e serviços, com o objetivo de propor iniciativas para torná-las competitivas ante os concorrentes internacionais.

b.3) Exploração e produção de petróleo e gás pela PETROBRAS

No ano de 2004, a PETROBRAS consolidou as descobertas realizadas em 2003 com a declaração



de comercialidade dos campos Azulão e Japim, no Amazonas, Piranema, na Bacia de Sergipe/Alagoas, Golfinho, na Bacia do Espírito Santo, Baleia Franca, na Bacia de Campos, Lagosta e Mexilhão, na Bacia de Santos. Também retomou a produção do campo maduro de Lagoa do Paulo, no Recôncavo Baiano. Novas descobertas de petróleo leve em terra ampliaram as expectativas em relação a bacias maduras.

Outro fato importante é que tanto as descobertas declaradas comerciais como outras ainda em fase de avaliação situam-se, predominantemente, fora da Bacia de Campos, indicando provável surgimento de novos e importantes pólos de produção situados nas Bacias do Espírito Santo e de Santos e, em menor escala, na Bacia de Sergipe-Alagoas e na Bacia Potiguar Terrestre.

O esforço exploratório, consolidado com a declaração de comercialidade de diversos campos, em 2004, deverá permitir, segundo levantamento preliminar realizado pela ANP, a reposição de todo o volume de petróleo e gás produzido e ainda a elevação das reservas provadas do País em aproximadamente 500 milhões de barris de óleo equivalentes (boe). A produção média anual de petróleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural produzidos pela PETROBRAS, em 2004, foi de 2 milhões barris de óleo equivalente por dia (boed).

Em dezembro de 2004, teve início a operação da Plataforma P-43, instalada no complexo Barracuda/Caratinga, com previsão para produzir 150 mil barris por dia ainda em 2005. Destaca-se que esta plataforma, quando em produção plena, estará contribuindo com o equivalente a 10% da produção brasileira atual de petróleo.

Vem aumentando significativamente a entrega de gás natural ao mercado. Em 2004, o volume de gás fornecido às companhias de gás foi de 37 milhões de m³/dia, 31% superior ao de 2002 e 21% superior ao de 2003. A queima e a perda de gás diminuíram para 3,8 milhões de m³/dia em 2004, contra 5,9 milhões de m³/dia em 2002.

Em 2005, além da continuação dos trabalhos de avaliação/delimitação das importantes descobertas de óleo e gás realizadas em 2003 e 2004, principalmente nas bacias marítimas do Espírito Santo, de Campos e de Santos, serão realizadas importantes campanhas exploratórias com a perfuração de poços pioneiros em bacias consideradas de novas fronteiras ou em área de fronteira de bacias mais conhecidas. Além disso, as atividades exploratórias nas bacias maduras terrestres serão incrementadas, com a perfuração de importante número de poços pioneiros nessas bacias.

Será iniciada campanha exploratória nos blocos de águas ultraprofundas (acima de 2. mil



metros de profundidade de água) da Bacia de Santos, onde serão perfurados poços profundos, que em muitos casos ultrapassarão espessas camadas de sal na busca de importantes acumulações de óleo leve nas camadas mais antigas da bacia.

Entrarão em operação mais três projetos de grande porte: as plataformas P-50 (no campo de Albacora Leste), P-34 (no campo de Jubarte) e P-48 (no campo de Caratinga), todas na Bacia de Campos, com capacidades de processamento de 180 mil bpd, 60 mil bpd e 150 mil bpd, respectivamente. Estima-se que a produção crescerá em média 5,9% a.a. até 2010, atingindo a auto-suficiência em 2006.

Em relação ao gás natural, serão investidos US\$ 139 milhões para ampliar a capacidade de produção interna a partir da revitalização de campos existentes e o início da fase de produção de novos campos. Destaca-se o início da produção do campo Peroá/Cangoá, no Espírito Santo, com volume de 3 milhões de m³/dia. Também serão iniciados os projetos de infra-estrutura necessária para a produção dos campos de Golfinho (ES) e de Manati (BA).

b.4) Expansão da infra-estrutura de gás natural

A ampliação da malha de gasodutos contempla obras em todo o território nacional, totalizando a implantação de 4.627 quilômetros de novas redes nos próximos dois anos. O Projeto Malhas amplia a capacidade de transporte nas regiões Nordeste e Sudeste com a construção de sete novos gasodutos. O Projeto é liderado pela PETROBRAS e financiado por um consórcio formado pelo JBIC (Japan Bank for International Cooperation), bancos estrangeiros, BNDES e aporte de capital próprio de investidores.

Em novembro de 2004, foi criada a Sala de Situação para Expansão da Infra-Estrutura de Transporte de Gás Natural articulando o MME, o MMA, o IBAMA, a ANP, a PETROBRAS e outros agentes de forma que os cronogramas de obtenção de licenças, construção e operação dos gasodutos sejam cumpridos.

A infra-estrutura de transporte de gás natural deverá receber, em 2005, investimentos de US\$ 1,6 bilhão para a construção de quatro gasodutos-troncos, beneficiando 11 Estados brasileiros. Os projetos somam 4.627 quilômetros e ampliarão em 81% a atual rede de gasodutos brasileira.

Serão iniciados três trechos do GASENE, gasoduto que ligará o Sudeste ao Nordeste. Em novembro de 2004, a PETROBRAS assinou Protocolo de Intenções com o EXIMBANK da China, o BNDES e a Companhia Petroquímica da China (SINOPEC) objetivando estruturar o financiamento desse

empreendimento para iniciá-lo em 2005 e colocá-lo em operação em setembro de 2006.

Também terá início a construção de três trechos do Projeto Malhas e os dois gasodutos que levarão gás de Urucu para Manaus e Porto Velho. O gás de Urucu será fundamental para baratear e melhorar a confiabilidade dos sistemas de abastecimento de energia elétrica de Manaus e de Porto Velho. Ainda em 2005, deverá ser iniciada a construção do ramal Uruguaiana-Porto Alegre, que propiciará a conclusão da interligação dutoviária entre o Brasil, a Argentina e a Bolívia. A tabela seguinte resume os principais projetos programados para serem desenvolvidos a partir de 2005.

GÁS NATURAL - PRINCIPAIS PROJETOS PARA 2005

PROJETOS	TRECHOS	INÍCIO	TÉRMINO	INVESTIMENTOS EM 2005*	INVEST. TOTAIS*
GASENE	Cambuinas-Vitória 298 km	jul/05	set/06	113,43	198,50
	Cacimbas- Catu 920 km	ago/05	set/06	413,20	723,13
	Cacimbas-Vitória 130 km	fev/05	out/05	80	80
Projeto Malhas	Campinas-Rio 448 km	ago/04	nov/05	258	293
	Carmópolis-Pilar 177 km	abr/05	abr/06	102	136
	Catu-Carmópolis 264 km	jun/05	set/06	110,29	193
	Dow-Camaçari 28 km	out/04	mai/05	24,37	31,37
	Gator II-RN-CE 293 km	jun/05	jun/06	128,67	154,52
Gás de Urucu	Coari-Manaus 383 km	mai/05	jan/07	203,50	407
	Urucu-Porto Velho 520 km	mai/05	jan/07	153,50	307
Interligação Brasil/Argentina/Bolívia TSB	Uruguaiana- P. Alegre 565 km	jun/05	jan/07	96	240
TOTAL*				1.682,96	2.763,52

Fonte: MME

*US\$ milhões



b.5) Refino de petróleo pela PETROBRAS

A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes representam oportunidade de desenvolvimento para o País, com ganhos para a balança comercial. Busca-se disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e a qualidade requeridas pelo mercado com o mínimo risco ambiental, maximizando o uso do petróleo nacional. Em 2004, foram investidos R\$ 3,1 bilhões. A produção média de derivados, em 2004, foi de 1,76 milhão de barris diários.

Em 2005, serão investidos US\$ 1,25 bilhão no parque existente, dando continuidade ao programa de ampliação da capacidade de processamento de óleo pesado da produção nacional e também de adequação da qualidade dos derivados de petróleo, especialmente óleo diesel e gasolina, às novas exigências ambientais.

b.6) Atuação internacional da PETROBRAS na área de petróleo e gás natural

Na atuação internacional, em 2004, os destaques foram as aquisições de blocos, novas descobertas e assinaturas de contratos nas unidades EUA (Golfo do México), Nigéria, Angola, Colômbia (Mar do Caribe), o início das operações na Tanzânia e México e o retorno, depois de 20 anos, ao Oriente Médio, especificamente ao Irã.

A produção média no exterior em 2004 foi de 264,2 mil barris de óleo equivalente por dia (boed), para uma Receita Operacional Líquida da Área Internacional de cerca de US\$ 3,7 bilhões.

Nas refinarias brasileiras no exterior, encerrou-se o ano com um processamento médio de 99 mil barris de óleo por dia, contra os 60 mil alcançados em 2002. A reserva provada no exterior passou, de acordo com o critério da Society of Petroleum Engineers (SPE), de 979,2 milhões de boe registrados ao final de 2001 para 1.122,7 milhões de boe no final do exercício passado.

Em 2005, o desenvolvimento dos campos de óleo e gás, nos oito países em que já estamos produzindo, projeta uma produção de 278 mil barris de óleo equivalente por dia, representando um crescimento de 5,3% em relação ao ano de 2004. Nas refinarias da PETROBRAS no exterior, projeta-se encerrar o ano com um processamento médio de 107,4 mil barris de óleo por dia, contra os 100 mil alcançados em 2004, crescimento de 7,4% em relação a 2004, o que reflete uma utilização de 84% da capacidade de processamento no exterior.



Estão previstos para este ano investimentos da ordem de R\$ 4,4 bilhões (US\$ 1,4 bilhão), os quais se destinam ao desenvolvimento da produção, da exploração e da aquisição de novas reservas, bem como à distribuição e transporte de gás, à geração de energia e à produção de derivados, visando ampliar e manter a participação da PETROBRAS no mercado internacional de petróleo.

b.7) Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico pela PETROBRAS

A PETROBRAS, em 2004, investiu R\$ 502 milhões no desenvolvimento de novas tecnologias, compreendendo, entre outras ações, a avaliação do gás natural de Urucu para aplicações automotivas; pesquisa de petróleo nacional visando à produção de óleos lubrificantes e parafinas em substituição ao petróleo importado; desenvolvimento do asfalto social, de mais baixo custo que o tradicional, que possibilitará às prefeituras o aumento do número de vias municipais pavimentadas no País; produção piloto de biodiesel metílico de óleo de mamona, atendendo aos requisitos da ANP; avaliação de tecnologias para a substituição do óleo diesel por gás natural em transporte urbano.

b.8) Rastreabilidade de preços e qualidade dos combustíveis

A fiscalização do repasse de preços de derivados da refinaria aos consumidores e a manutenção de níveis de conformidade segundo as melhores referências internacionais foram aprimoradas em 2004 com o monitoramento sistemático dos preços e da qualidade ao longo da cadeia de combustíveis.

A utilização de simuladores de formação de preços, a avaliação de margens de comercialização e a localização de bases distribuidoras e de postos revendedores permitiram viabilizar a rastreabilidade no mercado, resultando, em 2004, em uma maior uniformidade dos preços.

Destaca-se ainda a melhoria na qualidade dos combustíveis. O índice de não conformidade da gasolina passou de 6,8%, em 2003, para 5,1%, em 2004. Para o álcool hidratado, a não conformidade passou de 9,6% para 7,3% e para o diesel, de 4,9% para 3,3%. Este é o primeiro ano em que se verifica de forma significativa melhoria na conformidade dos combustíveis.

c) Biodiesel

Em dezembro de 2004, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), estruturado com a ampla participação de órgãos governamentais, dos agentes privados e da sociedade civil organizada. O Programa, além de reforçar a política de diversificação da matriz



energética, cria novos mecanismos de inclusão social. Nos últimos 12 meses, o PNPB definiu as linhas de financiamento, estruturou a base tecnológica e editou o marco regulatório, visando incorporar o biodiesel à matriz energética nacional.

A autorização para adição de 2% de biodiesel ao diesel cria um mercado interno potencial nos próximos três anos de pelo menos 800 milhões de litros/ano, possibilita ganhos à balança comercial com uma economia de até US\$ 160 milhões/ano pela redução das importações de óleo diesel e cria uma nova opção de renda para 250 mil famílias de agricultores familiares. O biodiesel chegará gradativamente aos postos revendedores a partir de fevereiro de 2005.

O marco regulatório que autoriza o uso comercial do biodiesel considera a diversidade de oleaginosas no País, a garantia do suprimento e qualidade do combustível, a competitividade ante os demais combustíveis e uma política de inclusão social que beneficia a Agricultura Familiar.

O regime tributário, diferenciado por região de plantio, oleaginosa e categoria de produção (agronegócio e Agricultura Familiar), isenta a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e cria o Selo Combustível Social, que garante redução de 100% do PIS e da Cofins a produtores industriais que adquirirem, no Nordeste, no Norte e no Semi-Árido, mamona e dendê de agricultores familiares. Ao mesmo tempo, reduz em 68% o PIS/Cofins para os produtores industriais que adquirirem matéria-prima da Agricultura Familiar e em 32% para os que adquirirem matéria-prima de agricultura intensiva nas regiões Norte, Nordeste e Semi-Árido. Este é um programa de diversificação da matriz de combustíveis do País, inclusão social, desenvolvimento econômico sustentável e viabilização da produção de créditos de carbono.

Na etapa I do Programa foram contratados nove projetos em parceria com Estados da Federação (BA, CE, MA, MS, MT, PA, PI, RJ, RS) e um projeto com a Universidade de Brasília (UnB) e a EMBRAPA, totalizando R\$ 4 milhões, oriundos do CT-Energ (2003), com execução em 2004. Na etapa II, foram contratados 14 projetos em parceria com Estados (AC, AL, AM, AP, ES, GO, MG, PA, PB, PE, RN, RO, SE, SP), contemplados com recursos oriundos da ação transversal biodiesel de 2004 (R\$ 4 milhões do CT-Energ, R\$ 4 milhões do CT-Petro e R\$ 1,5 milhão do CT-Amazônia). Para 2005, estão previstos R\$ 12 milhões dos Fundos Setoriais CT-Energ e CT-Petro.

d) Álcool

Em 2005, a infra-estrutura para escoamento do álcool será reforçada para atender, principalmente, às exportações. Deverá ser iniciada a construção do duto Paulínia–Taubaté, com 190 quilômetros de



extensão, e obras de melhorias dos terminais portuários de Paranaguá (PR) e de Ilha Grande (RJ).

e) Mineração

e.1) Levantamentos geológicos e aerogeofísicos

No setor mineral, o Governo retomou em 2004, por meio do Programa Geologia do Brasil (PRONAGEO), a geração de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos. Esses dados, essenciais para a atração de novos investimentos e a implantação de projetos de exploração mineral, não eram produzidos de forma sistemática há 20 anos. A tabela seguinte mostra os levantamentos realizados em 2004.

MAPAS GEOLÓGICOS 2004

ESCALA	Nº DE FOLHAS	ÁREA (KM²)	% DE COBERTURA DO TERRITÓRIO
Mapas 1:250.000	22	387.000	4,6
Mapas 1:100.000	42	126.000	1,5
TOTAL	64	513.000	6,1

Fonte: MME

Em 2004, foram concluídos levantamentos aerogeofísicos em área correspondente a 146 mil quilômetros quadrados, mais da metade do que foi sobrevoado nos últimos 15 anos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM).

A CPRM também concluiu a Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo, coleção de 46 mapas com informações sobre a geologia e os recursos minerais do território brasileiro.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o Governo vai reforçar os investimentos em geração de novos dados geológicos do território brasileiro, no controle e na transparência da outorga dos direitos minerários e na formalização da extração mineral.

Em 2005, serão investidos R\$ 60 milhões em levantamentos aerogeofísicos e geológicos, que visam à atração de investimentos necessários ao desenvolvimento da indústria extrativa e de transformação mineral e ao melhor conhecimento do meio físico, possibilitando o



desenvolvimento regional com sustentabilidade. Os levantamentos cobrirão uma área de mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, equivalente a 12% do território nacional, e serão realizados em todos os Estados brasileiros, sob a coordenação da CPRM e com a participação de órgãos estaduais, universidades e empresas privadas.

e.2) Sistemas estaduais de mineração

A CPRM concluiu, em 2004, os mapas geológicos digitais de São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Ceará. Também elaborou, em convênio com os governos estaduais, diagnósticos e estudos setoriais da indústria mineral do Piauí, do Rio Grande do Norte, de Goiás e de Minas Gerais.

e.3) Implantação da Rede Geochronos

Os levantamentos geológicos terão, a partir de 2005, o suporte técnico-científico da Rede de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais (Rede Geochronos). Com investimentos de R\$ 12 milhões, serão instalados, nas universidades de Brasília (UnB) e federais do Pará (UFPA) e do Rio Grande do Sul (UFRGS), três dos quatro laboratórios da Rede.

e.4) Reestruturação e modernização do DNPM

O Projeto de Modernização Institucional e Tecnológico do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) interligou, em 2004, todas as 25 unidades estaduais em rede, garantindo maior agilidade, eficiência e segurança no repasse das informações relativas às concessões minerais.

Também foi concluído o processo licitatório para implantação do novo sistema automatizado de outorga de direitos minerários. Em dezembro, o Congresso Nacional aprovou lei que reestrutura o quadro funcional e autoriza a realização de concurso público para ingresso de novos servidores.

Em 2005, será iniciada, pelo DNPM, a implantação de um novo sistema automatizado de outorga de direitos minerários. Além disso, será realizado concurso público para a contratação de 400 servidores, após 20 anos sem concurso.

e.5) Formalização da atividade mineral

Em 2005, será implantado o Programa de Formalização da Atividade Mineral, direcionado à regularização de pequenas unidades produtivas de bens minerais nas principais regiões



metropolitanas (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, Manaus e Cuiabá) e nos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, Roraima, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A mesma ação será desenvolvida em dez reservas garimpeiras do Pará, de Rondônia, de Mato Grosso, de Minas Gerais e de Goiás. Serão investidos R\$ 10 milhões, que beneficiarão 140 mil pessoas, para a regularização da mineração de areia, brita e argila, bem como de metais preciosos, minerais industriais e gemas.

14) Transportes

O ano de 2004 foi de efetiva implementação da política do Governo para o setor de transportes, com início do PPA 2004-2007, elaborado segundo novos parâmetros, centrados na multimodalidade, na integração nacional, no desenvolvimento regional e na integração sul-americana.

Em 2004, as ações do Governo Federal buscaram principalmente reforçar a nova orientação no sentido de integrar física e operacionalmente os modais de transporte nacionais, otimizando a logística e reduzindo custos; incentivar a utilização dos tipos de transporte mais adequados para cada produto; tornar mais eficientes e capacitados os portos; e buscar a interligação viária com os países vizinhos, abrindo mercados e ampliando as trocas econômicas, sociais e culturais.

a) Modernização do setor

O exercício de 2004 contemplou iniciativas para a modernização do setor, destacando-se, principalmente, o ordenamento do portfólio de projetos no âmbito da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), tendo resultado na seleção do FERROANEL de São Paulo para compor a Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010, juntamente com mais cinco projetos nacionais, a saber: pavimentação da rodovia Boa Vista–Bonfim e conclusão da ponte sobre o Rio Itacutu (fronteira com a Guiana), ambos na BR-401 em Roraima; conclusão da ponte sobre o Rio Acre (fronteira Brasil–Peru) na BR-317, no Acre; estudos para construção da segunda ponte em Foz do Iguaçu; e duplicação da rodovia BR-101/Sul, trecho Palhoça/SC–Osório/RS.

Destacam-se também a implantação de sistema de segurança nos portos, conforme o International Ship and Port Facility Security Code (ISPS Code), o aperfeiçoamento do processo de concessão de rodovias, os estudos para seleção de projetos viáveis para estabelecimento de Parceria Público–Privada (PPP), a participação no Planejamento Energético Integrado (biodiesel) e as alterações na legislação do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), visando ao incremento da navegação de cabotagem.



b) Transporte rodoviário

b.1) Principais corredores

Foram realizadas obras e concluída a duplicação de trechos rodoviários em mais de 83 quilômetros, nos principais corredores do País. Foi concluída a infra-estrutura da ponte sobre o Rio Acre na BR-317/AC, na fronteira do Brasil com o Peru, e está em andamento, no Corredor Fronteira do Norte, a construção de trechos rodoviários na BR-156/AP e da BR-364/AC.

b.2) Concessões rodoviárias

No processo de concessões rodoviárias foram selecionados oito trechos nas rodovias federais: BR-153/SP: trecho divisa MG/SP–divisa SP/PR (321,7 km); BR-116/PR/SC: trecho Curitiba–divisa SC/RS (406,5 km); BR-393/RJ: trecho Divisa MG/RJ–entroncamento com a BR-116 (Via Dutra – 200,5 km); BR-101/RJ: trecho Divisa RJ/ES–Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói – 320,8 km); BR-381/MG/SP: trecho Belo Horizonte–São Paulo (561,5 km); BR-116/SP/PR: trecho São Paulo–Curitiba (401,7 km); BR-116/PR, BR-376/PR, BR-101/SC: trecho Curitiba–Florianópolis (367,6 km); BR-101/ES: trecho divisa BA/ES–divisa ES/RJ(458,4 km), totalizando uma expansão na extensão concedida de 3.038,7 km.

Ao final desse processo, cerca de 4.513 km de rodovias federais sob responsabilidade da União estarão sendo gerenciados pelo setor privado, correspondendo a aproximadamente 8% da malha rodoviária federal pavimentada.

b.3) Manutenção e conservação da malha rodoviária federal

Cabe salientar que o Governo estabeleceu prioridade absoluta às ações do Programa de Manutenção da Malha Rodoviária Federal, visando conservar, sinalizar e, principalmente, restaurar rodovias federais, além de efetuar o controle do excesso de carga e de velocidade dos veículos. No Programa, foram recuperados cerca de 3.100 km, contratada a conservação de 31.500 km e sinalizados 5.700 km. Foram recuperados e mantidos cerca de 2.600 km de rodovias em serviços tradicionais, destacando-se:



UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RODOVIA
Alagoas	BR-101 e BR-316
Amazonas	BR-230
Amapá	BR-156 e BR-210
Bahia	BR-020 e BR-242
Ceará	BR-020, BR-116, BR-222 e BR-230
Espírito Santo	BR-101, BR-259 e BR-262
Goiás	BR-364
Minas Gerais	BR-040, BR-135, BR-365 e BR-459
Mato Grosso	BR-158, BR-163 e BR-364
Mato Grosso do Sul	BR-060, BR-158, BR-163, BR-267 e BR-262
Pará	BR-158 e BR-316
Paraíba	BR-101, BR-104, BR-110, BR-116, BR-230 e BR-405
Pernambuco	BR-104, BR-116, BR-232 e BR-316
Piauí	BR-020, BR-135, BR-230, BR-259, BR-343
Paraná	BR-116
Rio de Janeiro	BR-101 e BR-356
Rio Grande do Norte	BR-101, BR-226, BR-406 e BR-427
Rio Grande do Sul	BR-163, BR-158, BR-293, BR-362 e BR-292
Santa Catarina	BR-101, BR-116, BR-153, BR-158, BR-163, BR-280, BR-282 e BR-470
Sergipe	BR-101

Por meio do serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias (CREMA), foram ainda recuperados cerca de 500 km de rodovias, destacando-se:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RODOVIA
Distrito Federal	BR-020, BR-040, BR-070 e BR-251
Goiás	BR-153
Maranhão	BR-10, BR-135 e BR-316
Minas Gerais	BR-040
Pará	BR-010 e BR-316
Pernambuco	BR-116, BR-122, BR-232, BR-316 e BR-428
Piauí	BR-316
Rio Grande do Sul	BR-285 e BR-290
Tocantins	BR-153 e BR-226



A agenda do Governo Federal no ano de 2005 compõe-se das seguintes ações: recuperação de 14 mil km da malha rodoviária; adequação de capacidade e duplicação de rodovias; construção de pontes internacionais; conservação de 35 mil km de rodovias em todo o País; instalação de 30 postos fixos de pesagem em 14 Estados brasileiros; concessão de 3.038 km de rodovias; prosseguimento da construção da ferrovia Norte-Sul; eliminação de conflitos urbanos decorrentes da ferrovia (construção de contornos, pontes, travessias e viadutos); melhoria de infra-estrutura e segurança dos principais portos; construção de eclusas e terminais hidroviários na Amazônia.

No Programa de Manutenção da Malha Rodoviária Federal, terão prioridade de recuperação os trechos nas rodovias estratégicas para o escoamento da produção agrícola, com o objetivo de tornar nossos produtos mais competitivos no exterior.

Nos programas dos Corredores de Transportes serão concluídas as obras de duplicação da BR-381/MG (Fernão Dias), ligando Belo Horizonte a São Paulo; da BR-116/376/101/SP/PR/SC, denominado Corredor São Paulo–Curitiba–Florianópolis, exceto o trecho da Serra do Cafezal/SP, que será duplicado pela concessionária a ser contratada. Do mesmo modo, serão construídos os seguintes segmentos: BR-156 no Amapá, trecho Ferreira Gomes–Calçoene; BR-364 no Mato Grosso, trecho Diamantino–Comodoro; BR-381 em Minas Gerais, trecho Belo Horizonte–Ipatinga; será restaurada a BR-319/AM/RO, trecho Manaus–Porto Velho; duplicação da rodovia BR-101/Nordeste, no trecho Natal/RN–Palmares/PE; e prosseguirão as obras de duplicação da BR-101-Sul, entre Palhoça/SC e Osório/RS.

Além dessas, destaca-se o início das obras do denominado Arco Rodoviário do Rio de Janeiro/RJ, com a ampliação da capacidade de rodovias que englobam a BR-101, entre Santa Cruz e Itacuruçá, e a BR-493, entre Manilha e o Porto de Sepetiba.

Outras obras de construção, adequação de capacidade e duplicação serão também realizadas em rodovias como a BR-230 (Transamazônica), entre Marabá–Altamira–Itaituba; BR-050/MG (Uberaba–Uberlândia); BR-317/AC (Rio Branco–divisa AC/AM); BR-116/CE (Fortaleza–Pacajus); BR-153/GO (Aparecida de Goiânia–Itumbiara); o contorno a Anápolis/GO; BR-040/MG (Congonhas–Juiz de Fora); e BR-163/PA/MT. A pavimentação da BR-163 deverá ser executada mediante concessão à iniciativa privada, caracterizando-se como obra emblemática para o desenvolvimento econômico e social das regiões Centro-Oeste e Norte do País, consideradas hoje pólos de produção agrícola. Serão construídas ainda as seguintes pontes internacionais: Rio Itacutu/RR (Brasil–Guiana), Rio Acre/AC (Brasil–Peru) e Rio Oiapoque/AP (Brasil–Guiana Francesa).



Ainda com relação à malha rodoviária, serão concedidos à iniciativa privada os oito trechos selecionados em 2004, somando 3.038 km nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

c) Transporte ferroviário

A tonelagem útil transportada na malha ferroviária em 2004 alcançou cerca de 376 milhões, o que representou um crescimento de 9%, em relação a 2003. Em termos de tonelada/quilômetro útil, o crescimento foi de 11%, destacando-se, na movimentação de contêineres, um excepcional acréscimo de 939% em relação ao ano anterior. Deu-se também seguimento às obras de implantação da Ferrovia Norte-Sul, tendo sido concluído o trecho Aguiarnópolis-Darcinópolis, no Estado do Tocantins, e a Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis, permitindo a interligação das três modalidades – acesso à Rodovia Belém-Brasília, à Ferrovia Norte-Sul e ao Porto Hidroviário de Aguiarnópolis (hidrovia do Rio Tocantins), totalizando a construção de 40 km de linha férrea. Ainda no Estado do Tocantins, a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., estatal responsável pela construção da referida ferrovia, iniciou, no exercício de 2004, as obras de infra-estrutura ferroviária do trecho Darcinópolis-Babaçulândia, com extensão de 58 km.

No Corredor Sudoeste, em 2004, foi concluída a execução do Contorno Ferroviário de Campo Grande/MS, resultando na erradicação de 7 km da antiga via férrea, no centro daquela cidade, retirando da área urbana a circulação de composições ferroviárias. O empreendimento envolveu a execução do novo pátio de manobras, com a construção de oficinas de locomotivas e vagões, prédios da administração, anexos das oficinas e caminhos de acesso.

As ações do Governo Federal, contempladas no programa Serviços de Transporte Ferroviário de Carga, concentraram-se na fiscalização e no controle de cerca de 28.671 km da malha concedida. Por outro lado, foram desenvolvidas ações visando, principalmente, à adequação de normas vigentes e à concepção de normas complementares para regular questões referentes a acidentes, desativação de trechos e ramais antieconômicos, operações de tráfego mútuo e de transporte de cargas perigosas, segurança e qualidade dos serviços oferecidos.

No caso específico do transporte ferroviário de passageiros, com foco nos trens de caráter regional e turístico, está instalado um processo participativo, com o concurso da sociedade, dos governos locais e dos empresários, dispensando o aporte de recursos da União para viabilizar as iniciativas. Em 2004, foi autorizada a operação de cinco linhas de trens turísticos nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, totalizando 590 km. Está em processo de análise a concessão de outras 14 linhas de



caráter turístico em diversas regiões brasileiras, com extensão total de 634 km.

Nessa área, a principal obra para 2005 será o prosseguimento da construção da Ferrovia Norte-Sul a partir da plataforma multimodal de Aguiarnópolis em direção a Guaraí/TO, com extensão de 330 km. Outras obras terão continuidade, podendo ser citadas a ponte ferroviária no Município de Lins/SP; o viaduto sobre a ferrovia em Sarzedo/MG e a passagem inferior em Vespasiano/MG, ações que têm como objetivo eliminar conflitos urbanos. Também cabe sublinhar o contorno ferroviário de São Félix/BA, cujas obras serão iniciadas em 2005, que propiciará melhoria no fluxo e na segurança do tráfego ferroviário, agilizando o escoamento da produção entre o Nordeste e o Sudeste. Ainda na área ferroviária, o Governo tem procurado mobilizar a iniciativa privada na implantação de importantes obras, entre as quais a Ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia Transnordestina e o FERROANEL de São Paulo.

d) Transporte aquaviário e portos

No ano de 2004, foi disponibilizado no orçamento maior volume de recursos para a área portuária do que em 2003. Esse esforço foi complementado por recursos adicionais para implantação do ISPS Code e Agenda Portos. Dos recursos, uma parte foi destinada a investimentos diretos nas Companhias Docas para a execução de obras de ampliação, recuperação e melhoramento da infra-estrutura e de dragagens de aprofundamento do calado dos portos. Destacam-se recuperação dos pisos do Porto de Belém/PA; iluminação do pátio de estocagem do Porto de Aratu; construção de dolfim de atracação no Porto de Ilhéus; reforma de armazéns e construção de centro de treinamento e vestiários para trabalhadores avulsos no Porto de Fortaleza.

Nesse sentido, encontra-se em estágio avançado a adequação do sistema portuário brasileiro às normas internacionais de segurança (ISPS Code), tendo sido liberados cerca de R\$ 54 milhões para os 17 principais portos do País, atingindo o seguinte índice de implantação: Fortaleza e Itajaí, 100%; Belém, Vila do Conde e Santarém, 90%; Santos 90%; Itaquí, 80%; Salvador, Aratu e Ilhéus, 60%; Sepetiba e Rio de Janeiro, 50%; Paranaguá, Rio Grande e Vitória, 30%; Natal e Areia Branca, 20%.

O esforço conjunto do Governo Federal, denominado Agenda Portos, identificou problemas e articulou a implantação de soluções que tornarão mais eficientes os Portos de Rio Grande (RS), Paranaguá (PR), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Itajaí (SC), São Francisco do Sul (SC), Sepetiba (RJ), Salvador (BA), Aratu (BA) e Itaquí (MA), que, juntos, respondem por 89%



das exportações. Para sanar as deficiências de curto prazo, foram definidas ações de construção e manutenção de acessos rodoviários e ferroviários, ampliação e recuperação da infra-estrutura, dragagem, capacitação operacional, celeridade na atividade portuária e eliminação de conflitos no tráfego de cargas. No ano de 2004, foram efetuadas as licitações para as obras que serão concluídas em 2005.

A movimentação geral de cargas em 2004 registrou um incremento de 8,10% (de 570.790.055 t em 2003 para 617.024.049 t em 2004) revelando importante indicador de modernização do setor portuário via aumento da movimentação de cargas em contêineres, que evoluiu de 2,7 milhões de unidades em 2003 para 3,2 milhões em 2004, representando um crescimento de 18,5%.

Em 2005, estão alocados recursos que complementarão os esforços iniciados em 2004 para conclusão da implantação do ISPS Code. Na Agenda Portos, serão intensificadas as ações em sete portos. Serão também realizadas pelas Companhias Docas e por portos delegados, por meio de convênio com o DNIT, obras de dragagem e derrocagem, manutenção e recuperação da infra-estrutura, construção de berços, melhorias em acessos rodoviários e ferroviários e sinalização para navegação.

e) Ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária

O Governo Federal atuou em 2004 na ampliação e na modernização da infra-estrutura aeroportuária e empreendeu ações para fortalecer o setor de aviação civil. Os projetos concluídos em 2004 elevaram a capacidade instalada de 100 para 110 milhões de passageiros/ano, destacando-se os empreendimentos realizados no Aeroporto de Joinville, cuja capacidade foi elevada para atender a 600 mil passageiros/ano, e no Aeroporto Internacional de Guarulhos, que teve ampliada sua capacidade de 6 para 8,2 milhões de passageiros/ano.

f) Marinha mercante

As ações do Governo voltaram-se para o fortalecimento da construção naval e da marinha mercante, uma vez que elas oferecem melhores condições para o País ampliar, renovar e melhorar a frota de embarcações com bandeira nacional, dinamizando essa importante indústria e fazendo ressurgir a navegação costeira como alternativa competitiva para o transporte. O salto de qualidade foi dado com a maior agilidade nas análises dos pedidos de financiamentos, na contratação e no acompanhamento das obras, tendo como resultados positivos o aumento de contratos de financiamento para a construção e a reforma de



embarcações – construção de 47 unidades e jumborização de outras três. Os recursos aplicados pelo Fundo de Marinha Mercante somaram R\$ 709 milhões em 2004.

Ainda no âmbito das ações do Fundo de Marinha Mercante, estão previstas para 2005: a construção de 50 balsas, 10 empurradores, 10 navios de apoio marítimo, 22 navios petroleiros, a cargo da TRANSPETRO; a reforma de um estaleiro em Santos; a construção de dois outros, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.

g) Hidrovias

Relativamente ao setor hidroviário pode-se destacar o prosseguimento das obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Pará. O estágio atual registra 85% de execução dos serviços da eclusa 1, 30% do canal intermediário e 5% da eclusa 2. O empreendimento objetiva a utilização multimodal no transporte de granéis sólidos da região de Carajás, envolvendo a Estrada de Ferro Carajás (trecho Carajás–Marabá), a hidrovía do Tocantins (trecho Marabá–Belém) e o porto flúvio-marítimo de Vila do Conde, em Barcarena/PA.

Dentro da concepção de dotar as cidades do interior da Amazônia de infra-estrutura adequada de transportes, iniciaram-se, em parceria com o Ministério da Defesa, estudos de implantação de um programa de construção de 27 terminais hidroviários, beneficiando uma grande quantidade de Municípios da região.

A par do desenvolvimento da infra-estrutura hidroviária interior, a iniciativa privada vem sendo estimulada a investir em terminais hidroviários e no transporte de cabotagem. Em decorrência dessas ações, o transporte aquaviário interior cresceu, perfazendo atualmente um movimento de 33 milhões de toneladas de carga pela navegação interior, proporcionando economia de fretes da ordem de R\$ 3,2 bilhões anuais, além de um crescente alívio da pressão sobre os modais terrestres, principalmente o rodoviário.

Relativamente a esse setor, terão prosseguimento as obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Pará, e Lajeado, no Tocantins.

Para o cumprimento da agenda de transportes, o Governo Federal deverá contar, além dos recursos previstos no orçamento de 2005, com recursos adicionais, da ordem de R\$ 2,2 bilhões, no âmbito de um projeto-piloto, que adotará uma metodologia inovadora no controle da execução, no monitoramento e na avaliação dos resultados das ações. O projeto-piloto permitirá



a ampliação da programação de investimentos no ano em curso.

15) Comunicações

As macrodiretrizes para a execução das políticas governamentais na área de comunicações repousam nos princípios de universalização, democratização e melhoria da eficiência institucional e tecnológica. Os processos desenvolvem-se tanto de forma vertical, em cada uma das três áreas de atuação do Governo no setor – radiodifusão, serviços postais e telecomunicações –, como também de forma transversal, abrangendo simultaneamente todas essas áreas.

a) Radiodifusão

Na área de radiodifusão, que concentra as instituições de mídia em rádio e TV, o Governo preocupou-se em dar maior celeridade aos processos de outorga em todas as suas modalidades.

Como resultado, foram analisados 58 mil processos em 2004, representando 79% daqueles existentes no ano. Esse esforço permitiu que o número de outorgas superasse a média dos anos anteriores. Em 2004, foram assinadas 886 licenças de radiodifusão comunitária, autorizadas a funcionar 107 retransmissoras de televisão e concedidas 68 outorgas de rádios e TVs comerciais ou exclusivamente educativas. Tais números demonstram um significativo aumento da capacidade operacional, conferindo maior agilidade e eficácia ao processo de universalização e democratização das comunicações no Brasil.

Entre as principais metas para 2005 na área de radiodifusão, está a elaboração de nova legislação para os serviços de comunicação de massa, incluindo seus ancilares e auxiliares. O que se quer é a modernização do aparato legal, com vistas a uma maior agilidade nas atividades de radiodifusão, além da criação de mecanismos que permitam uma melhor regulação e fiscalização do setor e o cumprimento dos dispositivos constitucionais relacionados ao conteúdo.

Outra meta é a de intensificar a concessão de outorgas para radiodifusão comunitária e retransmissão de TV, serviços cuja simplicidade e baixo custo os tornam vitais no processo de universalização e democratização das comunicações no Brasil. Adicionalmente, serão também concedidas outorgas para implantação de rede de retransmissoras de TV da União, por meio de parcerias com os Municípios de regiões carentes, para retransmissão de sinais oriundos de



estações geradoras de televisão pertencentes ao Governo Federal.

b) Serviços postais

b.1) Setor postal

Considerando-se que a atual lei que rege o setor postal data de 1978, faz-se necessário, em 2005, desenvolver novo marco regulatório que tenha por objetivos garantir a universalização dos serviços postais básicos e fortalecer o papel do setor como instrumento de desenvolvimento econômico e social. Dessa forma será possível preparar o setor para a integração internacional, fortalecer o papel regulador do Estado e estimular a geração de empregos. Esse tema deverá ter papel relevante na agenda deste ano.

No plano internacional, em que se consolidou o reconhecimento da qualidade das contribuições do Brasil, o Governo brasileiro deverá implementar o acordo de cooperação com o Peru, assinado em dezembro de 2004, no âmbito da Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Tal acordo objetiva implantar naquele país um sistema de exportações por remessas postais a partir da tão bem-sucedida experiência brasileira.

Outro evento que contribuirá com a inserção do País no cenário postal internacional será o XIX Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP), que será realizado na cidade do Rio de Janeiro, no período de 10 a 16 de agosto de 2005. Nesse evento, além do debate de questões de grande relevância para o desenvolvimento do serviço postal da região, também ocorrerá a eleição do secretário-geral da instituição. Ressalte-se que pela primeira vez o Governo brasileiro irá sediar esse Congresso e apresentar candidatura ao cargo eletivo de secretário-geral.

Com a melhora na atividade econômica, principalmente no setor de serviços, a demanda por serviços postais em 2005 deverá atingir 8,118 bilhões de objetos. A receita de vendas nesta área deverá crescer em torno de 14% ao ano, atingindo a marca de R\$ 8 bilhões e um resultado líquido de R\$ 452 milhões.

Com o intuito de prover todos os brasileiros com serviços postais de qualidade, o Governo irá investir em 2005 a soma de R\$ 663 milhões, que estarão focados nas atividades de atendimento, tratamento e distribuição, bem como no aporte tecnológico e na ampliação e na prospecção de novos serviços.



Em 2005, prosseguirão as instalações de unidades de atendimento para que o serviço postal básico chegue a 1.537 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Também está sendo reestruturado o serviço de Vale Postal, com a criação do serviço de transferência internacional de fundos por meio eletrônico. Será oferecido aos brasileiros – principalmente aos residentes no exterior que necessitam transferir divisas – um serviço ágil e seguro, sem burocracia, com facilidade de acesso e a preços módicos. Estima-se que as remessas enviadas ao Brasil por esses brasileiros chegam a US\$ 6 bilhões por ano.

As exportações brasileiras devem bater um novo recorde em 2005. As vendas do Brasil para o exterior devem crescer cerca de 12%, dos atuais US\$ 96,5 bilhões para US\$ 108 bilhões. Para o Exporta Fácil, espera-se um aumento aproximado de 22% no número de operações e um aumento de 30% no valor exportado.

Outra grande novidade para 2005 é a implantação do serviço de Correio Híbrido. O Brasil está “reinventando a forma de fazer correio”, atendendo às necessidades do mercado ante os desafios e as oportunidades que a tecnologia da informação oferece. Esse serviço disponibilizará ao mercado uma ferramenta para otimização da cadeia produtiva dos clientes, permitindo a redução de custos, ampliando a qualidade e aumentando a rapidez dos serviços postais.

Quanto ao projeto CorreiosNet-Shopping e Endereço Eletrônico, está previsto alcançar 1,5 milhão de endereços eletrônicos cadastrados e 500 lojas no shopping.

b.2) Lançamento de novos serviços

Ainda no segmento de encomendas, em 2004 foram lançados outros serviços. O Sedex Mundi, serviço expresso internacional de qualidade, tem como objetivo reduzir ainda mais os custos dos exportadores brasileiros, permitindo que o pequeno empresário coloque seus produtos em outras partes do mundo a um preço mais baixo. Para esse serviço, a estimativa é de se chegar a 2 mil objetos/dia até o final de 2005. O Sedex Hoje, que complementa a linha de expressos da ECT, oferece serviço de ponta para remessa de documentos e pequenos objetos de até 10 kg, com garantia de entrega até as 18 horas do mesmo dia da postagem.

Por fim, o Importa Fácil, cujo primeiro produto permitiu aos cientistas brasileiros trazer para o País material de pesquisa a um custo mais baixo, deverá em 2005 atender outros segmentos, como, por exemplo, o de medicamentos.



b.3) Banco Postal

O Banco Postal, implantado com sucesso pela ECT, contempla segmentos excluídos do sistema financeiro nacional. Mediante utilização de sua rede de atendimento, a ECT atua como correspondente dos serviços bancários básicos: abertura de contas correntes e de poupança, talão de cheque, saques, depósitos, recebimento de contas de consumo, títulos, tributos, captação de solicitação de empréstimo, entre outros.

Com o Banco Postal, as pessoas residentes em cidades pequenas não precisam mais viajar até o Município vizinho para receber sua aposentadoria ou seu benefício. Agora, retiram dinheiro nas agências dos Correios, na própria cidade onde moram, e fazem suas compras no comércio local, contribuindo para o aumento da renda do seu Municípios e a geração de empregos na localidade em que vivem.

Em 2004, foram instalados 1.494 pontos de atendimento e abertas 1,3 milhão de contas correntes. Em setembro, o Banco Postal superou a marca de 1 milhão de transações efetuadas em um dia, atendendo cerca de 600 mil pessoas diariamente.

O setor de microcrédito possibilitou, no ano, a celebração de mais de 343 mil contratos de empréstimos para a população de baixa renda, gerando um faturamento de mais de R\$ 67 milhões.

A ECT fechou novo acordo para que, em 2005, mais 1.400 agências franqueadas possam operar como correspondente bancário. Essa ação aumentará a quantidade de localidades com serviços bancários.

c) Telecomunicações

O destaque nessa área está no aprofundamento da interlocução do Governo com empresas operadoras, indústrias, academia e associações representativas. Imprimiu-se maior transparência nas ações governamentais, como também foram fomentadas parcerias em temas relevantes, como TV digital, inclusão digital e o Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB).

Destacam-se, ainda, ações de integração e cooperação intercontinental, promovidas pela participação em grupos de estudos, interlocução e trabalho, envolvendo Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, países da América do Norte, Ásia e Europa. De iniciativa do Governo brasileiro, tais ações promovem a



consolidação de relações com esses países, resultando na difusão e na afirmação dos interesses nacionais, dando-lhes maior visibilidade e firmando a imagem do País no processo de liderança tecnológica e regulatória em telecomunicações no continente sul-americano.

c.1) Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)

As principais ações do FUNTTEL em 2004 foram financiamentos de projetos como: Satélite Geoestacionário Brasileiro e alguns de seus componentes; equipamentos de redes óticas; sistemas de automação de voz para deficientes; monitoramento da rede de telefonia de longa distância; desenvolvimento de software para aplicação em produtos de informática e automação industrial; qualificação de produtos de telecomunicações; Telemedicina; Cartão Social – sistema para disponibilização eletrônica de benefícios sociais; GIGA – interligação dos centros de desenvolvimento tecnológico no Brasil, por meio de rede de longa distância em fibra ótica; e TV digital.

No final de 2004, existiam 41 projetos em andamento, executados pela Fundação CPqD e por instituições de pesquisa que recebem os recursos do FUNTTEL por meio dos agentes financeiros FINEP e BNDES.

Com o Satélite Geoestacionário Brasileiro, haverá um instrumento adequado de controle do espaço aéreo, de localização georreferenciada e de outras funções, tais como monitoramento de clima e telecomunicações em Municípios onde não há acesso por outros meios.

No âmbito do GIGA, será ampliada neste ano a rede de longa distância em fibra ótica, interligando centros de desenvolvimento tecnológico das regiões Sul–Sudeste com os da região Nordeste, contribuindo para o desenvolvimento regional.

c.2) Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD)

O Programa SBTVD prossegue em fase de definições e consolidação, com participação de membros do Governo, da sociedade organizada, da Academia e de institutos de pesquisa. Elemento importante na política governamental de inclusão digital, o Programa destaca-se como fator de fomento e de criação de oportunidades no campo do desenvolvimento tecnológico do País.



Até o momento, foram homologadas 82 instituições interessadas em participar das pesquisas, das quais 40 apresentaram propostas referentes ao primeiro lote de requisições formais.

O Programa utiliza, em sua primeira fase, recursos do FUNTTEL, orçados em cerca de R\$ 65 milhões. Coordenado por um grupo gestor, o programa evolui para que a TV digital seja adotada como meio de inclusão digital e social.

Até o fim do primeiro trimestre de 2005, prevê-se que todos os contratos de pesquisa de TV digital estejam assinados. Espera-se também que as pesquisas e os desenvolvimentos contratados já estejam sendo entregues para o CPqD, responsável por consolidar os trabalhos desenvolvidos, para obter uma proposta a ser implementada. Paralelamente, será desenvolvida simulação que permitirá identificar os impactos do novo modelo a ser adotado para o sistema de televisão digital brasileiro. De posse dessas informações, espera-se que, ao longo de 2005, seja possível definir um protótipo baseado em todos os trabalhos realizados até então. A partir dos resultados finais, será possível então definir um modelo de referência a ser adotado para o sistema brasileiro.

16) Desenvolvimento urbano

O Governo adotou dois eixos estratégicos de ação em 2004 visando incluir a política urbana do País no novo modelo de desenvolvimento, com destaque para a redução da desigualdade social e territorial e a ampliação da cidadania. Foram eles:

- Ações de curto prazo: ampliar o investimento público no desenvolvimento urbano, em especial em habitação e saneamento. As ações de desenvolvimento urbano do Governo Federal alcançaram 4.850 Municípios ou 90% dos Municípios do País. Somando-se os recursos do FGTS, do FAT e do OGU, os investimentos chegaram a aproximadamente R\$ 15 bilhões em 2004.
- Proposições com impacto de médio e longo prazo: formular, planejar e institucionalizar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, incluindo os marcos regulatórios das políticas de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e planejamento/regularização fundiária, envolvendo a participação democrática e o pacto federativo.

Ao mesmo tempo em que traçou os rumos da política urbana do País em parceria com governos

municipais e estaduais – com participação da sociedade – ocupando um vazio institucional de muitos anos, em 2004 o Governo Federal ampliou sua capacidade de contratar obras. Novos programas foram criados (como é o caso do Programa Papel Passado – de regularização fundiária ou o Pró-Transporte) e aqueles que existiam anteriormente a 2003 passaram por mudanças para orientá-los para as grandes necessidades sociais do País.

Foi lançada a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano apresentada em oito cadernos que propõem um marco institucional geral e marcos setoriais, constituída por temas que abordam desde a participação e o controle social até a capacitação e as informações para as cidades.

Será realizada em novembro de 2005 a II Conferência Nacional das Cidades, que reunirá representantes das três esferas de governo, além da sociedade civil e do setor empresarial, tendo como pauta a reforma urbana – cidade para todos, com o tema Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

a) Habitação

Foram realizados, com recursos do FGTS, FAR, OGU, FDS, FAT e CAIXA, investimentos totais da ordem de R\$ 10,7 bilhões, que deverão beneficiar mais de 644 mil famílias e gerar 566 mil empregos diretos e indiretos. Assim, serão realizados leilões no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) no valor de R\$ 450 milhões que deverão beneficiar 56 mil famílias; deverão ser contratados R\$ 1,3 bilhão no Programa de Arrendamento Residencial, que irão beneficiar 52 mil famílias; com recursos do FGTS, está prevista a contratação de mais R\$ 6,8 bilhões, que deverão beneficiar 420 mil famílias; e, no âmbito do Crédito Solidário, estima-se que sejam contratados, no mínimo, R\$ 350 milhões.

Além disso, há perspectiva de aprovação do marco legal da Política Nacional de Habitação (PNH), do Fundo Nacional de Moradia de Interesse Social e sua operacionalização e início da implantação do Sistema Nacional de Habitação com adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No primeiro semestre será construído o Plano Nacional de Habitação, instrumento previsto na PNH, em que estarão consolidadas as estratégias de institucionalização, de enfrentamento das necessidades habitacionais do País, definindo as prioridades, as disponibilidades de recursos, as linhas de financiamento, os prazos e as metas.



a.1) Ampliação dos investimentos em habitação e mudança nos Programas

Os investimentos habitacionais em 2004 foram ampliados em aproximadamente 8% em relação a 2003. Foram contratados cerca de R\$ 5,5 bilhões, destinados a: produção e aquisição de moradias; urbanização de assentamentos precários; aquisição de material de construção, reforma e ampliação de unidades habitacionais; produção de lotes urbanizados e requalificação de imóveis para uso habitacional, que estão beneficiando 467 mil famílias.

Os programas habitacionais existentes em 2003 foram reformulados em 2004, e outros programas foram criados, priorizando a construção de moradias novas e o atendimento à parcela da população cuja renda não ultrapassa cinco salários mínimos, parcela na qual está concentrado 92% do déficit habitacional. Os principais programas em execução são:

a.2) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)

Os investimentos em 2004 atingiram R\$ 135,7 milhões, em benefício de 24.951 famílias com rendimento mensal de até três salários mínimos. No final de 2004, foi homologado o resultado do leilão de mais 20 mil créditos a serem concedidos e contratados ao longo de 2005.

a.3) Habitar-Brasil/BID–Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS)

Em 2004, foram empenhados R\$ 177 milhões e pagos R\$ 114 milhões, sendo R\$ 64 milhões de exercício e R\$ 50 milhões de restos a pagar. O total das contratações já está beneficiando 65.752 famílias com obras de urbanização de assentamentos precários.

a.4) Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

No âmbito do PAR, em 2004, foram contratados mais R\$ 869,58 milhões para arrendamento de 35 mil unidades habitacionais.

a.5) Programas com recursos do FGTS – Carta de Crédito Individual e Associativa e Pró-Moradia

Em 2004, somando-se todos os investimentos com recursos do FGTS, foram aplicados R\$ 2,8



bilhões em habitação, que beneficiaram 306 mil famílias. Além disso, 34,1% desses recursos foram direcionados às faixas de renda de zero a cinco salários mínimos, consideradas prioritárias pelo Governo.

a.6) Programa Crédito Solidário

O Governo instituiu o Programa Crédito Solidário com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), voltado à concessão de financiamentos a beneficiários finais, organizados de forma associativa, com juros nulos. No exercício de 2004, foram selecionadas 812 propostas para atendimento de 46 mil famílias com aplicação de R\$ 444 milhões.

a.7) Ampliação do mercado imobiliário

Duas outras iniciativas inovadoras do Governo Federal propiciaram uma mudança no mercado imobiliário privado, ampliando as perspectivas de moradia para a classe média. Uma delas foi a aprovação da Lei do Mercado Imobiliário nº 10.931/04 e a outra a edição, em março de 2004, da Resolução nº 3.177 do Conselho Monetário Nacional. Esta última permitirá a injeção no mercado imobiliário de R\$ 12 bilhões (recursos de poupança privada) a cada ano, durante 2005 e 2006, o que deverá mobilizar agentes financeiros e gerar mais empregos.

a.8) Nova Política Nacional de Habitação (PNH) e um novo Sistema Nacional de Habitação (SNH)

A nova Política Nacional de Habitação, aprovada no âmbito do Conselho Nacional das Cidades, deverá ser submetida ao Congresso Nacional sob a forma de Projeto de Lei em 2005. O Fundo Nacional de Moradia de Interesse Social, cujo projeto de lei já foi aprovado na Câmara Federal, é parte integrante desse sistema.

a.9) Programa Papel Passado – regularização fundiária

Pela primeira vez na história do País, famílias moradoras em favelas urbanizadas em áreas do Governo Federal receberam títulos individuais e registrados em cartório. Além disso, o Governo Federal está apoiando processos de regularização fundiária em 25 Estados e 136 Municípios, com estimativa de beneficiar mais de 314 mil famílias. Até 2004, cerca de 16.832 famílias obtiveram a titulação da área e 99 mil famílias encontram-se em estágio avançado de regularização em áreas já aforadas ou em fase final de negociação. Além disso, estão sendo viabilizados a regularização



fundiária e terrenos para provisão habitacional da RFFSA e do INSS.

a.10) Campanha Plano Diretor

Com o objetivo de sensibilizar os Municípios e a sociedade civil para a gestão urbana planejada, democrática e principalmente que combata a exclusão territorial, será realizada uma grande campanha nacional, intitulada Plano Diretor 2005, estruturada para chegar aos quase 2 mil Municípios brasileiros, em cumprimento ao previsto no Estatuto da Cidade.

a.11) Áreas centrais

Em 2005, serão implementados, em conjunto com os governos locais e outros Ministérios, os planos para as áreas centrais de sete metrópoles (São Luís, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre), articulando a produção de habitação de interesse social, intervenção em infra-estrutura, geração de emprego e renda, manutenção do patrimônio histórico e mobilização do patrimônio fundiário e imobiliário federal.

b) Saneamento

b.1) Ampliação dos investimentos em saneamento

O compromisso do Governo Federal com a universalização do saneamento no País vem se consolidando com a retomada dos investimentos e sua qualificação, que estão demonstrados no crescente aumento da disponibilidade orçamentária e financeira para o setor.

Os financiamentos em saneamento ambiental, bastante deprimidos desde 1998, foram retomados nesses dois primeiros anos de Governo. As novas contratações, em 2004, atingiram valores bastante expressivos, chegando a aproximadamente R\$ 3,3 bilhões. Desse total, R\$ 1,8 bilhão provém do FGTS, R\$ 500 milhões do FAT e R\$ 1 bilhão foi proveniente do Orçamento Geral da União (OGU), distribuídos pelo conjunto dos Ministérios. Esse volume de investimento proporcionará, além da melhoria na qualidade de vida de 3,7 milhões de famílias, a diminuição dos gastos com a saúde e a geração de mais de 480 mil empregos diretos.

Outro importante avanço foi a transparência na seleção dos investimentos, que privilegiou as propostas que se pautavam pela eficiência, pela sustentabilidade e pelo atendimento às áreas mais necessitadas.



Em 2005, estão previstos investimentos de mais de R\$ 4,7 bilhões (R\$ 2,7 bilhões do FGTS; 560 milhões do FAT; 1,44 bilhões do OGU), representando um atendimento a 5,2 milhões de famílias e a geração de cerca de 750 mil empregos.

b.2) Marco regulatório e nova política nacional de saneamento ambiental

Estabelecer regras claras para o saneamento, há mais de 15 anos sem regulamentação, é um dos compromissos institucionais do Governo Federal para o setor. Assim, o Governo formulou, com o apoio de outros entes federativos e da sociedade, o Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Saneamento Ambiental.

No último quadrimestre de 2004, o conteúdo do documento foi discutido em 11 seminários regionais e submetido a consulta pública, na qual todas as entidades públicas e privadas, bem como os cidadãos, puderam apresentar sugestões para seu aprimoramento. Está em fase de conclusão a análise e a incorporação dessas contribuições para que o Anteprojeto seja encaminhado, neste reinício dos trabalhos legislativos, ao Congresso Nacional para apreciação.

c) Transporte, mobilidade urbana e trânsito

c.1) Corredores de transporte coletivo urbano

O Governo apoiou a implantação de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano em 13 Estados, proporcionando deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para mais de 400 mil pessoas. Para tal, foram investidos R\$ 35,5 milhões em 93 projetos de infra-estrutura urbana.

c.2) Apoio ao pedestre e ao ciclista

Em 2004, foram apoiados 34 projetos integrados de infra-estrutura relacionada à circulação urbana não-motorizada, com o desembolso de R\$ 1,5 milhão. Essa ação compreende a construção de ciclovias, faixas de pedestres, passarelas, calçadas e passeios, arborização e outros equipamentos, beneficiando a população que se desloca a pé ou por outro meio não-motorizado. Nesse contexto, foi instituído, em setembro de 2004, o Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil para estimular o uso da bicicleta como meio de transporte nas cidades.



c.3) Princípio e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável

O Governo formulou a Política Nacional de Mobilidade Urbana, compreendendo seus programas, projetos e instrumentos para sua efetiva implementação. Ressalte-se que tal política foi discutida e aprovada pelo Conselho das Cidades em novembro de 2004.

c.4) Trânsito

Com a finalidade de reverter o quadro alarmante de mortes e acidentes no trânsito, investiu-se no fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito e na capacitação de seus profissionais.

Teve continuidade o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (que integra as multas dadas em todo o território nacional), a Inspeção Técnica de Segurança Veicular, a Identificação Automática de Veículos, o Projeto de Educação para Cidadania no Trânsito.

Foi aprovada pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) a Política Nacional de Trânsito, elaborada a partir de ampla participação de governos e sociedade civil nas 27 Unidades da Federação.

Será finalizado o anteprojeto de lei de diretrizes para os transportes urbanos, conforme determina o artigo 21, inciso XX, da Constituição Federal.

Serão investidos R\$ 7 milhões em corredores urbanos, com a finalidade de fortalecer o transporte coletivo e melhorar o trânsito, além de apoiados dez projetos-piloto, com cerca de R\$ 2 milhões, visando à circulação não-motorizada compreendendo a construção de ciclovias, faixas de pedestres, passarelas e calçadas.

Elaboração de material técnico destinado à orientação e capacitação de administradores públicos para o desenvolvimento e a implementação do Plano de Transporte Urbano Integrado para as cidades com mais de 500 mil habitantes, ou situadas nas regiões metropolitanas, em cumprimento ao Estatuto da Cidade.

Finalização do Registro Nacional de Infrações de Trânsito – integração do sistema de multas estaduais, continuação do Programa de Capacitação para Profissionais do SNT com a realização



de 221 eventos e treinamento de cerca de 8 mil pessoas e implementação do Programa de Educação para a Cidadania no Trânsito (PECT).

Início da Identificação Automática Veicular (IAV) e da Inspeção Técnica de Segurança Veicular (ITV) e ainda a criação do Exame Nacional de Instrutores de Trânsito (ENIT).

c.5) Transporte ferroviário urbano – Metrô

Início da operação comercial com sinalização automática do trecho Recife–Imbiribeira e operação plena do trecho Rodoviária–Camaragibe do metrô de Recife, além do início da operação comercial do trecho São Gabriel–Vilarinho do metrô de Belo Horizonte.

